

RESERVADO

HD9200.576
C45
1992

ARMINDO SILVESTRE DE CEITA

ECONOMIA DO CACAU EM S. TOMÉ E PRÍNCPE

CRISE E ALTERNATIVAS

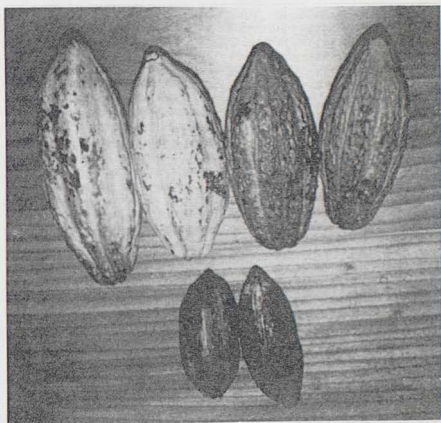
Tese de Mestrado em Economia

realizada sob a orientação do Professor Doutor Adelino Torres

Universidade Técnica de Lisboa

Instituto Superior de Economia e Gestão

LISBOA - JANEIRO 1992





Em memória de minha avó
Juliana Novais de Ceita

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - INSTITUTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOTECA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Economia da Universidade de São Paulo

1 - Introdução	1
2 - A Economia de S. Tomé e Príncipe	2
3 - A Economia Monetária e Financeira	3
4 - A Economia Industrial e Comercial	4
5 - A Economia Agrícola e Pecuária	5
6 - A Economia do Trabalho	6
7 - A Economia do Comércio Exterior	7
8 - A Economia do Turismo	8
9 - A Economia do Transporte	9
10 - A Economia da Saúde	10
11 - A Economia da Educação	11
12 - A Economia da Cultura	12
13 - A Economia do Meio Ambiente	13
14 - A Economia da Energia	14
15 - A Economia da Ciência e Tecnologia	15
16 - A Economia da Comunicação	16
17 - A Economia da Defesa	17
18 - A Economia da Administração	18
19 - A Economia da Justiça	19
20 - A Economia da Cultura e do Esporte	20

ECONOMIA DO CACAU EM S. TOMÉ E PRÍNCIPE CRISE E ALTERNATIVAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Economia da Universidade de São Paulo

1 - Introdução	1
2 - A Economia de S. Tomé e Príncipe	2
3 - A Economia Monetária e Financeira	3
4 - A Economia Industrial e Comercial	4
5 - A Economia Agrícola e Pecuária	5
6 - A Economia do Trabalho	6
7 - A Economia do Comércio Exterior	7
8 - A Economia do Turismo	8
9 - A Economia do Transporte	9
10 - A Economia da Saúde	10
11 - A Economia da Educação	11
12 - A Economia da Cultura	12
13 - A Economia do Meio Ambiente	13
14 - A Economia da Energia	14
15 - A Economia da Ciência e Tecnologia	15
16 - A Economia da Comunicação	16
17 - A Economia da Defesa	17
18 - A Economia da Administração	18
19 - A Economia da Justiça	19
20 - A Economia da Cultura e do Esporte	20

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Economia da Universidade de São Paulo

INDICE

Introdução.....	4
-----------------	---

Primeira Parte: As Economias Subdesenvolvidas e o Comércio Internacional

1 - Motivações do Comércio Externo.....	8
2 - O Pensamento Mercantilista do Comércio Internacional.....	10
3 - As Vantagens Comparativas.....	12
4 - As Bases para o Comércio Internacional na Perspectiva de HECKSCHER-OHLIN.....	16
5 - O Comércio Internacional e os Termos de Troca.....	17
6 - A Economia de S. Tomé e Príncipe e os Modelos Apresenta- dos: Aplicação e Crítica.....	24
- Conclusão.....	30

Segunda Parte: Economia de Cacau de S. Tomé e Príncipe no Período Anterior à Independência

1. Caracterização da Estrutura da Economia de S. Tomé e Prin- cipe.....	32
2. O Enquadramento Histórico da Cultura do Cacaueiro	
2.1 - As Origens do Cacaueiro.....	37
2.2 - A Introdução do Cacaueiro em S. Tomé e Príncipe.....	38
2.3 - As Condições Favoráveis ao Desenvolvimento do Cacaueiro.....	41
2.4 - A Evolução do Cacaueiro de S. Tomé.....	47
2.5 - O Cacau na Agricultura Sãotomense.....	50
- Conclusão.....	52
3. Os Factores Internos e Externos que Condiçionaram a Expan- são da Cultura do Cacaueiro de S. Tomé e Príncipe	

3.1	Factores Internos	
3.1.1	- A Escassez de Mão-De-Obra.....	53
3.1.2	- A Reduzida Dimensão dos Territórios de S. Tomé e Príncipe.....	57
3.1.3	- A Falta de Conhecimentos Técnicos para Desenvolver a Cultura do Cacaueiro.....	62
3.1.4	- Os Custos da Insularidade.....	71
	- Conclusão.....	71
3.2	Factores Externos	
3.2.1	- A Oferta de Cacau e a Estabilização dos Preços no Mercado Mundial.....	73
3.2.2	- Marketing Boards.....	81
3.2.3	- Relações Comerciais entre Portugal e S. Tomé e Príncipe.....	84
3.2.4	- Acesso de Cacau aos Mercados Internacionais.....	86
4.	Os Factores Internos e Externos que se Modificaram no Período Pós-Independência e que Contribuíram, de uma Forma ou Doutra para a Alteração da Produção do Cacau de S. Tomé e Príncipe	
4.1	Os Factores Mais Influentes.....	89
4.2	A Crise de Cacau de S. Tomé e Príncipe Analisada do Ponto de Vista de Indicadores.....	94
	Conclusão.....	96

Terceira Parte: Discussão de Actividades Económicas Alternativas à Cultura do Cacaueiro de S. Tomé e Príncipe

I - Actividades Económicas Alternativas à Economia do Cacau

de S. Tomé e Príncipe.....	99
1 - O Sector das Pescas.....	101
2 - O Sector do Turismo.....	110
2.1 O Turismo Interno.....	112
2.2 O Turismo Internacional.....	113
2.3 Zonas de Implantação Turística.....	114
2.4 As Infraestruturas e Outras Estruturas Necessárias	
2.4.1 As Infraestruturas.....	116
2.4.2 O Nível de Qualificação Técnica dos Profissio- nais do Turismo e os Serviços Prestados.....	117
2.4.3 Classificação de Meios de Alojamento.....	119
2.4.4 Principais Critérios de Classificação de Hotéis	120
2.4.5 Estruturas e Equipamentos Diversos.....	122
2.4.6 Obstáculos e Cautelas a Considerar.....	124
2.5 Outras Iniciativas Turísticas: O Turismo de Expre- ssão Portuguesa.....	125
3 - Prestação de Serviços Internacionais - Importação de Bens em Trânsito.....	126
II - Actividades Económicas secundárias ou Acessórias	
1 - Produção de Bens Alimentares.....	128
2 - O Lugar do Cacau em S. Tomé e Príncipe.....	133
3 - A Cultura do Coqueiro e a Produção de Copra.....	134
4 - Outras Culturas.....	135
III - O Papel do Governo.....	136
Conclusão Geral.....	137
Quadros.....	140
Anexo nº 1.....	172
Referências Bibliográficas.....	178

INTRODUÇÃO

Cerca de quatro séculos após a descoberta de S. Tomé e Príncipe por descobridores portugueses foi introduzida nas ilhas a cultura do cacau. Até aí S. Tomé e Príncipe passou por várias vicissitudes e viveu períodos de muita instabilidade em consequência de vários fenómenos como as invasões estrangeiras, incêndios, revoltas, tumultos, etc e indefinição na escolha da cultura mais adequada economicamente.

A sua economia baseava-se inicialmente na cultura de cana-de-açúcar que foi introduzida por volta de 1485 (1) e vigorou até 1844 (2). Mais ou menos em 1800 (3) foi ensaiada a cultura do café cuja importância veio a ser substituída pela cultura do cacau.

O cacau que, provavelmente, foi introduzido em S. Tomé e Príncipe no ano de 1822, por José Ferreira Gomes (4), apesar de certos obstáculos à sua expansão, acabou por se impor, ao longo de várias décadas, nas estruturas económica e social das duas ilhas. Até aos dias de hoje, a economia de S. Tomé e Príncipe tem-se baseado, essencialmente, na produção e exportação do cacau. Contudo, a reduzida dimensão do território, as flutuações dos preços nos mercados mundiais devido, essencialmente, ao aumento de oferta, a natureza geológica das ilhas, a escassez de mão-de-obra, a falta de tecnologia, etc, têm constituído sérios obstáculos à expansão da cultura do cacau, em S. Tomé e Príncipe.

Os crescentes custos de produção do cacau defrontam-se

1. " Pequena cronologia de S. Tomé ", História nº81, JULHO, 1985, p.52.

2. " Pequena cronologia de S. Tomé ", História nº81, JULHO, 1985, p.54.

3. " Pequena cronologia de S. Tomé ", História nº81, JULHO, 1985, p.54.

4. Vd FERRÃO (1963), p.27.

com receitas de exportação cada vez mais reduzidas.

Perante este quadro, que se afigura muito ensombrado e em que as alternativas não abundam, pensamos que é indispensável reorientar a economia do país para outras actividades económicas, em que o benefício e custo seja mais vantajoso ou, pelo menos, de menor custo social.

A nova composição de actividades económicas passará necessariamente por uma reafecção dos recursos disponíveis a uma utilização mais racional e produtiva, em que a cultura do cacauero sem deixar de ser importante principalmente no curto prazo, perderá todavia o monopólio exclusivo de ser o motor do processo de desenvolvimento.

O estado degradado da economia de S. Tomé e Príncipe, baseada na monocultura de cacau, exige que sejam introduzidas, em alternativa, outras actividades económicas mais rentáveis de modo que, por um lado, não só contribuam para a redução da excessiva dependência face a um único produto, mas, fundamentalmente, proporcionem um aumento substancial nas receitas de exportação e também no PNB per capita.

A crise da economia de S. Tomé e Príncipe é profunda. A insistência na cultura do cacauero como base de toda a economia comprometerá seriamente o futuro económico e social das ilhas. É, pois, conveniente que o país encontre uma saída viável para a crise em que está mergulhado. Esta saída, quanto a nós, passa por uma certa diversificação de actividades económicas seleccionadas e por um melhor aproveitamento dos recursos existentes.

Este trabalho pretende demonstrar, não apenas que o desenvolvimento de S. Tomé e Príncipe com base na economia do cacau falhou, mas sobretudo que é necessário encontrar novas actividades ajustadas à realidade do país.

Este texto está dividido em três partes.

Na primeira procuramos sintetizar, muito brevemente, algumas teorias económicas do Comércio Internacional de modo a

melhor compreender alguns aspectos da economia de S. Tomé (5) numa perspectiva teórica mais abrangente.

Na segunda parte enunciaremos as razões que estiveram na origem da introdução da cultura do cacauzeiro em S. Tomé e Príncipe e analisaremos um conjunto de factores internos e externos que condicionaram a sua expansão.

E, finalmente, na terceira parte discutiremos as actividades económicas que se mostrem mais promissoras e que, se bem conduzidas, poderão constituir alternativas muito válidas à economia do cacau.

PRINCÍPIOS GERAIS DE ECONOMIA AGRÍCOLA E DE
COMÉRCIO INTERNACIONAL

5. Sempre que não houver perigo de confusão designaremos S. Tomé em lugar de S. Tomé e Príncipe.

PRIMEIRA PARTE: AS ECONOMIAS SUBDESENVOLVIDAS E O COMERCIO INTERNACIONAL

1. MOTIVAÇÕES DE COMÉRCIO EXTERNO

Os países em vias do desenvolvimento (6) são fortemente dependentes do exterior. Em geral, grande parte das suas actividades que, de resto, estão ligadas ao Comércio Internacional como forma de captação de divisas que são essencialmente aplicadas no financiamento das importações, representam muito no conjunto das ofertas internas do país.

Inseridas no Comércio Internacional, essas economias têm sido estudadas, em especial, na óptica de economia internacional, em que se procura avaliar como elas se inter-relacionam entre si no processo de afectação de recursos escassos na produção de bens e serviços à satisfação das necessidades humanas (7). Esse relacionamento entre países, no plano internacional, dá-se graças ao elevado grau de especialização que existe nas economias contemporâneas. Através desse intercâmbio produzem-se mais bens e serviços, pelos diferentes produtores nacionais especializados, que se destinam a aumentar, gradualmente, o bem-estar social dos povos cujos países estão envolvidos nessa tarefa. A este propósito dizia DAVID RICARDO:

" Num sistema de comércio perfeitamente livre, cada país consagra o seu capital e trabalho às actividades que lhe são mais rendosas. Esta procura da vantagem individual coaduna-se admiravelmente com o bem-estar universal. Deste modo, estimulando-se a indústria, premiando-se os inventos e empregando-se o mais eficazmente possível as possibilidades especiais concebidas pela natureza, o trabalho é melhor distribuído e com maior economia enquanto que, aumentando a produção total, se espalha o bem-estar por toda a

6. Utilizamos indiferentemente as designações subdesenvolvido, atrasado, em desenvolvimento, em vias do desenvolvimento, menos desenvolvido e de desenvolvimento lento, quando referidas a países do Terceiro Mundo (ou Africanos).

7. Vd. CHACHOLIADES (1982), p.3.

parte e se ligam todas as nações do mundo civilizado com os elos do interesse e do intercâmbio" (8).

Nesta sua passagem, não obstante outras interpretações, RICARDO parece não ter dúvidas que o Comércio Internacional permite aumentar a produção e, em consequência, melhora o bem-estar social universal.

Para RICARDO, o comércio externo é vantajoso na medida em que permite aumentar a diversidade de produtos e fazendo baixar os preços dos bens trocados, neste caso, os de primeira necessidade, consumidos pelos trabalhadores, encoraja as economias e favorece a acumulação de capital (9) tão necessário ao desenvolvimento de qualquer país como fundamentalmente dos países em vias do desenvolvimento.

A tendência geral é que cada país tende naturalmente a especializar-se na produção daqueles bens para os quais os seus custos de produção são mais baixos relativamente a outros países seus concorrentes no comércio internacional. A partir daí, os excedentes que são gerados em diferentes economias por processo de especialização são trocados, o que torna possível o maior consumo de bens e serviços pelas nações (10).

Alguns autores, relacionando o comércio com a especialização, afirmam que a especialização internacional implica o comércio mundial e não pode ocorrer sem ele. Todavia, não se pode negligenciar as interferências governamentais sob diversas formas que, historicamente, têm evitado a total liberdade de comércio entre países.

Essas interferências têm levado em certos casos, principalmente nas economias mais frágeis, a uma quebra de nível de vida, à ineficiência produtiva e, em consequência, ao agravamento do

8. RICARDO (1978), p.149.

9. Cf. RICARDO (1978), p.148.

10. Vd. CHACHOLÍADES (1982), p.5.

bem-estar social, devido à implementação de estratégias de desenvolvimento com base no modelo de substituição de importações que visam proteger a "indústria nascente".

O propósito deste capítulo é de resumir algumas abordagens das teorias do comércio internacional mais significativas, em que procuraremos, sempre que possível, fazer o enquadramento da economia de S. Tomé e Príncipe nessas correntes teóricas de pensamento.

Abordaremos a teoria de Ricardo por ser a mais representativa das teorias clássicas. Apresentaremos a teoria de HECKSCHER-OHLIM e, procurando seguir a evolução histórica da teoria do comércio internacional, vamos expôr, de seguida, as teses dos mercantilistas.

2. O PENSAMENTO MERCANTILISTA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

A preocupação crescente pelas coisas do Estado aliada ao poder deu lugar ao surgimento de um esboço da teoria económica, que lhe serviu de suporte, a que se chamou de mercantilismo (11).

As práticas mercantilistas baseavam-se essencialmente na acumulação de metais preciosos. Contudo, reconheciam haver vantagens de parte a parte em estabelecer e intensificar o intercâmbio comercial entre as nações, de modo a aumentar a eficiência económica. Daí que se preocupavam mais com as actividades de troca do que com as de produção.

A economia mercantilista era estática (12) e na qual a

11. De acordo com M. H. DOWIDAR e outros, o contexto histórico do pensamento económico mercantilista corresponde à chamada fase do capitalismo comercial. [DOWIDAR (1978), p.75]

12. Abordagens posteriores melhoraram significativamente a qualidade teórica, ao incorporarem novos elementos, entre os quais a

riqueza se transferia de pessoa a pessoa ou de comunidade em comunidade. Os outros mercantilistas raciocinavam como se a riqueza global fosse dada e os países e as pessoas se limitassem a repartir e a fazer circular entre si, através do comércio, essa mesma riqueza. Neste caso, não havia lugar a ganhos recíprocos pois os ganhos de uns significavam perdas para outros (13). Não havia, portanto, lugar à criação de riqueza.

Os mercantilistas relacionavam o estado da nação com a situação da sua balança de pagamentos (14). Assim, uma Nação era tanto mais próspera quanto melhor o seu saldo positivo da balança de pagamentos. Por isso, os países da época esforçavam-se por aumentar as exportações e reduzir as importações. Ao mesmo tempo, tentavam assegurar as entradas autónomas de metais preciosos e de produtos vindos das colónias.

Com o objectivo de melhorar o saldo da balança de pagamentos os mercantilistas utilizavam todos os instrumentos disponíveis para estimular as exportações (15), incentivavam as indústrias de exportação, incorporavam maior valor acrescentado nos produtos

consideração do trabalho como fonte criadora de valor. Referimo-nos, em especial, à teoria de Ricardo que, apesar de algumas críticas legítimas, parece constituir ainda o único sistema completo explicativo da teoria do comércio internacional.

13. Vd. HECKSCHER (1935), P.26.

14." O mercantilismo é um sistema económico do nacionalismo ". De facto, os mercantilistas preocupavam-se demasiado com as coisas da Nação. Encorajavam a venda e o consumo de produtos nacionais em oposição ao consumo de bens estrangeiros [HECKSCHER (1935), p.13].

15. Como notava HABERLER " It is common knowledge that the mercantilists advocated the restriction of imports and the encouragement of exports, with a view to inducing an active balance and an inflow of gold " [HABERLER (1936), p.24]

de exportação e exportavam tendencialmente produtos acabados em oposição às matérias-primas e produtos semi-acabados e, inversamente, lutavam pela redução das importações. Fomentavam a criação de indústrias e outras actividades de modo a substituir importações e preferiam importar essencialmente as matérias-primas não elaboradas.

A economia mercantilista era fortemente intervencionista, de modo que as actividades de comércio e produção de cada país eram devidamente regulamentadas. Esse intervencionismo era justificado para proteger a Nação contra eventuais perdas de meios de pagamento no comércio internacional, meios esses que podiam ser utilizados internamente. Nesse sentido, pode dizer-se que o comportamento económico mercantilista, nomeadamente no que respeita a meios que eram utilizados para se proteger de agressões concorrenciais provenientes do exterior, antecedeu os novos métodos de intervencionismo quanto à actuação dos poderes públicos relativamente a questões de política económica que visam o restabelecimento do equilíbrio da balança de pagamentos.

3. AS VANTAGENS COMPARATIVAS

RICARDO concentrou sua atenção essencialmente na elaboração de uma teoria do crescimento económico baseada na conhecida lei dos rendimentos decrescentes na agricultura (16).

Com uma população em crescimento o recurso a terras menos férteis proporcionará, em última análise, uma alta dos preços dos bens agrícolas, que terá incidência directa e desfavorável sobre os lucros, visto que o preço natural do trabalho necessariamente aumentará na mesma razão dos bens de subsistência. Os salários aumentarão porque o preço do trigo, que, de resto, é regulado pela quantidade de trabalho incorporado na sua produção, nas terras de

16. Ver, por exemplo, sobre esta lei, RICARDO (1978), p.76 e segs., bem como PALLOIX (1975) ps.233 a 237.

menor qualidade, é mais caro e os rendimentos serão decrescentes porque segundo Ricardo, os lucros variam na razão inversa dos salários (17).

Esta lei que apenas parece favorecer os interesses dos proprietários, quando levada às últimas consequências e não actuando factores contrários que, neste caso, são os progressos técnicos na agricultura e o comércio externo (18), pode conduzir o país definitivamente ao estado estacionário. É exactamente no sentido de evitar tal situação que RICARDO defendeu energicamente a abertura ao comércio internacional, como forma de obter pelo comércio a importação de bens de subsistência a preços mais vantajosos do que os praticados internamente. Neste caso, os salários deverão baixar porque as causas que determinaram a sua alta deixaram de actuar,

17. Cf. RICARDO, p.122.

18. Também SMITH encarava o comércio externo numa perspectiva dinâmica como solução externa para o processo de crescimento. Para este autor, o maior obstáculo ao crescimento deriva do sector agrícola, pelo facto de oferecer um mercado exíguo em relação às potencialidades de expansão de actividades industriais e, por isso, limita o sector manufactureiro. O comércio externo era um meio de escoar os produtos industriais, para os quais não havia mercado interno. Desta forma, o desenvolvimento do sector industrial estava, de certo modo, garantido. O argumento de RICARDO era diferente pois, no seu tempo, o problema do mercado agrícola interno no consumo de produtos industriais não se punha, pelo menos com tanta acuidade como o fazia SMITH. Todavia, o sector agrícola era um travão à geração de excedentes, pelo facto de limitar uma utilização mais eficiente de trabalho e capital pois, pela protecção que era dada à agricultura, um certo número de factores, que deveriam ter outra aplicação na indústria, eram para aí canalizados. Este facto constituía uma ameaça séria ao crescimento do sector industrial. Por outro lado, ao ditar a redução do lucro pela lei dos rendimentos decrescentes, em consequência do aumento dos salários decorrentes da alta dos preços dos bens de subsistência, põe em risco as potencialidades deste excedente [PALLOIX (1975), p.228].

pelo menos com a mesma persistência, e os lucros crescerão. A preocupação de RICARDO em incitar à troca enquadra-se numa perspectiva de crescimento. Posição semelhante tiveram os clássicos SMITH, MALTHUS e MILL. Aliás, RICARDO chegou mesmo a defender energicamente que a taxa de crescimento do capital devesse ser mais elevada do que a taxa de crescimento da população. Infelizmente, esta sua pretensão estava ameaçada pela lei dos rendimentos decrescentes (19).

Para fazer valer as suas teses de abertura ao comércio internacional, RICARDO tenta provar que mesmo que um determinado país tenha vantagens absolutas (20) na produção de todos os bens relativamente a um outro, esse país terá, ainda assim, vantagens resultantes da sua participação no comércio internacional (21) des-

19. Cf. PALLOIX (1975), p.235.

20. A lei das vantagens absolutas ficou a dever-se a A. SMITH. Este autor pensava que as vantagens de longo prazo decorrentes do Comércio Internacional só seriam realidades se as especializações se fizessem segundo determinados princípios, ou seja, de acordo com as vantagens absolutas de cada país. Neste sentido, cada país especializar-se-ia naquele produto em que está mais apto para produzir em melhores condições, de modo que, com o Comércio Internacional, as nações participantes saíam beneficiadas. [Ver p. e. HABERLER, "El Comercio Internacional", Barcelona, Labor, S.A. (1936), p.141]

21. Os benefícios mútuos idealizados por RICARDO, como consequência da participação no Comércio Internacional, nem sempre se verificaram, porque as hipóteses de partida em que fundamenta a sua teoria são, em alguns casos, irrealistas. Por exemplo, RICARDO não considera, no seu modelo, os custos de transportes que, embora não alterando estruturalmente a sua substância, têm a particularidade de limitar os benefícios mútuos aos países em que a economia do factor trava-lho seja para ambos superior aos custos de transportes praticados. Aliás, os custos de transportes reduzem as vantagens de comércio recíproco e podem, em certa medida, não justificar ou inviabilizar a troca num ou até entre dois ou mais países. No caso de S. Tomé e Príncipe, país pequeno e insular, os custos de trans-

de que se especialize naqueles produtos em que a sua vantagem comparativa seja maior (22).

Isso significa que as bases, para que dois países possam participar no Comércio Internacional, é que haja diferenças relativas nos seus custos de produção (23). Neste sentido, cada país venderá o seu bem de exportação a um preço relativo superior ao praticado em isolamento ou, dito de outra forma, que o bem de importação seja adquirido a um preço inferior ao que custava no país.

A especialização terá de se fazer em relação à produção do bem em que o país possuir uma vantagem comparativa (24). Mas, para que resultem ganhos para ambos os intervenientes no Comércio Internacional, torna-se necessário que a razão de troca internacional se situe entre as razões de troca praticada em cada país na situação de autarcia (25).

porte, como de resto acontece em muitos países subdesenvolvidos, têm um peso enorme nas suas operações com o exterior, principalmente as de importações.

22. Cf. HABERLER, p.141.

23. A teoria dos custos comparativos teve a sua génese em COL. ROBERT TORRENS. Todavia, está associada ao nome de RICARDO que lhe deu a formulação clássica como hoje é conhecida. [HABERLER (1936), "El Comércio Internacional", p.135].

24. A aplicação prática da lei das vantagens comparativas encontra-se em vários manuais da teoria do Comércio Internacional. Como p. e. em HABERLER (1936), ps.141 e 142.

25. A teoria de RICARDO foi criticada neste ponto por não ter sido capaz de definir um ponto exacto no qual se dava o intercâmbio. Esta questão foi resolvida por J. STUART MILL, ao introduzir, na teoria dos custos comparativos, o princípio da procura recíproca. Este princípio estabelece que, em intercâmbio, o valor da exportação deve ser igual ao valor da importação, tendo em atenção as outras rubricas da balança de pagamentos. As críticas ao modelo

4. AS BASES PARA O COMÉRCIO INTERNACIONAL NA PERSPECTIVA DE HECKSCHER-OHLIN

O modelo de HECKSCHER-OHLIN (26) que vamos apresentar na sua versão simplificada propõe uma abordagem diferente do comércio internacional relativamente à lei das vantagens comparativas tratada no ponto anterior.

Para esta teoria não existem diferenças nas funções de produção, admitidas por RICARDO. Pelo contrário, as funções de produção são idênticas e são as diferenças nas dotações em factores que condicionam a especialização.

O que o modelo pretende demonstrar é a chamada lei das proporções dos factores (27). Esta lei diz que um país tem vanta-

de RICARDO são muitas e vêm expressas em vários manuais como por exemplo em HABERLER (1936), ps.147, 154 e segs.; P. MOURA (1966), p.403; VINER (1966), p.32 e segs.

26. As hipóteses do modelo H-O encontram-se em múltiplos estudos e manuais da teoria do Comércio Internacional, por exemplo em LANCASTER K., in CEDEP, nº9, 1979, p.28, LINDERT, ECONOMIE INTERNACIONALE, 1989, p.39 e segs, e em BYE et BERNIS, Relations Économiques Internationales, 1987, p.143 e segs..

27. O modelo de H-O demonstra, também, a lei da igualização das remunerações dos factores. Esta tendência de igualização das remunerações dos factores é criticada por XAVIER BOISSELIER porque, segundo este autor, partindo da hipótese de H-O da existência, à priori, de diferenças nas dotações em factores, uma corrente de troca potencial não contém em si mesma uma dinâmica capaz de, mesmo a prazo, conduzir à igualização completa de remunerações dos factores entre os países industrializados e países em vias do desenvolvimento, por existir entre eles uma diferença enorme nas dotações em factores, principalmente a grande abundância relativa do factor trabalho nas regiões subdesenvolvidas, o que inviabiliza, à partida, a aplicação do modelo no quadro actual das relações comerciais [Cf. BOISSELER (1972), p.43]

gens comparativas na produção do bem mais intensivo no seu factor relativamente mais abundante.

A demonstração do modelo (28) faz-se com recurso a um par de diagramas-caixa de EDGEWORTH em que se admite, à partida, a existência de um par de pontos que preenchem as condições de equilíbrio num possível intercâmbio entre os países envolvidos. Esses pontos são pontos de optimização da produção interna de cada um dos dois países e definem uma razão de troca idêntica entre os mesmos dois bens produzidos. A partir daí, prova-se que os dois países produzem os mesmos dois bens em quantidades diferentes.

Haverá comércio com base nesses bens através de especializações concordantes com a lei das proporções dos factores, devido a serem idênticas as preferências dos consumidores. Deste modo, cada país terá de exportar o bem intensivo no seu factor relativamente mais abundante (29). Isso significa que os países devem exportar os bens em que utilizam mais intensivamente os factores de produção, que possuem em maiores quantidades, e importam aqueles bens em que utilizam de forma intensiva os factores de produção em que têm escassez (30).

5. O COMÉRCIO INTERNACIONAL E OS TERMOS DE TROCA

A teoria dos custos comparativos sustenta que com a com-

28. Não vamos aqui demonstrar o modelo que, de resto, se encontra devidamente tratado em vários manuais da teoria do comércio internacional dos quais destacamos: LANCASTER K. " in CEDEP, nº 9, pp.28 e segs; Revista "Economie Appliquée", nº 1, 1972; PALLOIX (1973), "Problèmes de la Croissance en Économie Ouverte", pp.126-151.

29. Vd. LANCASTER, in CEDEP", Nº 9, 1979, P.30. Ver também LINDERT (1989), p.40 e o texto nº 8, "O modelo de HECKSCHER-OHLIN", REI (1978/79), p.13 e segs.,

30. LINDERT (1989), p.40.

pleta especialização haveria ganhos para todos os países participantes no comércio externo. A verdade é que nem sempre assim acontece. Principalmente quando um dos participantes, em geral, aquele que possui maior capacidade económica, consegue atrair para si não só as vantagens provenientes do comércio externo mas também a globalidade dos seus ganhos. Por via de regra são os países avançados detentores de maiores índices de produtividade que em melhores condições estão para extrair do Comércio Internacional a totalidade dos ganhos. A hipótese contrária é pouco provável (31).

Para responder à questão da diferença espacial de níveis de crescimento entre países, MYRDAL (32), contrariando as teses neoclássicas de equilíbrio, embora partindo da mesma consideração, isto é, da existência de mobilidade de factores, diz que

31. Vd. MOURA (1966), p.404.

32. MYRDAL considerou, como hipótese de partida, as condições macro-económicas iniciais iguais em todas as regiões ou países e postulou que um choque externo produz uma situação de desequilíbrio, com o desenvolvimento a processar-se mais rapidamente numa região do que noutras.

A teoria neoclássica admite que a lei da procura e oferta interactiva no sentido do equilíbrio. MYRDAL, pelo contrário, sustenta que uma alteração na oferta pode conduzir a uma reacção na procura, de modo a inviabilizar a tendência para o equilíbrio.

A migração de uma região para outra pode arrastar consigo a saída em massa de mão-de-obra qualificada e de empresários. Este movimento reduz a procura de bens e serviços e, bem assim, a procura dos factores de produção. Na região recebedora dá-se o contrário, as empresas são estimuladas, a procura de bens e serviços e dos factores de produção aumentarão. Assim, quando surgem diferenças no ritmo de desenvolvimento entre regiões ou países, o mecanismo de expansão cumulativa actuará na região favorecida com "efeitos de atraso" noutras regiões, causando, em geral, diferenças de desenvolvimento com tendência a divergir cada vez mais. Esta parece, de facto, ser a situação que hoje se verifica entre países ricos e pobres e que MYRDAL procurou, de uma forma elegante, demonstrar [Cf. THIRLWALL (1983), ps. 136-137]

as forças económicas e sociais tenderão a estreitar a situação de desequilíbrio pela expansão cumulativa na região favorecida, em detrimento de outras regiões. Em consequência, estas tornam-se comparativamente menos competitivas e o seu desenvolvimento fica irremediavelmente adiado (33).

MYRDAL supõe existir um mecanismo do tipo multiplicador acelerador, que permite elevar o nível de rendimento na região favorecida pelo choque externo.

Ao invés de conduzir ao equilíbrio neoclássico, o choque externo, beneficiando uma região, produz movimentos de expansão cumulativa nesta e acentua cada vez mais a diferença de níveis de crescimento entre regiões (34). Esta vantagem adquirida espelha-se a todos os níveis com ganhos sempre a beneficiar a região favorecida, que a todo o custo se esforçará no sentido de a justificar. Desta forma, MYRDAL parece ter explicado a razão por que existem países pobres e ricos, um mal cuja solução parece, por enquanto, adiada, embora os esforços se venham multiplicando no sentido de se reduzir o fosso que separa os dois grupos de países.

Muitos autores como PREBISCH, SEERS E THIRLWALL preocupam-se com a problemática do equilíbrio nas trocas internacionais em que intervêm os países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Esses autores, de um modo geral, tentam relacionar o estado da economia com a situação da balança de pagamentos.

Por exemplo, PREBISCH verificou que uma das razões para a degradação dos termos de troca nos PVD é o facto de nas relações internacionais as importações desses países crescerem a um ritmo superior ao das exportações, o que leva ao progressivo agravamento do défice da balança de pagamentos (35). Esta situação se persistir, o que se torna insustentável, é habitualmente corrigida, tendo

33. Vd. THIRLWALL (1983), p.136.

34. Vd. THIRLWALL (1983), p.136.

35. Por seu turno SEERS, utilizando funções de importação do centro

em consideração as estruturas produtivas desses países, através da redução da taxa de crescimento do rendimento, para que a taxa de crescimento das importações diminua (36). Esta forma de actuar para resolver o grave problema do défice da EP, fazendo reduzir a taxa de crescimento do produto nos países subdesenvolvidos, faz aumentar ainda mais o fosso que os separa dos países ricos.

A problemática de ganhos e perdas como consequência da participação no comércio internacional entre países desenvolvidos e países em vias do desenvolvimento tem sido habitualmente tratado na perspectiva de termos de troca (37), como já tivemos ocasião de referir.

Pode definir-se de uma forma simples os termos de troca como a relação entre os valores de exportações e importações. Ou, dito de outra forma, é a razão entre os índices dos valores unitários médios das exportações e das importações de um determinado país num dado período. Trata-se, simplesmente, de avaliar a evolução das relações dos preços relativos de bens exportados e importados no espaço e tempo.

e periferia concluiu que, em termos per capita, o fosso será acentuado se a taxa de crescimento demográfico for maior na periferia. E postulou que uma forma de reduzir o défice é a redução de elasticidade rendimento da procura da periferia pelos produtos manufacturados do centro e o incremento da elasticidade rendimento da procura pelas exportações da periferia.

Tanto SEERS como PREBISCH consideram preços relativos constantes entre os países do centro e da periferia. [Cf. THIRLWALL (1983), p.142]

36. Uma forma sábia de corrigir o défice da balança de pagamentos, e que se tornou muito comum nos nossos dias, é a desvalorização da moeda nacional, que actua como um incentivo à exportação. Todavia, os seus efeitos nos países em vias do desenvolvimento não têm sido animadores.

37. Vd. MOURA (1966), p.403.

Os termos de troca, como ficou dito, não são mais do que a comparação entre os valores de exportação e importação de um determinado país e permitem-nos saber qual foi a variação sofrida nos respectivos preços dos bens exportados e importados. Neste sentido, os termos de troca permitem-nos avaliar se num determinado ano as exportações de um país lhe permitiram importar mais, menos ou igual a um determinado ano anterior. Por isso, em termos práticos, o que se pretende analisar é a evolução da relação entre as exportações e as importações ao longo de uma série de anos.

Assim, um país terá maior ou menor capacidade para importar, supondo-se fixado o volume de exportação, se os preços das exportações tiverem aumentado ou diminuído em relação aos preços das importações. Neste sentido, e para facilitar o estudo, torna-se conveniente construir os índices de preços relativos tanto de exportações como de importações e comparar a tendência das razões de troca ao longo do período. Deste modo, a análise parece orientar-se no sentido das relações de alteração dos preços relativos de exportações e importações. Estas relações estão associadas à estrutura e tendências da procura e da oferta regional e mundial relativamente a produtos de origem agrícola e de bens industriais (38).

Esta metodologia tem por base a desagregação de certos dados com o objectivo de melhor aprofundar a análise e obter informações mais ajustadas à realidade, quando se sabe que as receitas de exportação dos países subdesenvolvidos são muito instáveis e as necessidades de importação são mais ou menos regulares.

De um modo geral, os preços dos produtos de importação dos países em desenvolvimento crescem mais depressa do que os de exportação e determinam neles uma evolução desfavorável dos termos de troca. Nomeadamente porque exportam, essencialmente, produtos primários e/ou manufacturados com recurso a tecnologias elementares e uma forte intensidade do factor trabalho. E importam, além

38. MOURA (1966), p.407.

de bens de consumo alimentar, produtos de elevada tecnologia e, bem assim, os combustíveis nos casos em que tal se aplica.

Com a desvalorização da moeda nacional dos países em vias de desenvolvimento os termos de troca degradam-se-ão ainda mais porque os preços de exportação tenderão consequentemente a baixar enquanto que os de importação aumentarão, e a balança comercial resultará desequilibrada se as exportações não aumentarem proporcionalmente mais do que as importações.

Recorrendo aos montantes de importações e exportações constantes do anuário da CNUCED (1987 e 1989), e calculando os índices respectivos, concluímos que as relações de trocas externas de S. Tomé e Príncipe têm vindo a deteriorar-se de forma acentuada a partir, sobretudo, do ano de 1981.

Os anos de 1979 e 1980 em que o país revelou maior capacidade para importar, relativamente ao período posterior à independência, devem-se, essencialmente, a maiores aumentos de receitas de exportação do cacau em consequência da elevação da sua cotação nos mercados mundiais naquele período.

Parece haver uma certa expansão nas importações do país em períodos de maiores receitas de exportação. Este facto que, não sendo exclusivo a S. Tomé e Príncipe, é muito frequente nas economias de desenvolvimento lento e serve para justificar o argumento de maior capacidade para importar quando as divisas aumentam devido à exportação.

Embora os aumentos de receitas arrastem aumentos nas importações, a situação contrária, isto é, a diminuição das receitas de exportação, não conduz, necessariamente, à redução proporcional nas importações, devido à rigidez de certos importáveis, de consumo considerado inadiável. Isso significa que, numa perspectiva de correcção do desequilíbrio externo em que as receitas de exportação são tendencialmente menores, poder-se-á controlar as importações pela redução apenas até um certo nível. Neste caso, para corrigir o défice da balança de pagamentos os modelos de PREBISCH e SEERS podem ser aplicados dentro de certos limites, para que a população não seja demasiado sacrificada. Pensamos ser o

modelo de DIXON-THIRLWALL melhor do que aqueles, por prever a desvalorização da moeda o que funciona como um estímulo às exportações e, mantendo um certo nível de importações, o déficit poderá ser controlado. Mas para que isso aconteça torna-se necessário que as estruturas produtivas nacionais tenham suficiente capacidade para responderem favoravelmente aos impulsos da desvalorização monetária.

Valor de Exportações e Importações em Milhões de Dólares

A PREÇOS CORRENTES				A PREÇOS DE 1970			
ANO	EXP	IMP	BC	EXP	IMP	BC	EXP/IMP
1950	7	4	3	88	50	38	1,76
1960	7	5	2	88	63	25	1,4
1970	8	9	- 1	100	113	- 13	0,88
1975	7	11	- 4	88	138	- 50	0,63
1979	22	20	2	275	250	25	1,1
1980	20	19	1	250	238	12	1,05
1981	14	17	- 3	175	213	- 38	0,82
1982	9	15	- 6	113	188	- 75	0,60
1983	6	10	- 4	75	125	- 50	0,60
1984	7	12	- 5	88	150	- 62	0,58
1985	5	13	- 8	63	163	-100	0,36
1986	5	15	- 10	63	188	-125	0,33
1987	6,5	13,6	-7,1	81	170	- 89	0,47
1988	9,5	14,1	-4,6	119	176	- 58	0,67

Fonte: CNUCED(1987) até 1986; UNCTAD(1989) 1987 e 1988.

6. A ECONOMIA DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE E OS MODELOS APRESENTADOS: APLICAÇÃO E CRÍTICA

Os mercantilistas preocupavam-se fundamentalmente com a situação da balança de pagamentos porque pensavam que a prosperidade de uma nação dependia do seu saldo positivo. Também na actualidade os países empenham-se em tornar positiva a sua balança de pagamentos ou, pelo menos, em reduzir o seu défice. Esta preocupação mercantilista tem merecido alguma atenção da parte de muitos economistas por assumir certa relevância para a política económica actual no âmbito das relações económicas mundiais, nomeadamente, os efeitos monetários de curto e médio prazo sobre a BP.

Assim, um país que experimente uma crise com elevadas taxas de desemprego e uma fraca propensão para investir, a redução da taxa de juro é um instrumento eficaz para estimular a actividade económica e, eventualmente, eliminar os desequilíbrios existentes, em regime de economia de mercado.

De igual modo, uma política monetária expansionista, isto é, o aumento de meios de pagamento à disposição dos agentes económicos, pode produzir os mesmos efeitos ao conduzir à redução de taxas de juro.

Se a BP apresentar saldos positivos isso significa aumento de meios monetários internos desde que tudo o resto se mantenha constante. Desta forma, saldos positivos da BP podem determinar abundância de meios de pagamento, redução das taxas de juro, aumento de investimento, do emprego, supondo-se em situação de subutilização da mão-de-obra, isto é, de desemprego, aumento do rendimento, do consumo e, bem assim, a diminuição da poupança, em consequência do aumento do consumo, etc. Neste sentido e nas condições impostas, um país que tem dificuldades económicas deve lutar para obter saldos positivos na sua BP e inverter o curso dos acontecimentos.

A situação de S. Tomé e Príncipe é ligeiramente diferente da situação acabada de descrever. A economia deste país sofre de

uma crise com pleno ou quase pleno emprego de mão de obra (39). Neste caso, o saldo positivo da balança de pagamentos terá efeitos necessariamente inflacionistas, porque as estruturas produtivas existentes não têm capacidade de resposta ou, pelo menos, para amortecer o aumento da procura agregada que, de certo modo, se resume à procura de bens e serviços e, em consequência, os preços disparam.

Em teoria, aqueles efeitos inflacionistas reflectir-se-ão tendencialmente na taxa de câmbio e, em última análise, desfavoravelmente na competitividade externa das exportações e positivamente na competitividade interna das importações.

Admite-se que o processo deverá continuar até ao restabelecimento do equilíbrio internacional do país em questão, desde que as taxas de câmbio variem livremente. Contudo, existem factores económicos e também extra-económicos que inviabilizam o caminhar de certas economias para a posição de equilíbrio, em especial as dos PVD's.

Em relação a S. Tomé e Príncipe e admitindo a hipótese do saldo positivo da BP, os efeitos inflacionistas daí decorrentes não parecem influenciar negativamente a competitividade externa do país. Não é por aí que os preços do cacau sofrem alteração (40). Os preços dos produtos exportáveis por S. Tomé e Príncipe são fixados exogenamente. Não dependem do equilíbrio interno, nem tão pouco do equilíbrio externo.

Parece existir alguma aproximação entre as teses mercantilistas e os conceitos da teoria moderna no que respeita ao modo como contornar o mal quando se está em situação de crise.

O conceito mercantilista de comércio, em que os ganhos de uns redundam em perdas para outros Estados devido a ser fixa a riqueza monetária, parece ganhar algum interesse nos tempos moder-

39. Como teremos ocasião de ver mais adiante S. Tomé e Príncipe teve na mão-de-obra o seu maior obstáculo ao desenvolvimento.

40. Este assunto será tratado em pormenor no capítulo seguinte.

nos quando se aborda a problemática das relações comerciais internacionais entre países pobres e ricos. Aqui parecem ter validade as teses mercantilistas de ganhos e perdas como consequência de participação no comércio internacional, pois é notório o fosso que separa os países pobres e ricos em termos não só de rendimentos, como também das posições que assumem no Comércio Internacional (41).

De acordo com as condições do modelo de RICARDO, S. Tomé e Príncipe teria de insistir na cultura do cacauzeiro porque em relação a outras actividades económicas tem, nessa cultura, uma vantagem (42).

Com a especialização S. Tomé e Príncipe exportará seu cacau para os países industrializados. As receitas dessa exportação que apresentam valores muito instáveis, cujas causas serão abordadas mais adiante, destinam-se, essencialmente, a financiar as importações provenientes de países ocidentais.

A aceitação dos princípios das vantagens comparativas e também das suas consequências levaria a que S. Tomé e Príncipe, cuja especialização é a cultura do cacauzeiro, tivesse que exportar sistematicamente cacau e importar um conjunto de bens provenientes de países ocidentais, dos quais se destacam fertilizantes, adubos, máquinas industriais, produtos farmacêuticos, bens de consumo alimentar e, bem assim, os combustíveis, cujos preços tendem a aumentar mais acentuadamente do que os do cacau. Este facto, como já tivemos ocasião de o referir anteriormente, conduz a uma deterioração dos termos de troca do país e afasta-o ainda mais dos níveis de desenvolvimento dos países ocidentais.

Os preços dos produtos industrializados estão sujeitos a

41. Texto nº 2 de REI, 1978/79, p.7.

42. Aparentemente, não há nada que impeça um país de reformular toda a sua estrutura produtiva e de passar a especializar-se noutras actividades económicas. O modelo de RICARDO é demasiado rígido e não leva em consideração esta hipótese.

maiores aumentos do que os da agricultura, por nos sectores industriais as inovações tecnológicas serem mais frequentes e também mais efectivas e contribuirem decisivamente para elevar a produtividade do factor trabalho. Em consequência, a aplicação prática do modelo de RICARDO à economia de S. Tomé e Príncipe colocá-la-ia numa situação muito difícil, na medida em que a exclusiva especialização na agricultura, em que os índices de produtividade são geralmente muito baixos, não permitirá que o país consiga evoluir no sentido do desenvolvimento. E este depende das receitas de exportação que, ao serem insuficientes, comprometerão o processo de desenvolvimento.

A dependência face a um único produto de exportação envolve riscos, que devem ser devidamente ponderados. Por exemplo, os preços do cacau no mercado mundial estão sujeitos a flutuações mais ou menos frequentes e, quando estas funcionam no sentido da redução das receitas de exportação, a capacidade do país de importar será diminuída e o processo de desenvolvimento ameaçado.

Uma das causas que nos últimos anos mais tem contribuído para a flutuação dos preços com tendência para a baixa é o aumento da produção de cacau à escala mundial. Outro factor de instabilidade não menos importante é a constante pressão dos países industrializados consumidores de cacau no sentido de aumentarem a produção de sucedâneos de cacau. Estes factores, e também outros aqui não mencionados, são suficientemente reveladores dos perigos de uma especialização com base num único produto, como é o caso de S. Tomé e Príncipe em relação ao cacau.

A este propósito, LIST e muitos outros economistas levantaram a sua voz em defesa da ideia de uma protecção à "indústria nascente" contra os riscos emergentes de uma especialização acentuada na agricultura.

Esses economistas defendiam que era conveniente os países em desenvolvimento protegerem, na fase de arranque, as suas indústrias de agressões concorrenciais do exterior, na hipótese de mais tarde poderem vir também a exportar os produtos do seu sector

industrial, libertando-se, assim, do "círculo vicioso da pobreza".

Desta forma, os seus princípios inscrevem-se na linha daqueles que defendem uma política de substituição de importações como via para o desenvolvimento. Esta estratégia falhou redondamente nos países africanos e teve consequências amargas para as suas populações.

A semelhança da Lei das Vantagens Comparativas a aplicação do modelo das dotações em factores à economia de S. Tomé e Príncipe terá como consequência a sua especialização em produtos de natureza agrícola. Aliás, tratando-se de um país em desenvolvimento, é relativamente mais abundante no factor trabalho e de acordo com as condições do modelo, este factor deve ser utilizado de forma intensiva na produção de bens que serão objecto de exportação. Em contrapartida, o país importará aqueles bens que utilizam intensivamente os factores de produção em relação aos quais tem escassez. Isso significa que S. Tomé e Príncipe terá de se especializar e exportar produtos agrícolas e de importar produtos de tecnologia elaborada. Neste caso, o modelo de HECKSCHER-OHLIN que parece confirmar a teoria das vantagens comparativas, ao definir o sentido da especialização, tem a particularidade de se basear em dotações de factores.

Todavia, esta teoria parte de pressupostos difíceis de se sustentar, nomeadamente a identidade de funções de produção. A sua aceitação implica, acima de tudo, que os níveis de desenvolvimento sejam idênticos entre os parceiros comerciais. Implica, de igual modo, que haja uma perfeita difusão de conhecimentos tecnológicos a nível mundial quando se sabe que apenas os países mais industrializados, como é o caso da RFA, Japão, EUA, Inglaterra e França, possuem níveis de desenvolvimento mais ou menos semelhantes, sendo os seus padrões tecnológicos próximos. Constata-se, também, que cada vez mais o comércio internacional parece orientar-se no sentido de maior intensidade de troca entre aqueles países e em relação a bens

similares do que entre bens de países com estruturas produtivas diferentes (43).

A aplicação do modelo entre países em que existe uma diferença importante nas funções de produção torna-se extremamente difícil de se verificar, a não ser que os países industrializados decidam instalar suas filiais nos países em desenvolvimento, caso em que as funções de produção tenderão a aproximar-se. Mas este novo elemento do comércio internacional põe em causa as hipóteses de base, em que o modelo foi estruturado (44).

A aplicação do teorema das dotações em factores entre países industrializados e países em vias de desenvolvimento, no enquadramento clássico, significa simplesmente que o factor trabalho deve ser expatriado sempre que se revele abundante comparativamente ao factor capital, de modo a aliviar o desequilíbrio interno do país em vias de desenvolvimento e possibilitar-lhe uma participação activa no comércio internacional. Pois, de outro modo, a tendência para a igualização das remunerações dos factores estaria inviabilizada, porque o simples comércio de produtos, situação geralmente verificada para os países subdesenvolvidos, a que S. Tomé e Príncipe pertence, não parece ser suficiente para conduzir à igualização completa dos preços dos factores (45).

Outra condição (46) importante do modelo, que inviabili-

43. LINDERT (1989), p.56.

44. Vd. BOISSELIER (1973), p.45.

45. Cf. BOISSELIER, p.44.

46. Trata-se dos custos de transportes, o que é uma condição difícil de contornar, que pesam cada vez mais nas relações comerciais entre os países em vias de desenvolvimento e os países desenvolvidos. No caso de S. Tomé e Príncipe esse peso tende a ser maior devido à sua condição de insularidade. A sua inclusão no modelo põe em causa a lei da igualização dos factores.

za a sua aplicação à economia de S. Tomé e Príncipe, é a plena utilização das capacidades produtivas, condição essencial para haver a igualização dos preços dos factores (47). Verifica-se que nos países em desenvolvimento os recursos disponíveis, ainda que escassos, não são utilizados na sua plena capacidade. Além disso, a igualização dos factores pressupõe um certo estado de desenvolvimento das forças produtivas dos países participantes no comércio internacional.

CONCLUSÃO

Os modelos clássicos de especialização tal como aqui foram apresentados não nos parecem adequados à estrutura da economia de S. Tomé e Príncipe. A sua aplicação, por si só, não conduziria a que o país obtivesse ganhos com a sua participação no comércio internacional. Para que isso acontecesse era necessário que S. Tomé e Príncipe produzisse bens de exportação com mais valor acrescentado do que o aumento de valor acrescentado contido nas importações. Ou seja, o valor acrescentado nas exportações deve aumentar, dentro de certos limites, a um ritmo superior ao das importações do país. O que, de facto, nos parece muito difícil de acontecer, pelo menos nos próximos tempos, se for mantida a mesma estrutura produtiva.

Se as diferenças de dotações em factores entre países são insuficientes para determinar a especialização que garanta o desenvolvimento dum país subdesenvolvido, também a lei de RICARDO não faz melhor e, neste quadro, pensamos que a opção por outras actividades económicas importantes deva ser encarada como alternativa para o processo de desenvolvimento, conquanto proporcione ganhos de produtividade.

47. Vd. BOISSELIER, p.45.

SEGUNDA PARTE: ECONOMIA DO CACAU DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE NO PERÍODO ANTERIOR A INDEPENDÊNCIA

1 - CARACTERIZAÇÃO DA ESTRUTURA DA ECONOMIA DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE

S. Tomé e Príncipe herdou do período colonial uma economia essencialmente agrícola e mantém até hoje a mesma estrutura produtiva.

Este país defronta-se com imensos problemas ao seu desenvolvimento que são reforçados pelo seu isolamento face ao continente africano e ao resto do mundo, pela sua pequenez, e, consequentemente, pela reduzida dimensão do seu mercado (48).

O isolamento é um obstáculo importante ao processo de desenvolvimento do país na medida em que as suas importações, devido ao transporte de mercadorias, são agravadas em mais ou menos 30 % do custo.

A inexistência de mão-de-obra qualificada ou a sua má qualificação, a deficiente preparação dos quadros técnicos e a ausência de infraestruturas adequadas, nomeadamente as portuárias, são algumas das carências a ter em consideração.

Numa perspectiva sectorial, em termos de PIB (ver quadro A), torna-se claro que o sector primário, representado, essencialmente, pela agricultura, tem um peso enorme na economia do país. Em 1988 concorreu com 28,9 % para o PIB. O sector secundário contribuiu com 10,7 %, enquanto que o terciário apresentou uma percentagem de 60,4 %.

48. Em 1989 a população total da RDSTP era de 114.530 habitantes.

QUADRO A

Estrutura do PIB por sector em percentagem

	1983 (a)	1984	1988
Sector Primário	26,7	—	28,9
Agricultura	18,7	—	24,6
Cacau	—	28,5(b)	—
Pesca	6,0	6,3(c)	4,3
Sector Secundário	18,6	—	10,7
Ind. Transp.	8,6	—	6,9
Construção	7,4	—	3,8
Elect. Gas e Agua	2,6	—	—
Sector Terceário	54,6	—	60,4
Comércio	28,4	—	30,6
Administração	25,0	—	23,0
Outros Serviços	1,2	—	6,8
TOTAL	100	—	100

FONTE: Direcção de Economia e Estatística - Ministério de Economia e Finanças da RDSTP (8 de Outubro de 1989) in MEMOIRE DE SÃO TOMÉ ET PRÍNCIPE 1980, p.9.

(a) - Cálculo efectuado pelo autor com base no quadro nº20

(b) - Ver o quadro nº19.

(c) - Mesa Redonda da RDSTP, 1985, p.54.

A contribuição do sector industrial, que é composto por algumas unidades de transformação de produtos de natureza agro-alimentar (azeite da palma, bebidas, cervejas e pão), madeiras, mobiliário e empresas do ramo da indústria ligeira (texteis, sabão, tijolos e cerâmica), tem sido diminuta, designadamente 8,6 % em 1983 e 6,9 % em 1988. Este sector está virado basicamente para as necessidades do mercado interno.

O sector dos serviços não pára de crescer - 54,6 % em 1983 e 60,4 % em 1988 - mas todavia não contribui para a obtenção

de divisas para o país.

Em termos produtivos, S. Tomé e Príncipe depende praticamente da agricultura cujo peso no PIB é de 24,6 % sendo ela a responsável pelas receitas de exportação do país.

As pescas representam apenas 4,3 % e são insuficientes para cobrir a necessidade do mercado local.

Em termos de emprego (ver o quadro B) a agricultura é o ramo de actividade mais importante do país, pois absorve mais de metade da população activa total. A indústria ocupa apenas cerca de 5,5 %, enquanto que o sector terciário emprega mais ou menos 30 % daquela população.

QUADRO B

Emprego por Sectores de Actividade Económica

	1981	%	1983	%	1984	%
Sector Primário	16.487	57		56		
Agricultura	15.072	52,2				
Pescas	1.415	4,9	1600	
Sector Secundário	3.710	12,8				
Ind. Transf.	1.622	5,6	5,5		
Construção	1.802	6,2				
Electricidade	286	1,0				
Sector Terciário	8.676	30				
TOTAL	28.873	100				

FONTE: MESA REDONDA 1985, pp.10 e 127.

Direcção de Estatística da RDSTP.

Dos produtos que compõem a exportação da RDSTP, o cacau é aquele que tem maior peso e representa praticamente a totalidade da exportação do país (ver, por exemplo, os quadros C e nº 3).

QUADRO C

Estrutura da Exportação da RDSTP em 1988 em Milhões de Dobras

		%	
Cacau	884	95	
Copra	37	3,9	
Côco	3	0,3	
Leguminosas	3	0,3	
Outros	3	0,3	
TOTAL	930	100	

FONTE: Direcção da Economia e Estatística - Ministério da Economia e Finanças da RDSTP in MEMOIRE de SAO TOME -ET- PRÍNCIPE, 1990, p.22.

Ao longo da década de oitenta o cacau assumiu, em média, mais de 80 % das receitas de exportação, enquanto que o seu preço nos mercados mundiais continua a baixar sucessivamente, o que faz com que a economia de S. Tomé e Príncipe seja, por um lado, muito dependente, instável e, por outro, ~~lado~~ muito vulnerável.

Além da flutuação dos preços que tem sido particularmente desfavorável à economia de S. Tomé, também a produtividade do cacau tem vindo a degradar-se continuamente. Em 1974 a produção de cacau era de 10.000 toneladas, em 1980 foi de 7.000 toneladas e passou a 4.000 toneladas em 1989 (ver o quadro nº 2).

Em termos globais, o crescimento económico foi muito fraco durante a década de oitenta (-1,4 % em 1987 e 1,5 % em 1989) e não tem contribuído para o saneamento dos grandes desequilíbrios que a economia do país sofre.

A situação da economia Sãotomense é, de facto, muito

preocupante. A penúria alimentar já vai-se instalando no país e lá vai fazendo parte do quotidiano do povo.

As necessidades de importação são enormes. O país precisa de quase tudo quanto consome. A dependência face ao exterior é muito forte e espelha-se, fundamentalmente, nos domínios alimentar (49), energético (50), medicamentoso e de matérias-primas.

Em 1988 os défices da balança comercial, pagamento e, bem assim, o défice orçamental assumiram, respectivamente, em relação ao PIB, 9,5 %; 23,9 % e 3,3 % (51). Em 1989 a dívida externa global ascendeu a 102,6 milhões de dólares e em 1991 (Março) situou-se em 250 milhões de dólares (52).

O programa de Ajustamento Estrutural, encetado pelo governo a partir de Junho de 1987 (53), com o intuito de corrigir os graves desequilíbrios internos e externos e relançar a economia agrícola, não tem estado a resultar, embora muito dele se esperasse.

Perante este quadro sombrio em que se move a economia de S. Tomé e Príncipe, baseada na monocultura do cacau, torna-se necessário e urgente perspectivar alternativas válidas para se fazer face à presente situação.

Neste capítulo vamos analisar um conjunto de factores, internos e externos, que contribuíram para a crise da economia de S. To-

49. Mais de 35 % da importação total da RDSTP em 1988, destinou-se a bens alimentares [Mémoire de São-Tomé-Et-Príncipe, 1990, p.3]

50. Em 1990, a importação de combustível cifrou-se em 2.500.000\$USA enquanto que as receitas de exportação totalizaram 3.500.000\$USA [Cf. Boletim do PCD - GR, RDSTP, p.5]

51. Mémoire, 1990, p.3.

52. Vd. - Boletim do PCD - GR, nº 0, de 9 de Setembro de 1991, RDSTP, p.4.

53. Mémoire, 1990, p.3.

mé e Príncipe, tornando mínimas as hipóteses do desenvolvimento com base na cultura do cacau.

2 - O ENQUADRAMENTO HISTÓRICO DA CULTURA DO CACAUEIRO EM S. TOMÉ E PRÍNCIPE

2.1 AS ORIGENS DO CACAUEIRO

O cacaueiro foi designado por Linneu de *Theobroma cacao* e faz parte da família das Liliáceas (54).

A espécie *Theobroma cacao* compreende um número diverso de variedades cultivadas como produtoras de cacau. Geralmente agrupa-se em três classes principais: creoulos, forasteros e cabacillos (55).

Proveniente da bacia do Amazonas (56) ou do Amazonas e do Orenoco (57), o cacau tinha sido cultivado, durante vários séculos, na Colômbia, inicialmente pelos índios e, muitos anos depois, pelos espanhóis.

Muito se tem especulado sobre o início da cultura do cacaueiro. No entanto, as opiniões divergem. Todavia, o que se pode afirmar é que o cacau já era consumido pelos Aztecas antes da descoberta da América. Os Maias cultivavam-no no México e na Guatemala (58). Os Aztecas designavam o cacaueiro por *Cacahoauhuitl*,

54. ALVIM (1972), p.10 ou " As doenças das plantações de cacau nas ilhas de S. Tomé e Príncipe " - Companhia Agrícola Ultramarina, trabalhos realizados durante os anos de 1916 a 1920, p.6.

55. " Le Cacao dans les États ACP", pp.88 e 89. Ver também AMZALAK, p.23, entre outros.

56. WOOD (1975), p.1 bem como ALVIM (1972), p.11.

57. ROHAN (1964), p.18.

58. WOOD (1975), p.1.

os frutos por cacahoacentli e as sementes por cacahoatl (59). A sementeira, a plantação e a colheita eram alvo de cerimónias religiosas.

Antes de os espanhóis chegarem à América, as sementes do cacau serviam de moeda de troca (60) na América Central e, ainda, para preparar uma bebida denominada chocolatl (61), cujos ingredientes eram, entre outros, água e baunilha (62). As sementes do cacau eram recolhidas como tributo lançado pelos Aztecas sobre os povos vencidos, no limiar do séc. XIII (63).

2.2 A INTRODUÇÃO DO CACAUEIRO EM S. TOMÉ E PRÍNCIPE

Parece-nos que a chegada dos espanhóis às terras da América deu uma nova dimensão à produção do cacau, não só ao nível local, mas também a um nível mais geral.

Constatando que as sementes do cacau misturadas com o açúcar davam uma excelente bebida, os espanhóis, começaram, desde então, a divulgar, tanto internamente como a nível dos países europeus, a tão famosa bebida, descoberta em terras da América. Foi assim que os espanhóis introduziram a cultura do cacaueiro nalgumas das suas possessões americanas (64): na Trinidad no ano de 1525, nas Celebes no ano de 1560 proveniente de Caracas, espalhando-se,

59. PARADIS (1979), p.183.

60. BONDAR* (1929), p.2.

61. WOOD (1975), p.1 bem como BRAUDEAU (1970), p.9 ou outros.

62. PARADIS (1979), pp.192-193.

63. " Le cacao dans les États ACP ", *Le Courrier*, p.73.

64. WOOD (1975), p.2.

depois, pelas índias orientais (65).

As primeiras plantações foram introduzidas no Pará (Brasil), no ano de 1678 (66) ou no ano de 1740 (67) e na Bahia no ano de 1746 (68) ou de 1755 (69).

O cacauieiro, introduzido no Brasil, foi durante muito tempo ali explorado pelos autoctones para a preparação de uma bebida ou de uma geleia a partir de goma que envolve as sementes, que não tinham qualquer aproveitamento.

Só após o período pombalino, se iniciou a cultura do cacauieiro no Brasil visando a obtenção de sementes.

Considera-se como mais provável o ano de 1822 para a introdução do cacauieiro no arquipélago de S. Tomé e Príncipe. As opiniões dos diferentes autores quanto à data da sua introdução em S. Tomé e Príncipe são divergentes. Assim, enquanto uns, como CHEVALIER (70), afirmam que os primeiros cacauieiros cultivados em S. Tomé e Príncipe tinham sido importados de Fernando Pó, outros, como BONDAR (71) e GARCEZ (72), insistem na sua proveniência do Brasil. Seja como fôr, não existem provas inquestionáveis da sua proveniência. Os argumentos dos autores fundamentam-se em suposições mais ou menos justificadas.

65. NAVA (1953), p.5.

66. MENDES (1946) [Cf FERRÃO (1963), p.17]

67. NAVA (1953), p.6.

68. LÉRY (1960), p.21; ver também BONDAR (1929), p.7.

69. NAVA (1953), p.6.

70. CHEVALIER (1908), p.31.

71. BONDAR (1929), p.5.

72. GARCEZ (1955), p.35.

Tudo leva a crer que o cacauzeiro tenha vindo do Brasil uma vez que:

1 - José Ferreira Gomes mantinha navegação e comércio entre Angola, S. Tomé e Brasil;

2 - Nessa altura o cacauzeiro estava em plena expansão no Brasil, principalmente por iniciativa da Companhia do Grão Pará e Maranhão;

3 - As primeiras plantas foram introduzidas como ornamentais na Roça de Cima Ló no Príncipe, propriedade daquele José Ferreira Gomes;

4 - Não existem dados sobre a produção de cacau de Fernando Pó antes daquela data de 1822.

Devido ao intenso intercâmbio comercial que existia entre S. Tomé e Príncipe e o Brasil naquele período e devido à transferência da capital provincial para a ilha do Príncipe, no ano de 1753, motivada pelas crises internas e invasões estrangeiras (73), admite-se como mais razoável que o cacauzeiro tenha vindo do Brasil para a ilha do Príncipe. Além disso, todos os autores parecem concordar que a introdução do cacauzeiro se fez no ano de 1822, na ilha do Príncipe. É assim que NAVA (74) afirma ter sido o cacauzeiro introduzido pela primeira vez na ilha do Príncipe no ano de 1822 pelo Coronel FERREIRA (75) e levado em 1830 para S. Tomé pelo Barão de Água-Izé.

Parece-nos, pois, legítimo admitir que tenha sido a ilha do Príncipe a primeira das ilhas a receber o cacauzeiro. Esta cultura foi introduzida no fim do séc. XIX, nos Camarões, no Congo e no Ghana, de onde se espalhou para o Togo e para a Costa do Marfim (76).

73. FERRÃO (1963), p.27.

74. NAVA (1953), p.6; REBELO (1930), p.178 ou FERRÃO (1963), p. 27.

75. NAVA (1953), p.6. Ver também LÉRY (1960), p.21 ou BONDAR (1929), p.5 ou ainda MORBEY (1984), p.12.

76. NAVA (1953), p.6.

2.3 AS CONDIÇÕES FAVORÁVEIS AO DESENVOLVIMENTO DO CACAUEIRO

Muitos especialistas preocupados com o enquadramento botânico a atribuir às espécies de cacaueteiro (77) encetaram vários estudos no sentido de encontrarem uma classificação apropriada. A sua atenção prendeu-se, essencialmente, com os aspectos que têm a ver com a configuração física do cacau.

Foi assim que, em 1944, CHEESMAN (78) classificou o cacau comercial em creoulo e forastero, tomando por base a diferenciação nas características dos frutos e das sementes. Em condições idênticas de cultivo, os forasteros desenvolvem-se mais, são mais rústicos e resistem melhor às pragas e doenças, frutificam mais em pouco tempo e têm um período de vida mais longo. Em termos comerciais, a sua qualidade é inferior à variedade do tipo creoulo. Todavia, as vantagens culturais conduziram à substituição dos cacaueiros creoulos em quase todos os países produtores de cacau, de modo que, presentemente, mais de 80% do cacau comercial mundial é do tipo forastero (79). Por outro lado, a tecnologia dos cacaos creoulos permite a obtenção de um produto comercial que substitui bem os tradicionais creoulos.

O grupo de cacaos forastero encontra-se no oeste africano, no Brasil, no Equador e na maior parte das culturas dos países da América Central e do Sul. As suas sementes são mais ou

77. O cacaueiro, designado por Linneu de *Theobroma Cacao*, está actualmente incluído na família Sterculiaceae, tribo Byttneriae, e é a única espécie do género *Theobroma* de maior interesse económico [BRAUDEAU (1970), pp 9 e 15; MURRAY (1970), pp 16-17 ou ainda FERRÃO (1963), pp 19 e 21]

78. CHEESMAN (1944), p. 145 e segs. Também VAN HALL (1932) elaborou uma classificação muito interessante. Pensa-se que a sua classificação é a mais utilizada na tecnologia do cacau, pelo facto de ser muito simples e também muito prática [Cf. CHEESMAN (1944), p.144]

79. "Le Cacao dans les États ACP", p.89.

menos achatadas e de cor violeta, quando frescas. Os frutos são de cor verde, e amarela na fase de maturidade. A superfície dos frutos é lisa ou pouco sinuosa (80).

Os industriais de chocolate dão maior preferência às sementes de dimensão média e de cor castanho escuro. Estas são cultivadas no Ghana, na Nigéria, na Costa do Marfim e em certas localidades de Camarões (81). Tudo indica que a base das plantações do cacau de S. Tomé e Príncipe foi feita com cacaos forasteros amazônicos, vindo a transformar-se no chamado cacau amelonado de S. Tomé ou no creoulo de S. Tomé, nome com que ficou conhecido justamente por ter sido a primeira plantação introduzida nas ilhas (82).

Devido à sua crescente importância no arquipélago de S. Tomé e Príncipe os agricultores, que mais se empenhavam na expansão da cultura do cacau, decidiram optar por um processo de cultivo em que eram seleccionados os tipos de cacau de maior produtividade entre aqueles cuja qualidade fosse melhor (83). Assim, o primeiro ensaio da nova metodologia de cultivo deu-se mais ou menos em 1906, em S. Tomé, com a introdução do cacau da Venezuela de frutos violáceos (84) bem como o forastero da Trinidad. Devido à sua grande resistência às doenças (85) este último tipo passou a expandir-se pela ilha.

Muitas tentativas foram feitas, especialmente pelos administradores ou proprietários das roças, no sentido de encontra-

80. "Le Cacao dans les États ACP", p.88.

81. "Le Cacao dans les États ACP", p.88.

82. FERRÃO (1963), p.24.

83. FERRÃO, p.24.

84. FERRÃO, p.24.

85. FERRÃO, p.21.

rem uma combinação satisfatória de cacaos que pudesse ser mais resistente às doenças e pragas e que fosse igualmente mais produtiva (86). Como consequência, encontram-se hoje, em S. Tomé, diferenças muito sensíveis nos cacaos ali cultivados. As variadíssimas formas de cultura existentes numa mesma plantação sugerem tratamentos tecnológicos diferenciados o que põe, à partida, dificuldades dificilmente superáveis (87).

Para além dos grupos forastero e creoulo já mencionados, existe ainda o grupo Trinitário (88). O grupo creoulo está em extinção, devido, essencialmente, à sua forte sensibilidade às doenças, não obstante a consideração, que geralmente é feita, em relação à sua qualidade e ao seu aroma, sendo-lhe as críticas altamente favoráveis. O Trinitário, que é de qualidade intermédia, hoje representa 15% da oferta mundial de cacau e é cultivado no México, na América Central, nas Caraíbas, na Colômbia, na Venezuela e no Equador.

Uma outra classificação mais recente e que pensamos ser de natureza tendencialmente comercial distingue os cacaos entre correntes e finos (89). Os primeiros são provenientes de África Ocidental e do Brasil. Em geral, são de variedade forastera, mais ou menos uniformes, mais limitados em volume e têm um sabor mais variado. Os cacaos finos são derivados do tipo creoulo e trinitário e frequentemente colhem maiores preferências dos fabricantes de chocolates. Nos últimos anos a sua produção tem vindo a diminuir significativamente em benefício de outras variedades híbridas, cujo sabor é inferior. Contudo, o recurso a processos tecnológicos tem permitido reduzir e/ou anular a inferioridade de gosto desta

86. FERRÃO, p.24.

87. FERRÃO, p.24.

88. BRAUDEAU (1970), p.20; Ver ainda "Le Cacao dans les États ACP", p.89.

89. CURTIS (1987), p.19.

última variedade aproximando-o da preferência dos consumidores (90).

Os cacaus de S. Tomé e Príncipe são de boa qualidade e o sabor das suas sementes é apreciado para determinado tipo de chocolate (91). As razões que levavam o comércio a dar preferência ao cacau de S. Tomé, dando direito a uma valorização suplementar, eram as técnicas de fermentação e secagem, mais cuidadosas, que eram utilizadas. Essas técnicas baseavam-se muito no manuseamento constante das sementes durante aquelas duas fases de produção, enquanto os secadores mecânicos não eram instalados nas roças. Com a sua introdução, que ocorreu mais ou menos no início da década de sessenta deste século, a secagem ao sol, em que eram submetidos os cacaus de S. Tomé e Príncipe, perdeu a sua importância e os cacaus deixaram de ser remexidos, porque aquele processo mecânico não é compatível com o manuseamento.

É justamente a secagem ao sol que proporcionou, durante décadas, a fama do cacau de S. Tomé, principalmente pelo brilho que apresentavam as sementes devido ao seu remeximento (92). Refira-se também que o processo de colheita mais rigoroso do que na África Ocidental determinava que o cacau de S. Tomé tivesse, normalmente, teores de gordura mais elevados e, por isso, era muito procurado pela indústria. Os cacaus de S. Tomé eram com frequência chamados cacaus "flavour" para os distinguir dos outros forasteros.

A escolha do tipo de cacau pelos fabricantes para produzirem determinados chocolates depende muito das preferências dos consumidores habituados a um certo tipo de sabor. Estes são muito exigentes e valorizam sobretudo o sabor e a qualidade. O sabor é a

90. A preferência dos consumidores por determinado chocolate não é apenas em função do gosto mas, sobretudo, de rendimento. Se este é elevado, a exigência pelo melhor gosto assume-se como característica importante na decisão dos consumidores.

91. Vd. CURTIS, p.21.

92. FERRÃO (1963), p.49.

característica mais importante para os fabricantes e influencia sobremaneira a decisão dos industriais de chocolate na escolha de determinada espécie de cacau, não obstante a consideração de outras propriedades físicas, como sejam, o tamanho das sementes (93), a percentagem de tona e o teor de gordura.

Naturalmente que a melhor escolha é a que engloba todas aquelas características.

Certos pormenores técnicos mal concebidos durante o processo de produção de cacaos podem influenciar negativamente o sabor do chocolate. São disso exemplos uma fermentação muito longa ou insuficiente, uma secagem deficiente ou um armazenamento imperfeito. Também as diferenças de solos ou, ainda, as condições climáticas influenciam a qualidade de cacau e podem afectar o sabor de chocolate, na medida em que intervem no grau de acidez da manteiga de cacau.

No intuito de se obter uma boa qualidade de cacau que satisfaça a melhor escolha dos industriais de chocolate, todos os cuidados devem ser tomados no sentido de se evitar situações que possam desvirtuar o bom nome do cacau Sãotomense.

O cacaueiro é uma planta especial, de pequena estatura, delicada e muito sensível às condições atmosféricas adversas, em especial às ventanias; desenvolve-se em melhores condições quando cultivado em zonas suficientemente abrigadas (94). Este comportamento está intimamente ligado ao processo de cultura ensombrada, como é a regra em S. Tomé e Príncipe. Os terrenos mais indicados à sua cultura devem ter boa fertilidade, possuir boa retenção de água e ser bem drenados e arejados, para facilitar a penetração das

93. A dimensão das sementes é muito importante porque dela depende o rendimento em matéria gorda. Quanto mais baixa for a percentagem de tona, mais interessante é para os fabricantes. Essa percentagem diminui quando o teor de gordura aumenta. Neste caso, as sementes devem pesar mais de 1 grama [Vd. CURTIS, p.19].

94. ALVIM (1977) [Cf. LEITÃO, p.5]

raízes (95).

As condições atmosféricas devem ser favoráveis com temperaturas médias entre 23º e 29º graus (96) e mínima relativa não inferior a 15º. A precipitação anual deve situar-se mais ou menos entre os 1400 a 2000mm (97), com humidade relativa próxima da saturação.

De um modo geral, a produção económica do cacaueteiro está compreendida entre os paralelos 10ºN e 10ºS (98). Tratando-se de uma planta especial muito sujeita a doenças, requer cuidados especiais. O desconhecimento de certos princípios da sua cultura pode levar não só à quebra de produção como também à morte prematura das plantas com consequências irreparáveis (99). De uma maneira geral, quando a cultura do cacaueteiro é feita fora do seu clima ideal, isto é, se alguns dos factores climatéricos ou as condições do solo se alterarem, aparecerão as doenças, devido à acção do meio biológico (100).

95. Ver p. ex. LEITÃO, p.5.

96. " As doenças da plantação de cacau nas ilhas de S. Tomé e Príncipe ", p.6 e segs.. BRAUDEAU diz que as temperaturas médias anuais devem situar-se entre os 20º a 30º centígrados e mínima de 16º centígrados [BRAUDEAU (1970), p.10]. Por seu turno, WOOD (1975), considera que as temperaturas devem variar entre 18º a 21º C de mínima e máxima entre 30º a 32º C. [Cf. WOOD (1975), p.32]. Sobre este assunto consultar ainda BONDAR (1951), pp.16-17.

97. WOOD (1975), p.32 ou LEITÃO, p.5.

98. LEITÃO, p.6.

99. Opinião corrente de vários especialistas. Ver sobre este assunto os trabalhos de CORTESÃO (1921), BRAUDEAU (1979), MENDES FERRÃO ou outros.

100. Vd. " As doenças das plantações de cacau nas ilhas de S. Tomé e Príncipe", p.6.

Não vamos desenvolver demasiadas considerações à volta da caracterização do cacauzeiro e das doenças que o afectam, por não ser esse o objectivo do presente trabalho nem sermos especialistas em tal matéria. Deixamos, pois, à agronomia e/ou à botânica a tarefa de indicar os meios de tratamento dos males do cacauzeiro, que não cabem no foro da ciência económica. Todavia, afigura-se-nos lícito dizer que um tratamento preventivo pode evitar maiores danos e, consequentemente, custos acrescidos. Neste sentido, nenhum tratamento deve ser iniciado sem que um estudo preliminar rigoroso das doenças em causa (101) seja levado a cabo, de modo que os meios a empregar possam justificar os fins pretendidos.

2.4 A EVOLUÇÃO DO CACAUEIRO DE S. TOMÉ

Um dos maiores problemas de S. Tomé foi, desde sempre, a falta de mão-de-obra para desenvolver a agricultura.

No início do séc XIX vivia-se em S. Tomé de uma agricultura de subsistência (102) baseada, essencialmente, nas culturas do milho, da mandioca, dos frutos e dos legumes. Estas culturas eram asseguradas geralmente por mestiços (103), descendentes dos colonos, que, entretanto, tinham deixado S. Tomé em direcção ao Brasil, em consequência de graves tumultos que, no séc. XVIII, tiveram lugar no território.

Com a recuperação da tranquilidade foi possível desenvolver a agricultura, principalmente a cultura do café que tinha sido

101. Vd. " As doenças das plantações de cacau nas ilhas de S. Tomé e Príncipe", p.11.

102. Cf. COSTA (1984), pp.3 e 4.

103. MANTERO (1910), p.22.

introduzida por volta de 1800 (104). Todas as atenções foram concentradas nessa cultura que assumiu o papel de «reactivador» das estruturas económicas e sociais de S. Tomé, após um longo período de agitação social.

Em 1876, a cultura mais importante do arquipélago era ainda o café (105). Esta cultura exige muita mão-de-obra (106) comparativamente à cultura do cacaueteiro. Pensa-se que esta foi a principal razão que levou o Barão de Água-Izé - João Maria de Sousa e Almeida - a persuadir os agricultores de então a introduzir e desenvolver a cultura do cacaueteiro em S. Tomé (107) devido "à sua economia de mão-de-obra" (108).

S. Tomé e Príncipe tinha na escassez de mão-de-obra o seu maior obstáculo à expansão da economia agrícola. Perante esta dificuldade compreende-se que o país tivesse de optar por uma cultura mais conveniente. Resulta daí que a cultura do cacaueteiro fosse dada uma atenção preferencial comparativamente à do cafeteiro, que, a pouco e pouco, foi perdendo a sua importância.

Entre as culturas do cafeteiro e do cacaueteiro era natural que a opção tivesse sido feita em função do factor escasso. Outra coisa não era de esperar num país em que a falta de mão-de-obra era uma permanente ameaça ao desenvolvimento da agricultura.

De facto a cultura do cacaueteiro não exige uma quantidade excessiva de mão-de-obra, pelo menos quando são respeitados os princípios agronómicos inerentes à sua cultura. Todavia, a escassez desse factor colocou, mesmo assim, alguns problemas à expansão do

104. Vd. "S. Tomé, a primeira cidade portuguesa nos trópicos", p.54.

105. MANTERO (1910), p.22.

106. FERRÃO (1963), p.28.

107. FERRÃO (1963), p.28.

108. FERRÃO (1963), p.28.

cacaual. Aliás, nenhuma economia agrícola não suficientemente mecanizada pode aumentar constantemente o volume da sua produção sem o correspondente aumento do factor trabalho. A circunstância das plantações serem na sua maioria instaladas em terrenos muito «dobrados» e com sombra, e por outro lado porque não eram alinhadas, tornou difícil a mecanização.

A cultura do cacaueteiro em S. Tomé não teve um desenvolvimento rápido. Durante mais de vinte anos após a sua introdução, o desenvolvimento daquela cultura foi bastante lento, de tal modo que em 1842 a produção pouco passava de uma tonelada por ano (109). E em 1870 ainda não atingia 100 toneladas anuais de exportação (110). S. Tomé tinha uma cultura de rendimento, que era o café, e não estava interessado em experimentar outra cujo sucesso não podia garantir.

No período da sua expansão a cultura do cacaueteiro atravessou alguns momentos difíceis devido a falta de mão-de-obra para o seu desenvolvimento. O recurso a escravatura trouxe algumas complicações às autoridades coloniais portuguesas, na medida em que tiveram de suportar pressões internacionais em consequência do tráfico daquele factor de produção para S. Tomé. Na sequência dessas pressões Portugal teve, por força dos Decretos de 29/4/1852 (111) e 14/12/1854, de restringir a escravatura e até de proceder à sua total abolição pelo Decreto de 25/2/1869 que convertia, pelo menos no plano legal, em homens livres todos os escravos até aí existentes (112).

Esses acontecimentos favoreceram o desemprego voluntário dos antigos escravos, que se recusaram a regressar aos seus postos de trabalho, e conduziram ao declínio da produção agrícola, em

109. Ver quadro nº 1.

110. FERRÃO (1963), p.28.

111. FERRÃO (1963), P.28.

112. Diário do Governo nº45, Lisboa, 27 de Fevereiro de 1869, pp. 251 e 252.

especial à crise de 1875-1876 (113). Também o afluxo de mão-de-obra para S. Tomé passou a estar sob rigorosa vigilância dos ingleses. Consequentemente a produção agrícola sofreu um duro golpe, visto que as numerosas áreas desbravadas para o cultivo tiveram de ser abandonadas por falta de mão-de-obra (114).

2.5 O CACAU NA AGRICULTURA SAOTOMENSE

Neste ponto, vamos tentar mostrar a importância que o cacau tem em toda a economia de S. Tomé e Príncipe.

Como país africano subsaariano, S. Tomé e Príncipe tem, no essencial, os mesmos problemas que os países da zona. A economia baseia-se, essencialmente, na monocultura de um produto que, neste caso, é o cacau. O atraso agrícola é particularmente grave, se levarmos em consideração que é desse sector que provêm as receitas de exportação que, em muitos casos, chegam a ser insuficientes devido às flutuações na procura e oferta e, por consequência, nos preços. Os mecanismos económicos não funcionam devido, essencialmente, à ausência de uma verdadeira integração económica interna. Uma parte significativa do mercado interno permanece fora do circuito monetário, existindo, ao mesmo tempo, muitas regiões com níveis de desenvolvimento muito abaixo das médias nacionais, as quais são, já de si, precárias.

Uma breve leitura dos elementos constantes do quadro nº 3 é esclarecedora da importância do cacau no conjunto da agricultura de S. Tomé e, por conseguinte, no conjunto das suas exportações. Já em 1945 o cacau representava 70% das receitas de exportação. Em

113. COSTA (1984), p.6. Ver também " S. Tomé e Príncipe: a primeira cidade portuguesa nos trópicos", p.55.

114. FERRÃO (1963), p.32.

1958, essa percentagem era de 78%. Nos anos 80 o peso do cacau na exportação total rondou os 90%.

Os valores assumidos pelo cacau (ver por exemplo o quadro nº 3) no conjunto da exportação do país exprimem, sem equívoco, o papel preponderante deste produto na economia nacional.

Como já foi referido, o cacau representa mais de 80% da exportação do país e sempre que se verifica uma alteração no volume de exportação daquele bem também a exportação global experimenta uma variação no mesmo sentido e de intensidade aproximadamente igual, facto que é confirmado pelo ajustamento linear (115), cujos cálculos figuram no anexo nº 1 (pp. 166-167 e 170-171).

Esta dependência face a um único produto (116) não deixa de ser preocupante, em especial numa situação em que o cacau de S. Tomé e Príncipe vem revelando sinais de evidente fraqueza, em termos de índice de produção. Também os preços praticados nos mercados internacionais nem sempre são favoráveis, sobretudo nestes últimos anos (117). Torna-se, por isso, urgente encontrar soluções adequadas para inverter a actual situação.

Se nos debruçarmos sobre os elementos do quadro nº 3, verificamos que, em 1974, o nível de exportação do cacau se situou em 80%, seguindo-se-lhe o da copra com 15%, enquanto que a exportação de palmiste (óleo de palma e coconote) atingiu apenas 5% do

115. $\hat{Ex}_t = 23,606123 + 0,9204998Exc_t$; $R^2 = 85\%$ e $rEx_t.Exc_t = 99,6\%$, em que \hat{Ex}_t é a exportação total estimada no período entre 1979 e 1988 e Exc_t é a exportação de cacau no mesmo período. Deste ajustamento pode concluir-se que:

1 - A exportação total do país é explicada grandemente pela exportação do cacau ($R^2 = 84,73\%$)

2 - A associação linear entre as exportações total e do cacau é elevadíssima ($rEx_t.Exc_t = 99,62\%$).

116. Ver, por exemplo, o quadro nº 3.

117. Ver, por exemplo, os quadros nºs 7 e 12.

total das exportações.

Conclui-se, portanto, que, apesar da sua precaridade, o cacau continua a ser importante para o desenvolvimento económico e social de S. Tomé e Príncipe.

CONCLUSÃO

Neste ponto, procurámos apresentar uma breve síntese da história do cacauzeiro. Chegámos à conclusão que a sua cultura se fez primeiro nas Américas e só em 1822 foi introduzida na ilha do Príncipe proveniente, provavelmente, da Bahia (Brasil). Por esse facto, não é de estranhar que a variedade cultivada nas duas ilhas fosse do tipo forastero amazónico. A sua qualidade comercial não é a melhor. Contudo, é economicamente mais vantajosa, devido principalmente à sua resistência às doenças e pragas e também devido à sua capacidade produtiva e à sua pouca exigência de mão-de-obra. Mão-de-obra que, aliás, justificou plenamente a introdução do cacauzeiro em S. Tomé e Príncipe, que veio a pouco e pouco ocupar o lugar das culturas do café, que exigiam mais mão-de-obra.

No ponto seguinte estudaremos os factores de travão à expansão da produção do cacauzeiro no período anterior à independência e, verificaremos, como já o prenunciámos, que um desses factores foi, sem dúvida, a escassez de mão-de-obra, o que passaremos a abordar, seguidamente.

2 - OS FACTORES QUE CONDICIONARAM A EXPANSÃO DA CULTURA DO CACAUEIRO EM S. TOMÉ E PRÍNCIPE

2.1 FACTORES INTERNOS

2.1.1 A ESCASSEZ DE MÃO-DE-OBRA

Ocupar-nos-emos aqui do estudo de alguns dos factores que funcionaram como travão à expansão da produção do cacau das ilhas de S. Tomé e Príncipe, a começar pela escassez da mão-de-obra.

Nos séc. XVII e XVIII, S. Tomé e Príncipe viveu um período de grande agitação interna movida pelos colonos, pelas autoridades e pelos estrangeiros (118). A instabilidade social foi muito marcada nesse período. A desordem, resultante da agitação gerada, bloqueou o processo de desenvolvimento da agricultura. Face à dimensão da crise social interna, os agentes do desenvolvimento económico e social, descontentes com a paralisação das suas actividades produtivas e também com receio de serem espancados, decidiram rumar para o Brasil (119), uma vez que havia, acima de tudo, o perigo de perderem as suas vidas. Com a saída desses proprietários a produção agrícola sofreu um duro golpe, pois as terras deixaram, pura e simplesmente, de ser cultivadas.

A agricultura de bens de subsistência, baseada essencialmente na cultura do milho, da mandioca e dos frutos, e assegurada por mestiços, sofria, igualmente, um grande revés, devido, principalmente, à falta de compradores dos seus excedentes de produção (120). Aqueles excedentes eram vendidos directamente aos navios

118. MANTERO (1910), as primeiras páginas.

119. MANTERO (1910), as primeiras páginas.

120. MANTERO (1910), as primeiras páginas.

negreiros que, entretanto, naquela época, faziam escala em S. Tomé e Príncipe.

A mudança da corte portuguesa para o Brasil, em consequência das invasões napoleónicas, fez com que os navios que faziam aquele tráfico deixassem de aportar àquelas ilhas, a partir de 1808 (121). Por outro lado, mais ou menos em 1811, deu-se a supressão do tráfico de escravatura na Costa da Guiné. Estes dois acontecimentos conjugados conduziram à redução substancial na procura daqueles bens.

Face a esta situação, a saída para a crise situou-se primeiro na produção do café e, anos mais tarde, também na produção do cacau. Ambas as culturas, em que assenta até hoje a economia de S. Tomé e Príncipe, substituíram a produção de bens de subsistência, tendo-se a do cacau revelado como a mais promissora para os agricultores (122).

Devido à sua pouca exigência de mão-de-obra e porque S. Tomé e Príncipe sempre se debateu com a escassez desse factor, o Barão de Agua-Izé - João Maria de Sousa e Almeida - foi quem mais insistiu na necessidade da difusão da cultura do cacau pelo arquipélago (123). Tese que, aliás, viria a ser justificada primeiro com a abolição total da escravatura, e, depois, com a elevação das cotações do cacau nos mercados mundiais a partir de 1879 (124).

Enquanto escasseava a mão-de-obra agrícola, os são-tomenses, na sua maioria africanos de várias procedências, preferiram viver das suas pequeníssimas plantações e dos frutos que colhiam,

121. COSTA, p.4.

122. COSTA, p.4.

123. GARCÊS (1955), p.35.

124. FERRÃO, p.28.

a oferecer a sua força de trabalho aos colonos portugueses (125). Este facto, associado com o tratado acordado com a Inglaterra em 1842, que proibia o tráfico da escravatura, veio tornar mais precária a situação agrícola das ilhas.

A aplicação, em 1876, da Lei de 29 de Abril de 1875, que eliminava a condição servil dos trabalhadores, afastando a pressão constante dos ingleses sobre os portugueses quanto ao tráfico da escravatura, veio permitir que a emigração dos trabalhadores de Angola para S. Tomé e Príncipe se fizesse sem entraves. Outras medidas semelhantes, tendentes a regulamentar a condição do trabalho em S. Tomé e Príncipe, durante os finais do séc. XIX e princípios do séc. XX, e a devolver a tranquilidade àquelas ilhas, foram igualmente tomadas. Contudo, a mortífera epidemia de varíola de 1877 e a apreensão do navio Ovarense (126) em 1879 pelos ingleses com o argumento de que Portugal não estava a cumprir o acordo de 1842, trouxeram de novo grandes embaraços aos agricultores (127). Todavia, novas tentativas foram empreendidas com o objectivo de importar para S. Tomé e Príncipe novos contingentes de trabalhadores. Foi assim que, a partir de 1903, foram chegando vários agrupamentos de trabalhadores, provenientes de Cabo Verde, da Guiné-Bissau, de Moçambique em 1908, da Índia, de Macau e de Angola. Para suprimir o défice da mão-de-obra, as autoridades empregavam, igualmente, a força (128), para obrigar os naturais a trabalhar. Do mesmo modo, procuravam convencer os trabalhadores es-

125. MANTERO (1910), as primeiras páginas.

126. Os ingleses, ao apresarem o navio Ovarense, quiseram demonstrar que Portugal não estava a cumprir o acordo assinado com a Inglaterra sobre a abolição do tráfico da escravatura. Apesar disso, a tripulação portuguesa foi ilibada de tal acusação, em julgamento de Agosto de 1880. [Cf. COSTA, p.6]

127. MANTERO (1910), p.22.

128. MANTERO (1910), p.22.

trangeiros a fixarem-se em S. Tomé e Príncipe definitivamente.

Se, aparentemente, estava resolvido o problema da mão-de-obra em S. Tomé e Príncipe, o peso do seu custo na economia local assumia proporções deveras preocupantes e, em especial, em períodos de baixa cotação do cacau nos mercados mundiais, a situação agravava-se, visto que as receitas provenientes da exportação eram menores, enquanto que os custos da mão-de-obra eram fixos. Os pesadíssimos impostos, que os agricultores tinham de suportar (129), agravavam ainda mais a situação.

Se a falta de mão-de-obra era um obstáculo à expansão da produção do cacauzeiro em S. Tomé e Príncipe, contrariamente aos seus mais directos competidores, a sua constante importação parece não ter resolvido o problema, já que o custo crescente de mão-de-obra era um factor que limitava a sua utilização e, em consequência, a produção (130).

A escassez de mão-de-obra é um problema com que S. Tomé sempre se debateu. Tanto antes como depois da independência S. Tomé e Príncipe continuava a sofrer da falta de mão-de-obra para a cultura do cacauzeiro, nomeadamente da mão-de-obra especializada.

A sua escassez tem sido apontado como um dos entraves ao próprio processo de desenvolvimento do país. Tal como já vimos, a cultura do cacauzeiro requer certos cuidados que só são possíveis se a mão-de-obra empregue fôr adequada para garantir não só uma boa produção, mas também a sequência de todo o processo cultural, como seja a replantação no momento exacto e todo um conjunto de procedimentos técnicos susceptíveis de conduzir a uma boa qualidade das sementes e das culturas, cuja explicação sai fora do âmbito deste trabalho.

Em finais dos anos oitenta deste século, a produção do

129. VEIGA (1955), p. 174, bem como MANTERO (1910), p. 92.

130. VEIGA (1955), pp. 171 a 173.

cacau de S. Tomé e Príncipe continuava a ser fundamentalmente assegurada pelos trabalhadores caboverdianos ali residentes, cuja instrução, em muitos casos, não atingia a escolaridade obrigatória.

Para melhorar a qualificação dos trabalhadores é necessário que S. Tomé invista o suficiente na formação do pessoal. Mas, como não dispõe de meios próprios para obviar a situação, S. Tomé é obrigado a recorrer ao crédito externo e à ajuda ao desenvolvimento. Importa sublinhar, todavia, que o país tem beneficiado de numerosas ajudas bilaterais, em muitos casos a título de dévidas, em grande parte provenientes de agências especializadas das Nações Unidas e da CEE.

Uma parte diversificada de ajudas destina-se a financiar projectos (131) de desenvolvimento. Parece, contudo, não existir um plano concertado de formação de pessoal ligado à cultura do cacau-eiro.

Convém salientar que a ajuda ao desenvolvimento por vezes é tardia e insuficiente para resolver o delicado problema de S. Tomé e Príncipe nessa matéria. O quadro nº 21 releva os níveis de ajuda pública ao desenvolvimento, obtida por S. Tomé e Príncipe. Os valores demonstram que a assistência técnica além de insuficiente é irregular. S. Tomé e Príncipe parece esquecido dos países e instituições dadores dessa ajuda, quando comparado com outros países do mesmo grupo (ver o quadro nº 21).

3.1.2 REDUZIDA DIMENSÃO DOS TERRITÓRIOS DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE

S. Tomé e Príncipe, uma das antigas colónias portuguesas de Africa, situada sobre o Equador, próxima do Golfo da Guiné, a

131. Alguns desses projectos são mal concebidos por não levarem em consideração as reais realidades de S. Tomé e Príncipe e, por isso, não aproveitam os financiamentos.

cerca de 300 Km do continente africano, é formada por duas ilhas de natureza vulcânica de terrenos dobrados com 1001 Km² (132).

As ilhas foram descobertas em 1471 pelos navegadores portugueses. Os solos cultiváveis (133) estão avaliados em 48.300 ha, correspondentes a cerca de 50% da superfície do arquipélago. Actualmente, o espaço cultivado representa 80% da área cultivável.

Devido aos elevados custos de produção e ao baixíssimo rendimento por ha, alguns terrenos, onde, anteriormente, era cultivado o cacaueiro, têm sido abandonados. O espaço resultante desse abandono converte-se pouco tempo depois em "capoeira", ou seja, vegetação densa.

Como já foi dito, o espaço útil cultivável é muito reduzido. Em 1974, de acordo com os valores do recenseamento actualizado do referido ano, a cultura do cacaueiro ocupava 20.000 ha de área de exploração e 6.000 ha de área abandonada (134).

Da leitura do quadro nº 5, que estabelece a comparação entre as áreas de cultivo dos principais países produtores mundiais de cacau, pode concluir-se pela reduzida dimensão de área destinada à cultura do cacaueiro de S. Tomé e Príncipe, o que é natural porque o país é pequeno. Utilizando os elementos do mesmo quadro verifica-se que, em 1951, a área da cultura do cacaueiro de S. Tomé e Príncipe representava cerca de 0,9% das áreas cultivadas a nível

132. Vd. MESA REDONDA DOS PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO, (Vol. I), Dezembro de 1985, p.17. Para alguns autores, a superfície total de S. Tomé e Príncipe não atinge os 1000 Km². Ver a este propósito FERRÃO (1986), p.9.

133. Os espaços territoriais são-tomenses são caracterizados por solos dos tipos para-ferralíticos, ferralíticos tropicais e litolíticos. Os especialistas no assunto dizem que os primeiros, mais representativos, são medianamente férteis, sendo os dois últimos mais férteis [MESA REDONDA DOS PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO (1985), p.18].

134. MESA REDONDA DOS PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO (1985), p.18.

mundial. Em 1973 era apenas de 0,7% enquanto que em 1987 o espaço cultivável baixou para 0,5% do espaço mundial e em 1989 fixou-se em 0,9%.

Este facto, só por si, demonstra bem a pouca importância da produção do cacau de S. Tomé em relação à produção mundial (ver quadro nº 2). Atendendo a que a superfície da terra disponível é limitada, S. Tomé e Príncipe não tem hipóteses de competir, com vantagens, sobre os restantes países produtores de cacau em termos de preço-quantidade. Neste caso, só terá a ganhar se melhorar a qualidade do seu cacau.

Só assim, o produto poderá ser colocado no mercado internacional com vantagens acrescidas, pois é provável que o seu preço de venda seja mais elevado.

Do mesmo quadro verifica-se que, de uma forma geral, todos os países produtores têm vindo a aumentar significativamente as áreas de cultivo do cacaueiro. O mesmo não se passa em relação a S. Tomé e Príncipe, que mantém praticamente a mesma dimensão cultivável desde 1951. Um ano antes da independência a área de exploração do cacaueiro era apenas de 20.000 ha. No Brasil passou de 379.000 ha, em 1951, para 416.000 ha em 1973 e 696.000 ha em 1989. Na Costa do Marfim passou de 177.000 ha, em igual período, para 497.000 ha em 1973 e em 1989 em cerca de 1.050.000 ha. Na Nigéria passou de 350.000 ha para cerca de 720.000 ha em 1973 e em 1989 a sua área fixou-se em 700.000 ha.

Uma leitura mais atenta do referido quadro leva-nos a concluir que a produção aumenta, em geral, com a área, não obstante as diversas contrariedades por que passa a cultura do cacaueiro, nomeadamente as pragas e outras doenças do cacaueiro e as condições atmosféricas adversas.

A taxa média de crescimento anual da área cultivável mundial no período compreendido entre 1951-1970 foi de 1,68%, enquanto que para Africa esse valor foi de 1,64%. S. Tomé e Príncipe registou um crescimento de mais ou menos 0,68%.

Embora afirmássemos que a produção tem aumentado com o aumento do espaço cultivável, poder-se-á, dentro de certos limites,

obter o mesmo resultado pela intensificação da cultura. Não é isso que tem acontecido em S. Tomé e Príncipe, embora existissem intenções nesse sentido (135). Não só a área de cultivo do cacauzeiro não tem crescido como também e, fundamentalmente, a quantidade produzida tem vindo a decrescer, tanto em valores absolutos como, principalmente, em valores relativos, nomeadamente a partir de 1970 (ver quadros nºs 1, 2 e 3).

O cacau de S. Tomé e Príncipe entrou num processo de estagnação entre 1960 e 1974 (ver quadro nº 1). Deve ter-se porém presente que era uma estagnação relativa. A exportação manteve-se, mas para tornar o cacau mais competitivo houve que reduzir os custos de produção. Para isso, reduziu-se muito a área cultivada e aumentou-se o rendimento unitário. Em 1953 era de 290Kg e em 1973 ultrapassava os 340 (136), tendo a partir daí iniciado a fase decadente, cuja solução a breve trecho não se vislumbra.

Os trabalhos que, neste momento, os técnicos franceses têm estado a levar a cabo em certas roças poderão trazer maiores problemas para a economia saotomense com o consequente esgotamento dos solos, situação que já teria acontecido com os colonos portugueses, entre 1910-1919 (137), desejosos de aumentar as colheitas pela produção ao sol da cultura do cacauzeiro.

MENDES FERRÃO (138), estudioso do cacau de S. Tomé e Príncipe e bom conhecedor do país, considera muito arriscado o uso daquela técnica por, a prazo, poder conduzir a uma degradação dos solos e, em consequência, arrastar a um maior declínio da cultura do cacauzeiro.

135. VEIGA (1955), p.169 e segs.

136. Alguns autores afirmam que, nesse ano, o rendimento por hectare era superior a 550Kg.

137. FERRÃO (1963), p.29 e segs..

138. Em conversa tida com ele no seu gabinete, em Julho/89.

Outro aspecto, que leva a reforçar a tese de que o cacau já não representa o "ouro" de S. Tomé, é a fraca produtividade dos seus solos. Voltando, ainda, ao mesmo quadro, verifica-se que o rendimento expresso em Kg/ha de S. Tomé e Príncipe era, em 1951, de 300Kg por hectare que, ainda assim, correspondia a uma das melhores produtividades do mundo. Em 1973 esta relação fixou-se em 342 Kg/ha. A partir daí a queda vertiginosa não se fez esperar por muito tempo, a tal ponto que, em 1980, o rendimento Kg/ha era apenas de 173, passando a 117 nos anos seguintes, para se fixar apenas em 83 Kg/ha em 1989. O fenómeno inverso verificava-se em quase todos os principais países produtores de cacau, com destaque para o Brasil. É notória uma ligeira quebra relativa de produtividade nos países africanos, que começa a preocupar sobremaneira os seus dirigentes.

A América, que foi líder da produção e exportação de cacau na fase inicial do seu conhecimento e difusão pelos europeus à escala mundial, nomeadamente no séc. XVII, cedeu a sua posição à África que, ainda hoje, mantém essa liderança. Contudo, esta afigura-se-nos muito precária nos próximos tempos devido, principalmente, ao surgimento de dois novos competidores: Papua na Oceânia e Malásia. Este último país apresenta uma capacidade potencial e efectiva consideráveis. Em 1985, o rendimento Kg/ha da produção do cacau da Malásia de 1025 Kg/ha era quase o triplo do do mundo e mantém ainda essa relação em 1987. Em 1989 houve uma ligeira quebra, todavia a tendência é para aumentar. O rendimento Kg/ha de produção da Malásia é quase dez vezes superior ao de S. Tomé e Príncipe. Em 1987 a Malásia era já o quarto produtor mundial de cacau, posição que ainda conserva em 1989, e dispunha de grandes reservas de terras propícias a cultura do cacaueiro, pelo que não é de estranhar que, nos próximos tempos, este país lance no mercado mundial quantidades importantes de cacau, contribuindo, deste modo, para a queda dos preços aumentando nas hostes dos países africanos maiores frustrações. Em 1985 aquele país era o sexto maior exportador mundial de cacau e em 1987 e 1988 passou a ocupar o terceiro lugar (ver quadro nº 6). Perante semelhante situação e a

manter-se esta relação de forças económicas o futuro de África afigura-se-nos algo sombrio. Embora em teoria seja sempre possível encontrar-se soluções optimistas, o certo é que a solução para o problema africano revela-se muito difícil.

Como foi referido, a reduzida dimensão dos territórios das ilhas de S. Tomé e Príncipe é, evidentemente, um factor que tem impedido a cultura do cacauero de se expandir. Outros factores como sejam a fraca produtividade dos solos, a falta de investimento em recursos humanos e em tecnologia adequada à cultura do cacauero e a forte concorrência do exterior, lançando no mercado mundial cada vez maiores quantidades de cacau com a consequente redução dos preços, têm colocado S. Tomé e Príncipe, país de monocultura de cacau, numa situação extremamente difícil.

Algumas questões afloradas neste ponto serão objecto de tratamento nos pontos seguintes. Resta-nos acrescentar que, até 1973, nada foi feito para melhorar os conhecimentos dos trabalhadores agrícolas, embora tivessem existido muito boas intenções nesse sentido. No ponto seguinte abordaremos alguns aspectos ligados ao desconhecimento da técnica agrícola e que teriam estado na origem do esgotamento dos solos e, em consequência disso, da quebra de produção do cacau de S. Tomé e Príncipe.

3.1.3 A FALTA DE CONHECIMENTOS TÉCNICOS PARA DESENVOLVER A CULTURA DO CACAUEIRO

Chegámos à conclusão, do estudo realizado no ponto anterior, que, a partir de mais ou menos 1913, S. Tomé e Príncipe perdeu a capacidade de poder concorrer quantitativamente com os demais países produtores de cacau (139), fundamentalmente devido à

139. Em VITON (1956), p. 86, pode ver-se claramente que a produção de S. Tomé e Príncipe era já decrescente, a partir de 1913, tanto em valores relativos como absolutos, em relação aos seus directos competidores.

reduzida dimensão do seu território. A medida que o tempo passava, S. Tomé e Príncipe, que fora o primeiro produtor mundial de cacau, foi sistematicamente relegado para o plano secundário, sendo, há alguns anos, o último produtor com um volume de produção relativamente negligenciável.

Neste ponto vamos analisar um outro aspecto que teria contribuído decisivamente para a quebra substancial da produção do cacau de S. Tomé e Príncipe: tratou-se de erro humano por desconhecimento de técnicas agrícolas associadas à cultura do cacauero.

Apesar de vários obstáculos, a produção de cacau conheceu um rápido crescimento, sobretudo nos finais do séc. XIX, devido, essencialmente, à boa fertilidade dos terrenos e às condições vantajosas dos mercados mundiais. Em 1905 o pequeno país do Atlântico era já o maior produtor mundial. Paradoxalmente, em 1989 S. Tomé e Príncipe permanece o último produtor de cacau. A situação de 1905 alterou-se profundamente e desde 1932 (140) que não se tem conseguido sequer produzir metade daquela produção. Em alguns casos tem-se verificado o abandono de terras cultiváveis por os custos excederem as receitas. Contudo, a posição de 1905 era já praticamente insustentável, devido à reduzida dimensão do território e à concorrência vinda de espaços tão amplos de África, do Brasil e, hoje, da Papua e da Malásia que, além disso, usufruem de abundância de mão-de-obra barata. Como a posição de liderança era difícil, esperava-se que S. Tomé e Príncipe pudesse ao menos manter a produção de 1905. Assim não tem sido, pelo menos há mais de seis décadas. A razão principal foi a falta de conhecimentos técnicos para cultivar os solos tropicais, dos quais os de S. Tomé e Príncipe fazem parte.

Os agricultores coloniais, desejosos de aumentar a produção, imitaram alguns dos seus congéneres da América Central que cultivavam, em fins do séc. XIX, o cacau ao sol (141), elimi-

140. Ver os valores constantes do quadro nº 1.

141. Vd. FERRAO (1963), p.38.

nando as árvores que ensombravam a plantação do cacauzeiro. Tendo constatado que, a curto prazo, a desarborização levava a aumento de produção, nada mais fizeram do que seguir o mesmo caminho dos habitantes da ilha de Granada, sem antes terem testado a eficácia daquela experiência. Os colonos portugueses de S. Tomé e Príncipe não quiseram perder tempo. Não tiveram a paciência suficiente para verem nas zonas cultivadas da ilha as consequências daquela técnica (142), pelo que o resultado foi muito desanimador.

O que estava mal não era simplesmente o derrube das árvores de sombra. Aliás, os agricultores só desensombravam a cultura do cacauzeiro justamente porque constataram que disso resultaria, no imediato, um aumento de rendimento. Todavia, o que não sabiam, nem mesmo os especialistas da época, era que uma cultura ao Sol necessitasse de uma maior quantidade de fertilizantes, água, mão-de-obra especializada, etc.

As necessidades de água e fertilizantes são maiores quando a intensidade dos raios luminosos aumenta, para contrabalançarem os efeitos da actividade fotossintética, que é intensa, e dos ataques do rubrocinto, que aumentam.

Se aqueles pormenores técnicos não forem escrupolosamente respeitados, a cultura ao sol fará elevar o rendimento sim, mas somente durante pouco tempo, porque a desflorestação leva ao aparecimento de pragas e variadíssimas doenças com intensidade, em especial, ao ataque do rubrocinto. As plantações tornam-se menos resistentes e a produção vai sendo cada vez menor. Isso significa que a estrutura dos solos está em fase de esgotamento.

Desconhecedores dos solos são-tomenses, os colonos acreditavam na sua inesgotável fertilidade. Pensavam que quanto menos sombra houvesse mais a produção aumentava.

A intervenção dos cientistas presentes em S. Tomé não evitou que os agricultores continuassem a desarborizar a cultura do cacauzeiro, porque estavam convencidos que, por essa via, aumentari-

142. FERRÃO (1963), p.29.

am significativamente o nível da produção. Naturalmente que, com o tempo, a realidade foi bem diferente. A neutralização da floresta acelerou o esgotamento dos terrenos e permitiu que o cacauzeiro vivesse sob a acção directa dos raios solares sujeito, portanto, a uma maior actividade fotossintética, o que teria levado a que, nestas condições, o cacauzeiro necessitasse de maior quantidade de substâncias retiradas do solo. Este facto conduziu ao aparecimento de pragas e doenças perigosas, que contribuíram para reduzir drasticamente a produção do cacau (143).

A supressão da floresta teve como consequência adicional a redução da intensidade pluviométrica (144) e, entre 1919 e 1920, na estação da gravana (145), em que a chuva é praticamente inexistente, o efeito das derrubadas foi ainda mais desolador, pois muitos milhares de cacauzeiros morreram devido à acção destruidora do rubrocinto e de outras doenças que atacavam em força, provocando quebras cada vez mais acentuadas da produção (146). Tudo isto é hoje facilmente explicável, mas há cerca de um século pouco se conhecia do comportamento da agricultura tropical e tem de se compreender que os erros que se cometeram foram efeito da sua própria inexperiência e ignorância internacional sobre a agricultura tropical.

Face a tão grave situação e tendo em consideração o papel que o cacau já desempenhava na economia das duas ilhas, fez-se ali deslocar especialistas de várias proveniências que estudaram o fenómeno em S. Tomé, tendo sido todos unânimes em afirmar ser o derrube das árvores de sombra o principal responsável pela quebra

143. CORTESÃO (1921) p.15 e segs ou FERRÃO (1963), p.31.

144. FERRÃO (1963), p.30 e segs..

145. Estação quente e seca, que vai de meados de Junho a Setembro. A estação chuvosa abarca a parte restante do ano.

146. FERRÃO, p. 30.

verificada na produção de cacau (147).

O rubrocinto que tem sido apontado como o principal inimigo do cacaueiro de S. Tomé, só é susceptível de lhe provocar danos quando se desenvolve sob a acção directa dos raios luminosos. Segundo os especialistas, este insecto encontra-se praticamente em quase todas as regiões produtoras de cacau. Nestas condições, parece óbvio admitir-se que o rubrocinto já existia em S. Tomé muito antes da desflorestação das árvores de sombra (148). Ensaios feitos provam que basta eliminar as árvores de sombra para que o efeito dos ataques do insecto se faça sentir com toda a violência (149). O esgotamento dos solos, que conduziu ao definhamento das plantações, foi considerado como causa principal dos prejuízos verificados. Este facto, associado à falta de mão-de-obra, levou ao abandono de numerosas áreas até então preparadas para a cultura do cacaueiro. As áreas deixadas foram preenchidas pouco tempo depois pelas "capoeiras" (150).

Com a eliminação das árvores de sombra o sol passou a incidir no terreno com maior intensidade e duração, a erosão foi sendo cada vez maior e as substâncias minerais, tão importantes na cultura do cacaueiro, foram arrastadas para as camadas mais profundas e o depauperamento do solo em matéria orgânica com as consequentes modificações estruturais tornou-se evidente (151).

Os agricultores reconheceram o erro cometido e procurou-se então inverter a marcha dos acontecimentos pela rearborização do terreno e/ou pela introdução das culturas novas nas áreas então

147. FERRÃO, p. 30.

148. FERRÃO (1963), p.32.

149. FERRÃO (1963), p.30 e segs..

150. FERRÃO (1963), p.32.

151. FERRÃO (1963), p.33.

abandonadas (152). Foi assim que se introduziu a palmeira do andim, a bananeira, o ricino e a mandioca (153). Essas culturas empobreceram ainda mais os locais, cujos solos estavam em vias de esgotamento.

No período de 1930-1940, em resultado dos esforços desenvolvidos, as pragas pareciam estar controladas. Contudo, a queda da produção continuava. A fertilidade dos solos ainda não estava recuperada, sendo necessários muitos anos para a sua recuperação o que nem sempre é possível (154).

Em algumas roças, em geral naquelas que estão sob a orientação dos administradores franceses, a opção pela técnica ao sol tem sido aplicada.

Esta técnica já tinha sido ensaiada em S. Tomé, no início deste século. Acabou por falhar, justamente porque o conhecimento que dela se tinha não era o mais apropriado.

Pensou-se durante muito tempo que o cacausal ao sol era prejudicial à cultura do cacaueteiro.

Hoje sabe-se que assim não é, pelo menos quando são respeitados os pormenores técnicos, como sejam a existência em quantidade suficiente de fertilizantes e água e pessoal tecnicamente bem preparado.

Contudo, convém ter-se presente que esta técnica embora tenha a vantagem de ser mais produtiva ela é perigosa porque pode conduzir ao empobrecimento dos solos em poucos anos.

Por isso, ela envolve riscos para S. Tomé e Príncipe na medida em que exige o aprovisionamento de grandes quantidades de fertilizantes e água, para utilização imediata.

O país tem dificuldades na aquisição de fertilizantes

152. FERRÃO (1963), p.33.

153. FERRÃO (1963), p.33.

154. FERRÃO (1963), p.33.

cujos preços nos mercados internacionais, em geral, são cada vez mais elevados. Por outro lado, o caudal de águas é escasso para manter a rega, sobretudo no período de maior incidência dos raios luminosos.

O ensombramento (155) é outra técnica de exploração mais usual em S. Tomé e também mais recomendada por alguns especialistas. Tem a particularidade de não necessitar de grandes investimentos. Não é exigente em mão-de-obra especializada nem em água porque o ensombramento compensa a necessidade de maior quantidade de água.

Aqueles autores afirmam que os princípios nutritivos existentes nos solos são-tomenses são suficientes para manter um nível de produção satisfatória sem custos adicionais, desde que se aplique este método, apesar de ser menos produtivo e de limitar as plantas de poderem florescer e dar frutos até ao limite das suas potencialidades (156).

Os especialistas afirmam que a sombra tem, entre outras funções, a de reduzir a intensidade da incidência dos raios solares no sistema foliar da planta cultivada e funciona como um agente gerador de ambiente microclimático de temperaturas mais constantes e humidade relativa mais elevada. Este fenómeno reduz a intensidade de transpiração das plantas, que vão ter menos necessidade de água e princípios nutritivos para o seu crescimento. Neste sentido, pode dizer-se que a sombra substitui de certo modo a aplicação intensiva de fertilizantes e outras substâncias químicas de reconstituição de solos, que seriam indispensáveis em caso de cultura ao sol.

Deve ter-se em consideração que o que se defende aqui não é um ensombramento exagerado, pois este teria repercursões negativas no processo evolutivo da cultura do cacaueiro, devido a activi-

155. O ensombramento (ou sombreamento) em exagero reduz a capacidade de fertilização da cultura do cacaueiro [ALVIM (1972), p. 36]

156. FERRÃO (1986), p.28.

dade fotossintética que seria fortemente afectada, e a queda da produção seria inevitável.

A opção entre o ensombramento e a cultura ao sol deve ser feita tendo em atenção a dimensão do país, a quantidade de água existente, os recursos disponíveis, nomeadamente os fertilizantes e mão-de-obra especializada, as vantagens económicas e sociais de médio e longo prazos e também a natureza ecológica do país.

A decisão de escolha caberá, como é obvio, ao poder público. Tudo quanto podemos fazer são recomendações. E, neste caso, pensa-se que um ensombramento aligeirado seja de aconselhar, em primeiro lugar porque o país é pequeno, e, por outro lado, a sua grande escassez em divisas não lhe permite obter, prontamente, as matérias-primas necessárias num sistema de cultivo em pleno sol.

O ensombramento aligeirado não é tão produtivo como o é a técnica de cultivo ao sol, mas acaba por ser mais vantajoso no caso de S. Tomé, devido às condições especiais do país. Esta técnica exige a fertilidade natural do terreno e algumas quantidades de fertilizantes. A água existente pensa-se que é suficiente para garantir um certo nível de produção e manter o equilíbrio ecológico.

Numa cultura ao sol, os meios materiais e humanos devem ser mais sofisticados e devem existir em maiores quantidades devido à acção do rubrocinto que ataca fortemente sempre que a actividade fotossintética é intensa. Esses meios exigem que o país tenha divisas suficientes para fazer face prontamente aos cuidados indispensáveis que uma produção, adoptando este método, carece, sob pena de os solos se esgotarem definitivamente o que poderá, por certo, comprometer o futuro do país.

Como ficou dito, a cultura do cacauzeiro ao sol tem vantagens em termos de quantidades produzidas mas exige importantes somas em investimentos materiais e humanos, além de outros aspectos já referidos, que S. Tomé e Príncipe, neste momento, não nos parece em condições de realizar. Generalizar este método de cultivo em S. Tomé parece-nos muito arriscado e poderá comprometer o futuro do

país.

O ensombramento excessivo favorece em muito os cogumelos parasitários que dificultam a acção dos cultivadores de cacau. Nos anos oitenta, a preocupação tem sido os thrips do cacauzeiro (género de insectos ortópteros que atacam os grãos dos cereais, durante o seu desenvolvimento). Este insecto é um inimigo terrível do cacauzeiro das ilhas (157).

A acção do rubrocinto e as derrubadas foram considerados os agentes mais importantes no declínio da produção de S. Tomé e Príncipe, numa época em que os conhecimentos técnicos dos solos tropicais eram ainda "ad hoc". Não obstante o esforço empreendido na reconstituição dos solos, o certo é que os altos rendimentos do passado não têm sido alcançados (158).

A ausência de cuidados adequados, como seja a replantação no momento apropriado, o envelhecimento das plantações, a falta de clones de maior produtividade (159), colocaram a economia de S. Tomé e Príncipe numa situação muito crítica de modo que, já nos princípios dos anos sessenta se admitia como muito pouco viável a economia à base do cacau para aquele território (160). Contudo, não foi encontrada nenhuma alternativa credível, pelo que a produção do cacau tem-se arrastado com as desvantagens que são conhecidas até aos dias de hoje.

Alguns especialistas que têm investigado o cacau de S. Tomé e Príncipe são de opinião que este produto já não representa a base do desenvolvimento económico e social do arquipélago. Mas não apresentam soluções alternativas, para além da insistência na cultura do cacauzeiro de melhor qualidade (perspectiva agrícola),

157. "Le Cacao dans les Etats ACP", p. 93.

158. Ver quadro nº 1.

159. FERRÃO (1963), p.37.

160. FERRÃO (1963), p.37.

como solução de menor custo social.

3.1.4 CUSTOS DA INSULARIDADE

Durante o período colonial, S. Tomé e Príncipe, devido à sua condição de insularidade, dependia quase exclusivamente de informação que recebia da metrópole. Quinze anos após a independência a ligação com o mundo exterior continua a ser muito limitada. A comunicação é praticamente restringida aos países africanos de expressão portuguesa, de uma forma não regular. Este facto retira a S. Tomé e Príncipe a capacidade de poder intervir activamente em trabalhos realizados nas organizações mundiais, mesmo quando esses trabalhos têm a ver directamente com os seus interesses.

Relativamente à economia do cacau seria importante que S. Tomé e Príncipe comunicasse regularmente com os outros produtores mundiais e regionais, bem como com os seus compradores, quer para obter informação de melhor cultivo, quer para avaliar das preferências dos consumidores industriais.

Os contactos regulares permitiriam aos agricultores são-tomenses estar bem informados dos problemas ligados ao cacau, nomeadamente quanto aos preços diários, a qualidade preferida, a evolução do consumo ou a produção de bens sucedâneos de cacau.

Assim, além de outros factores já mencionados, que dificultaram ou impediram a expansão da cultura do cacau, também o isolamento tem prejudicado a economia de S. Tomé e Príncipe.

CONCLUSÃO

Verificámos que a cultura do cacau requer cuidados

especiais sendo o factor humano decisivo para garantir e melhorar esses cuidados. Nesse sentido, a qualificação dos recursos humanos é uma condição indispensável para que se tenha um crescimento satisfatório. Contudo, esse crescimento é fortemente limitado não só pela dimensão territorial, factor essencial à expansão da produção, mas também pelos elevados custos de outros factores de desenvolvimento, nomeadamente o custo de mão-de-obra, o custo de matérias-primas (adubos, fertilizantes, etc), o custo de tecnologias adequadas à cultura do cacaueteiro, bem como as condições atmosféricas adversas, principalmente a escassez de chuva e o isolamento do país face ao exterior. Estes factores têm condicionado sobremaneira a produção de S. Tomé e Príncipe.

Acresce que o erro involuntário cometido pelos agricultores portugueses, no início deste século, por desconhecimento da tecnologia da agricultura tropical, tem sido apontado como o principal responsável pela queda da produção do país na medida em que o derrube das árvores de sombra conduziu ao esgotamento dos solos e à concomitante dizimação das plantações. Os solos são tomenses empobrececeram porque os colonos não sabiam que era necessário uma maior quantidade de fertilizantes e água quando se está perante uma situação de desarborização, para evitarem as acções dos insectos e dos raios luminosos, que incidiam com toda a violência.

A crise do cacaueteiro das ilhas de S. Tomé e Príncipe já se arrastava desde 1910. A produção manteve-se estacionária de 1960 até á data da independência, período suficientemente longo, em que as autoridades coloniais não parecem ter repensado a economia daquelas ilhas.

3.2 FACTORES EXTERNOS

Nos pontos precedentes, investigámos os condicionantes internos da produção do cacau de S. Tomé e Príncipe e chegámos á

conclusão que a razão que mais justificou a queda da produção foi, sem dúvida, as derrubadas. Vamos, neste ponto, analisar os factores externos que, de algum modo, teriam condicionado a expansão da cultura do cacauzeiro de S. Tomé e Príncipe.

Estudaremos, sucessivamente, a oferta de cacau e a estabilização dos preços no mercado mundial, a flutuação dos preços e o fundo regulador, as relações entre Portugal e S. Tomé e Príncipe no quadro das relações coloniais, bem como a penetração de cacau nos mercados internacionais.

3.2.1 A OFERTA DE CACAU E A ESTABILIZAÇÃO DOS PREÇOS NO MERCADO MUNDIAL

Já nos anos 50, a FAO, num dos seus relatórios sobre cacau, previa um aumento da produção superior ao de consumo (161). De facto, de acordo com o quadro nº 1, baseado nos anuários da FAO, verificamos que a produção de cacau a nível mundial tem sido crescente. Os sucessivos aumentos das áreas cultivadas em África, no Brasil e, mais recentemente, em Papua e na Malásia, parecem justificar perfeitamente esse aumento (quadro nº 5). As eventuais quebras ligeiras de produção que possam ocorrer, como foi o caso do ano de 1973, resultam, em geral, de causas não económicas que afectam as culturas africanas, nomeadamente as pragas, as condições atmosféricas adversas, o esgotamento dos solos, o envelhecimento das plantas.

Os elevados custos a suportar pelo recurso a novas terras ainda não cultivadas (162) representam um factor limitativo à expansão da cultura.

161. VITON (1956), p. 7 e segs.

162. SOUSA (1963), p.48.

Como os anuários da FAO documentam, a produção do cacau mundial tem tido um aumento crescente ao longo dos anos e as previsões apontam para um maior volume de produção nos próximos tempos. A contribuição da Malásia tem sido decisiva. A sua participação na produção em 1987 era de 9%, sendo o quarto produtor mundial, posição que ainda ocupa em 1989 com uma participação de 10.3% do total. Verifica-se, também, que a África tem vindo a reduzir a sua parte relativa desde os anos 70. Esses factos não deixam de preocupar os países de África subsaariana, cujas economias dependem essencialmente do cacau.

Ainda nos anos 60, admitia-se que a crescente oferta de cacau era insuficiente para ameaçar o seu preço (163). Pensava-se, de certa forma, à maneira de Say, que o mercado mundial era suficientemente capaz de absorver toda a oferta existente neste caso, sem a diminuição sensível dos preços (164).

Contudo, o preço mundial de cacau não é apenas regulado pela lei da procura e oferta. É preciso introduzir outros parâmetros como a capacidade negocial (165), a política de marketing, a publicidade e as relações públicas e/ou a imagem do país no exterior. Esses elementos associados aos factores que determinam o volume de oferta mundial, bem como a existência de sucedâneos, conduzem a flutuações das cotações de cacau no mercado mundial.

As cotações do produto exportado por S. Tomé e Príncipe durante os anos 50 e 70 a 73, foram muito razoáveis, conforme o quadro nº 7 mas, apesar disso, a produção não aumentou significativamente, tendo mesmo registado decréscimos em certos períodos, devido à rigidez da estrutura produtiva, cujas causas foram objecto de tratamento nos pontos anteriores.

163. SOUSA (1963), p.60.

164. SOUSA (1963), p.60.

165. SOUSA (1963), p.57.

Em geral, as altas cotações favorecem os investimentos na cultura do cacau. Só passados 7 a 8 anos começam a surgir os primeiros frutos e, quando estes dão origem a uma sobreprodução, resulta daí uma quebra dos preços que, por sua vez, desencoraja os investimentos, fazendo de novo aumentar a cotação (166).

Os agricultores investem, em geral, em função das cotações de cacau no mercado mundial. Se estas são altas os agricultores aumentam o investimento e reduzem-no quando a conjuntura lhes é desfavorável. Todavia, as perspectivas dos empresários agrícolas falham porque o aumento do investimento parece ter efeitos contrários às suas expectativas, na medida em que influenciam as quantidades produzidas e estas, por sua vez, têm impacto desfavorável nas cotações. A relação entre o binómio preço-produção cuja explicação acabámos de apresentar é tão somente uma forma possível de exprimir o modo como estas duas variáveis macroeconómicas se condicionam mutuamente. Todavia, esta explicação não pode ser encarada como única e muito menos como definitiva pela simples razão de que os frutos uma vez amadurecidos são colhidos seja quais forem os preços que vigorarem nos mercados internacionais. Por outro lado, as informações estatísticas existentes sobre o assunto além de serem escassas nem sempre correspondem à realidade, que se pretende estudar.

A problemática da fixação dos preços no mercado internacional vem sendo discutida desde 1906, período em que S.Tomé e Príncipe tinha capacidade para influenciar os preços do produto (167).

Foram feitas várias tentativas de valorização do cacau no mercado mundial. De uma forma geral, os seus propósitos não foram alcançados.

Pode-se atribuir, em parte, a responsabilidade do fracas-

166. "Le Cacao dans les États ACP", p.75.

167. AMZALAK, p.190.

so aos países produtores que, ao verem os seus cacaus valorizados, esquecem-se de constituir uma organização capaz de defender os seus interesses. Outras vezes são os consumidores que prevendo o aumento de produção mostram-se pouco receptivos a um acordo de fixação de preços.

Desesperados com a baixa dos preços dos seus cacaus os agricultores de S.Tomé e Príncipe, pela primeira vez, em 1906, ameaçaram criar uma organização cujo objectivo era colocar os seus cacaus nos mercados mundiais a um preço compensatório. O resultado dessa ameaça foi o aumento dos preços do cacau (168). Em consequência, o cartel não chegou a ser criado.

Uma outra tentativa tripartida foi feita em 1911, a qual resultou da cooperação entre Brasil, S.Tomé e Príncipe e Equador. Esta tentativa apenas serviu para sensibilizar os consumidores e outros agricultores da situação do cacau (169).

Outras iniciativas com a mesma finalidade foram ensaiadas sem que se conseguisse um acordo satisfatório para ambas as partes.

Enquanto não se chegava a uma plataforma de entendimento entre as partes interessadas, que conduzisse à valorização do cacau, a produção mundial não cessava de crescer (170) e com ela as existências, devido ao maior aumento da produção em relação ao consumo. Também as flutuações dos preços têm sido grandes desde 1911 (ver quadro nº 7). Esses factos levaram os produtores e os consumidores a uma acção internacional conjunta à busca de uma solução de compromisso. Foi assim que em 1930 nasceu a junta (Office) internacional dos fabricantes de chocolate de cacau (171). O objectivo desta organização era estudar os assuntos rela-

168. AMZALAK, p.190.

169. AMZALAK, p.191.

170. Ver Anúarios da FAO sobre produção.

171. AMZALAK, p.196.

cionados com a indústria do cacau e fomentar o consumo de chocolate através da publicidade internacional. Apesar das boas intenções os resultados ficaram aquém das expectativas.

O governo britânico, em gesto de solidariedade, propôs aos países produtores uma maior cooperação entre si e a criação de um organismo internacional que defendesse os seus interesses e os informasse da situação da produção e do consumo mundiais. Propôs ainda a criação de um fundo comum que lhes possibilitasse retirar do mercado a parte excedentária do cacau.

Na sequência das suas recomendações o ministério britânico das colónias, por volta de 1938, aconselhou os países da África Ocidental a organizarem-se conforme os Agricultural Marketing Boards ingleses (172), pois, de outra forma seria muito difícil a África conseguir aumentos de preços na ausência de um acordo internacional.

As flutuações de preços têm causado embaraços não só aos produtores, mas também às indústrias que utilizam o cacau como matéria-prima, pelo que, uns e outros, estariam interessados na sua estabilização. Todavia, cada um deles, na defesa dos seus legítimos interesses, tem utilizado instrumentos conflituais que dificultam o estabelecimento de uma plataforma sólida capaz de conduzir a um acordo estável, desejável e durável.

As indústrias, para combaterem a pressão altista dos preços, utilizam os stocks, reduzem a percentagem do cacau no produto de consumo final e incorporam no produto substâncias similares ao cacau, como sejam, as gorduras vegetais, o óleo de côco, a manteiga de karité (173), etc.

Em certos países, nomeadamente na Inglaterra, já se produz chocolate sem nenhum cacau, mas com sabor a cacau. Por seu turno,

172. AMZALAK, p.207.

173. "Le Cacao dans les États ACP", p.76.

os produtores, ou os seus representantes, têm desenvolvido acções tendentes a conseguir colocar os seus produtos no mercado a um preço competitivo. Em geral, essas políticas são bem conseguidas se a produção do país é suficientemente importante. Neste caso, podem, jogando com as quantidades, retirar do mercado o cacau de exportação e colocá-lo noutra ou destiná-lo ao consumo interno, enquanto lutam pela fixação de preços mínimos de exportação (174). Há ainda a possibilidade de utilizar as relações públicas e/ou as políticas de marketing. Em geral, os principais produtores de cacau, quando presumem uma baixa cotação do produto, procuram reduzir o seu volume de exportação.

Apesar de terem sido feitas várias tentativas, só em 1973 se conseguiu teoricamente um acordo internacional sobre o cacau (175). Esse acordo previa a criação de um stock regulador, instrumento pelo qual se pretendia regular as quantidades de cacau existentes no mercado mundial por forma a evitar flutuações acentuadas nas cotações do produto.

Os acordos de 1973, 1976, 1980, 1983 e os seguintes (os acordos são feitos mais ou menos de três em três anos) têm sido realizados no âmbito das relações comerciais preferenciais entre a CEE e os países ACP. São os chamados acordos de Lomé.

Na verdade são essas organizações que representam os interesses dos consumidores e dos produtores mundiais de cacau. Um acordo de longo prazo tem sido difícil de se conseguir devido à rigidez das posições assumidas por cada uma das partes envolvidas.

Os produtores estariam dispostos a assinar um acordo desde que os preços futuros de mercado não fossem inferiores aos actuais. Os consumidores prevendo um aumento de produção, estimam uma baixa de preços futuros. Face aos pontos de vista tão díspares

174. SOUSA (1963), p.59.

175. "Le Cacao dans les États ACP", p.74.

compreende-se que não é fácil um acordo sobre a estabilização dos preços de cacau no mercado mundial, o que significa que continuaremos a assistir às flutuações mais ou menos periódicas dos preços.

O acordo de 1976 previa não só a constituição de stocks reguladores mas também um sistema de contingentação de exportações. Os princípios contidos neste acordo não chegaram a ser postos em prática porque nesse período os preços de cacau tiveram uma subida espectacular.

Em 1979 deu-se o inverso, os preços de cacau nos mercados internacionais experimentaram uma descida acentuada. Este facto contribuiu decisivamente para que no acordo de 1980 não se fizesse referência à contingentação ficando o ajustamento dos preços confiado apenas ao mecanismo do stock regulador (176).

Enquanto que as iniciativas do stock regulador tinham por objectivo a redução das quantidades vendidas pelos países signatários do acordo, outros, situados fora dele, continuaram a aumentar as suas vendas (177). A falta de coordenação de esforços por parte dos países produtores de cacau e também dos países consumidores no sentido de acatarem as determinações dos acordos, tem feito adiar sistematicamente a eventual solução para o problema da estabilização dos preços.

As cláusulas do acordo de 1980 previam que os países exportadores e importadores (signatários do acordo ou não) contribuiriam para o financiamento do stock regulador, uma vez que uns e outros saíam beneficiados. Os não membros pagariam uma quota proporcional aos seus volumes de transacção nos mesmos moldes que os associados.

O acordo previa ainda que cada país membro contribuisse

176. CURTIS (1987), p.51.

177. Tanto a Costa do Marfim (um dos grandes países exportadores de cacau) como os EUA (que é uma potência importadora) não assinaram o acordo de 1980. [CURTIS, p.51]

para o financiamento das despesas administrativas bem como o recurso a bancos comerciais em moldes apropriados para financiar a parte das despesas do stock regulador não coberta por meios próprios (178). Em consequência disso e por os mecanismos de captação de fundos de autofinanciamento não terem funcionado (179), o stock regulador passou a ser financiado com fundos provenientes de bancos comerciais.

Para pôr termo à indisciplina que reinava no seio da organização (180) em termos de gestão orçamental e também para travar o recurso sistemático a bancos comerciais, o acordo de 1986 veio estabelecer que o gestor do stock não pode contrair nenhum empréstimo em nome da organização nem operar nos mercados a prazo. Apenas está autorizado a comprar as sementes de cacau e também 10.000 toneladas de pasta de cacau a título experimental (181).

O novo acordo reduz a participação dos governos dos países membros, tanto no endividamento da organização quanto nas despesas administrativas. A nova filosofia pressupõe que a organização deve dotar-se de seus próprios meios.

Para efeitos de formação de preços, o novo acordo estabelece que a sua variação passa a ser expressa em DTS (182). Este procedimento permite evitar grandes flutuações nos preços do cacau que antes eram expressos em dólares, que, como é sabido, é mui-

178. CURTIS, p.53.

179. Esses mecanismos não funcionaram porque, em termos práticos, o acordo não foi além de boas intenções.

180. Referimo-nos ao ICCO (Ofício Internacional de Cacau e do Chocolate).

181. CURTIS, p.55.

182. DTS (Direitos de Saques Especiais) - é a média ponderada das cinco principais moedas participantes no comércio internacional. [CURTIS, p.56]

to susceptível de bruscas variações.

Sempre que se prevê uma queda dos preços mais baixos fixados no acordo, os países produtores deverão, para evitar a crise, retirar do mercado uma determinada quantidade de cacau proporcional à quantidade exportada (183).

Este novo acordo (184) contém algumas inovações importantes, nomeadamente o recurso aos DTS. Contudo, é mais um acordo no sentido da estabilização de preços de cacau que, de resto, parece-nos ainda muito distante dos desígnios dos países exportadores de cacau.

3.2.2 MARKETING BOARDS

Como já foi dito, o governo inglês aconselhou os países africanos produtores de cacau a organizarem-se conforme os Agricultural Marketing Boards ingleses com o fim de minimizarem as consequências das flutuações de preços que causavam prejuízos graves aos produtores.

Em face dessa recomendação passou a vigorar em muitos países um sistema de compensação de preços para beneficiar os pro-

183. Para um estudo mais aprofundado sobre o acordo, ver CURTIS, pp. 51-59.

184. Para evitar o colapso do acordo, tal como se verificou em relação ao de 1980, este acordo só entrará em vigor se cinco dos nove participantes produtores mundiais de cacau corrente, totalizando 80% de exportações, o ratificarem. Do mesmo modo, os principais importadores terão de ratificar o documento.

Os princípios constantes do acordo serão aplicados, a título provisório, pelos signatários, ainda que não sejam satisfeitas todas as condições. E é isto que tem vindo a acontecer desde 19 de Janeiro de 1987. [CURTIS, p.59.]

dutores das perdas de receitas de exportação (185). O objectivo desse instrumento era atenuar os inconvenientes das flutuações das cotações de cacau no mercado mundial.

Fixava-se um preço a pagar ao produtor que era ligeiramente inferior ao preço praticado no mercado internacional, de modo que a organização conseguisse alguma receita para o seu financiamento (186).

Quando a cotação era muito baixa, a organização compensava os produtores no montante da diferença entre o preço internacional e o preço mais elevado que fora fixado.

O Marketing Boards tinha a vantagem de poder controlar toda a oferta do produto surgindo no mercado mundial como o único vendedor, podendo, obviamente, influenciar os preços. Porém, o objectivo tendencial de influenciar os preços no sentido da alta poderá prejudicar o consumo e fomentar a descoberta de novos sucedâneos de cacau. Seja como fôr, o Marketing Boards surge como uma instituição reguladora dos preços, recolhe e gere o fundo de compensação (187). É, em última instância, um mecanismo de formação de poupança.

Numa economia fortemente dependente das receitas de exportação de um produto como é o caso de S. Tomé e Príncipe, o Marketing Boards pode ser um instrumento poderoso para controlar as importações e os preços internos.

Como S. Tomé e Príncipe é um país de desenvolvimento lento quase totalmente aberto ao exterior, compreende-se que um aumento das receitas de exportação estimule um aumento de importações (a propensão marginal ao consumo aumenta com o rendimento). O aumento das receitas de exportação pode, igualmente,

185. SOUSA (1963), p.71.

186. SOUSA (1963), p.71.

187. SOUSA (1963), p.71.

exercer pressão na procura de bens de produção interna e, em consequência, o preço aumenta devido à rigidez das estruturas produtivas desses bens em resposta ao aumento da procura. Portanto, um aumento das receitas de exportação provoca um aumento da procura agregada. Neste caso é, em geral, a procura de bens de consumo importados que aumenta. Em consequência, os preços internos elevam-se.

Ora, se os aumentos das receitas são retidos pelo Marketing Boards a reacção do mercado de bens de consumo é, pelo menos, amortecida pela diminuição da pressão da procura.

Uma parte das receitas recolhidas pelo Marketing Boards será destinada a compensar os agricultores. Outra parte poderá ser aplicada em actividades que visem melhorar a qualidade e aumentar a quantidade de produção do cacau e/ou em sectores que se mostrem rendíveis.

Devido à sua condição de colónia e às relações que mantinha com a metrópole, existiu em S. Tomé e Príncipe o imposto das sobrevalorizações (188) que, no essencial, exercia as mesmas funções de Marketing Boards, principalmente no aspecto financeiro. Todavia, não tinha o carácter regulador do Marketing Boards.

As grandes propriedades de exploração agrícola, com centros de decisão localizados na metrópole, por um lado, e a consequente transferência de lucros para o exterior, por outro, tornavam impraticável um mecanismo disciplinador da estrutura económica do tipo Marketing Boards, visto que a sua base de incidência situava-se no exterior. As flutuações de preços de venda do cacau afectavam directamente as transferências ou a retenção de lucros no exterior.

Alternativamente ao mecanismo de regulação interna, sempre existiu da parte dos países produtores e consumidores a intenção de criar uma estrutura mundial capaz de estabilizar os preços. Contudo, quando os preços são altos os produtores são menos receptivos ao estabelecimento de um acordo e quando são baixos são

188. SOUSA (1963), p.75.

os consumidores que se mostram pouco interessados. Mas, apesar disso, conseguiu-se celebrar o primeiro acordo internacional em 1973 (189), que não veio trazer praticamente nada de novo, relativamente às posições anteriormente assumidas. E assim tem sido ao longo de várias tentativas.

Como potência consumidora, a CEE tem um papel muito importante a desempenhar no processo de estabilização dos preços de cacau, contribuindo para a regulação das receitas de exportação dos países produtores.

O Stabex é o instrumento que tem sido utilizado para esse efeito. Todavia, a sua aplicação parece não satisfazer os países africanos produtores de cacau.

3.2.3 RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE PORTUGAL E S. TOMÉ E PRÍNCIPE

Os produtos de exportação de S. Tomé e Príncipe eram, na sua quase totalidade, colocados nos mercados estrangeiros. E destes, os países que faziam parte dos seis da Europa Comunitária absorviam mais de 80% dessas exportações. A Holanda era e é o país da CEE que mais importa de S. Tomé (190).

Enquanto potência colonial, a importação de Portugal dos produtos de S. Tomé e Príncipe era pouco significativa (apenas cerca de 25% das suas exportações totais, enquanto que o estrangeiro absorvia 3/4). Pensa-se que este facto deveu-se, essencialmente, à fraca capacidade do mercado interno português em absorver os produtos de S. Tomé e Príncipe. Para Portugal seguia coconote, copra, óleo de palma, enquanto o território teve excedentes de cacau. Normalmente era enviado para Lisboa o cacau mais ordinário e

189. "Le Cacao dans les États ACP", p.75.

190. SOUSA (1963), p.15, bem como o quadro nº 18.

"moinhas" que dificilmente encontravam colocação no estrangeiro. Apareceram algumas iniciativas para fazer em S. Tomé a semi-elaboração do cacau e exportá-lo sob a forma de "pasta de cacau". O estudo económico do empreendimento revelou a sua inviabilidade por falta de dimensão e porque alguns produtores estavam mais interessados em exportar o cacau em grão, para manterem os mercados tradicionais, enquanto que S. Tomé e Príncipe importava da metrópole quase todos os bens e serviços que necessitava para o seu consumo interno. Neste sentido, aquele país funcionava, em termos práticos, como um transferidor líquido das divisas (191) obtidas com as exportações para a zona do escudo, em que Portugal era o maior beneficiário. Ou, dito de outra forma, S. Tomé e Príncipe tinha uma balança comercial superavitária em relação aos países estrangeiros e deficitária relativamente à zona do escudo (192).

Desde 1975, ano em que S. Tomé e Príncipe se tornou independente, o seu défice comercial relativo ao comércio com Portugal tem-se agravado de ano para ano.

Conforme os elementos constantes do quadro nº 13 a relação das trocas comerciais com Portugal no período pós independência (1975-1990) tem sido manifestamente desfavorável a S. Tomé e Príncipe.

As dificuldades havidas com a colocação dos produtos de exportação sãotomense no mercado português levou os agricultores a encontrarem no estrangeiro o mercado para realizar as suas vendas.

E foi sobretudo na Europa Ocidental que S. Tomé e Príncipe encontrou mercados de escoamento dos seus produtos. Dos países europeus, a Holanda é aquele que mais tem comprado a S. Tomé e Príncipe. Tratando-se de um país de monocultura não deixa de ser preocupante o facto de aquele país concentrar quase a totalidade da sua exportação num único mercado. Como se sabe, é indispensável que

191. SOUSA (1963), p.14.

192. SOUSA (1963), p.13.

haja uma diversificação de mercados como forma de reduzir o risco da dependência comercial.

Como se pode ver pelo quadro nº 18, CEE é o parceiro comercial mais importante da RDSTP (República Democrática de S. Tomé e Príncipe). Mais de 80% das suas exportações para a Comunidade destinam-se à Holanda. Portugal mantém uma quota de importação de cerca de 11% do total das exportações de S. Tomé. No entanto, é deste país europeu que a RDSTP mais importa.

Na sequência de um acordo celebrado entre a RDSTP e a RDA, com o objectivo de reduzir os efeitos da baixa cotação de cacau, este país passou a comprar cacau de S. Tomé e Príncipe a preço fixo de 104 dobras o quilo e a preço de mercado quando este ultrapassa o preço estabelecido no acordo. Por isso, não é de estranhar os valores assumidos pela RDA, sobretudo a partir de 1982.

Não nos pareceu que a situação de S. Tomé e Príncipe tivesse sido diferente, pelo menos até à data da independência, quanto ao volume e qualidade da produção se o mercado português de então absorvesse toda a exportação cacaueira da sua colónia. É pouco provável que o mercado metropolitano pudesse, por si só, evitar o declínio das plantações e a queda da produção.

Devido ao decréscimo da produção que se instalou a partir dos anos 40, de nada valeu que as flutuações das cotações tivessem sido favoráveis (193), pois o declínio da produtividade era demasiado acentuada.

3.2.4 ACESSO DE CACAUS AOS MERCADOS INTERNACIONAIS

Tem-se assistido principalmente a partir da década de 70, deste século, a um importante esforço de desbloqueamento de barreiras tarifárias dos mercados internacionais relativamente a cacau.

193. Conforme os quadros nºs 1, 2, 5 e 7.

As negociações tarifárias celebradas entre a CEE e os países ACP permitiram a redução de importantes direitos aduaneiros e facilitaram a penetração de cacaus dos países ACP nos mercados ocidentais, gozando de direitos preferenciais.

Pelo sistema das preferências generalizadas (SPG) de que gozam alguns produtos tropicais de natureza agrícola nos mercados da CEE, as sementes de cacau ACP entram nos mercados comunitários livres de direitos aduaneiros (194).

Alguns países membros da CEE, para protegerem a importação de sementes ACP, impõem um direito aduaneiro relativamente baixo àquelas importações provenientes de países não ACP. Todavia, nem sempre esta regra é respeitada, principalmente quando se trata de utilizar sementes importadas de países não ACP com a finalidade de produzir os derivados de cacau para exportação.

Por regra, a CEE fixa aos seus membros uma quota geralmente muito baixa, quanto às importações provenientes de zonas não ACP. Mas, apesar disso, alguns países têm vindo a aumentar regularmente a quantidade das sementes importadas de outras áreas, o que mereceu a intervenção da Comissão das Comunidades Económicas Europeias (195).

Perante este quadro, pensamos que talvez seja conveniente os países ACP melhorarem significativamente as produtividades da sua produção de cacau, para que possam concorrer livremente e sem preocupações nos mercados internacionais.

Apesar da flexibilidade dos países comunitários em facilitar a entrada nos seus mercados de cacaus ACP, existem, do lado da procura, vários instrumentos, dos quais os países importadores

194. Os outros derivados de cacau, como, por exemplo, pasta de cacau e cacau em pó, entram nos mercados comunitários pela aplicação de uma tarifa especial ao abrigo do Sistema das Preferências Generalizada - SPG -. [CURTIS, p.30-41]

195. CURTIS, p.37.

se servem para travar a importação do cacau, principalmente quando a conjuntura económica lhes é desfavorável. Esses instrumentos são, por exemplo, o regime de licenças de importação que, em geral, é aplicado com discriminação aos países de origem e/ou a produtos (196).

Outro factor que pode reduzir o fluxo comercial são os custos de transporte. Os países situados mais próximos dos mercados internacionais ou cujo tráfego se processa com normalidade têm a vida mais ou menos facilitada por os seus custos serem menores. Nesse aspecto particular S. Tomé e Príncipe, devido à sua condição de insularidade, tem nos custos de transporte um dos seus maiores problemas.

O país não tem capacidade para influenciar o mercado internacional de cacau (197), devido à sua reduzida contribuição na exportação mundial. O que há a fazer é preservar, pelo menos, os mercados em que actua, lutando, neste caso, pela melhoria da qualidade dos seus cacaos.

196. CURTIS, p.37.

197. Nestes últimos anos, os principais mercados de exportação de cacau de S. Tomé e Príncipe têm sido a Holanda e a RFA. A participação de S. Tomé e Príncipe no conjunto do consumo de cacau daqueles países é manifestamente negligenciável. Em 1976/77, a Holanda importou de S. Tomé 1150 toneladas, quando a sua importação total ultrapassou as 137 milhares de toneladas. A RFA importou no ano de 1984/85 0,68 milhares de toneladas, quando a sua importação total de cacau ascendia a mais de 220 milhares de toneladas. [CURTIS, p.31]

4. OS FACTORES INTERNOS E EXTERNOS QUE SE MODIFICARAM NO PERÍODO PÓS-INDEPENDÊNCIA E QUE CONTRIBUÍRAM DE UMA FORMA OU DOUTRA PARA A ALTERAÇÃO DA PRODUÇÃO DO CACAU DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE

4.1 OS FACTORES MAIS INFLUENTES

Nos pontos anteriores analisámos um conjunto de realidades sociais nacionais e internacionais que condicionaram o nível de produção de S. Tomé e Príncipe. Parece-nos por demais evidente que é ilusória a permanente fé na exclusiva cultura do cacau. Também é verdade que, apesar dos seus graves problemas, o cacau ainda representa a unidade cultural de S. Tomé e Príncipe em que se baseia o desenvolvimento económico e social do país. Mas não é menos verdade que o «reinado do cacau» está seriamente ameaçado. Se não forem tomadas medidas urgentes no sentido de se encontrar soluções realistas, mais ou menos imediatas, capazes de fazer face à crise, que o país atravessa, e se se mantiver a esperança, a nosso ver errónea, na economia do cacau, poder-se-á, então, estar a criar condições alarmantes para a população vindoura senão mesmo para a população actual.

Os problemas colocados à economia do cacau de S. Tomé e Príncipe no passado mantêm-se no presente, alguns dos quais com maior acuidade, em consequência do processo de independência.

Neste ponto vamos analisar os factores internos e externos mais relevantes, que se modificaram no período posterior à independência e que, de algum modo, explicam a actual situação da economia do cacau de S. Tomé e Príncipe.

Em 1974 a produção de S. Tomé e Príncipe situava-se em 10,4 milhares de toneladas. Este volume não só não voltou a ser alcançado mas, o que é mais grave ainda, cada vez mais o nível da produção foi-se afastando dele. Assim, depois daquela data, a queda

da produção acentuou-se de tal modo que, desde 1984, o volume da produção se situa, em média, em 4,0 milhares de toneladas.

A instabilidade que vigorou nos meios sociais são-tomenses a partir de Abril de 1974, em consequência da revolução de Abril, reflectiu-se na quebra da produção verificada em 1975, que apenas atingiu 7,9 milhares de toneladas. Esta situação veio a agravar-se sobremaneira com as medidas políticas adoptadas pelo recém criado governo de S. Tomé e Príncipe ao nacionalizar as propriedades agrícolas que estavam na posse dos colonos portugueses e que representavam quase a totalidade da produção do país.

Esta estratégia política do governo de S. Tomé e Príncipe teve consequências muito desastrosas para a economia do país pois, ao ditar em 1975, por força do Decreto-Lei das nacionalizações, a debandada dos fazendeiros e de todo o corpo técnico até então aí existentes, S. Tomé e Príncipe ficou praticamente despido de todo o seu "know-How", que possuía ao longo de várias décadas no domínio da agricultura e principalmente na área do cacaueteiro.

Os lugares deixados pelos portugueses foram preenchidos pelos directores e técnicos nacionais nomeados para o efeito. Contudo, esses novos quadros não só não tinham um razoável conhecimento da tecnologia do cacaueteiro como também não eram conhecedores das realidades do seu próprio país. Esses dois aspectos, associados a uma desorganização interna que se manifestava a todos os níveis e sobretudo no sector agrícola onde as técnicas aplicadas, mesmo com a ajuda de alguns técnicos estrangeiros, eram, ainda assim, "ad hoc", colocaram o país numa situação de precariedade agrícola, que se reflectiu nos índices de produtividade baixíssimos observados no período a seguir à independência, com particular incidência nos anos oitenta.

Os conhecimentos técnicos, a experiência e a ciência da agricultura do cacaueteiro não se adquire de um dia para o outro. Foram vários anos de vivência agrícola em solos são-tomenses, onde os portugueses e outros europeus produziram e realizaram importantes ensaios sobre o modo mais adequado de proceder para uma

agricultura melhor. Por isso, pensamos que, neste momento, são ainda os portugueses que estão em melhores condições para colaborar de uma forma mais eficaz no processo de recuperação da estrutura agrícola são-tomense, se for esta a opção dos poderes públicos, contribuindo, na medida do possível, para elevar o nível de produção do país.

Convém frisar aqui que não é nossa preocupação aumentar a produção do cacau como via para o desenvolvimento da RDSTP. A nossa perspectiva não é uma economia agrícola para S. Tomé, bem pelo contrário. No último capítulo deste estudo discutiremos as alternativas que se colocam à economia do país, de entre as quais se destacam algumas actividades do sector terciário que poderão, a nosso ver, contribuir para atrair importantes divisas que serão certamente decisivas para o processo de desenvolvimento de S. Tomé e Príncipe.

Como já referimos, as decisões políticas estão na origem directa da queda de produção do cacau de S. Tomé e Príncipe, que até hoje não conheceu outro rumo, não obstante as tentativas que têm vindo a ser feitas nesse sentido. A recuperação não é simples e leva tempo a produzir os seus efeitos.

As decisões políticas não podem ser tidas como os únicos factores responsáveis pela redução da produção de cacau, mas é, todavia, o factor mais importante a reter.

O elemento humano é, sem sombra de dúvida, de importância crucial para a manutenção da cultura do cacaueiro, que não pode de forma nenhuma, dispensar os seus cuidados. S. Tomé e Príncipe teve, desde sempre, na escassez de mão-de-obra o seu maior obstáculo à expansão da economia agrícola, como já tivemos ocasião de referir repetidas vezes.

Incompreensivelmente, e talvez fruto de uma certa desorganização interna, que se seguiu à declaração da independência, as autoridades políticas negligenciaram aquele factor do progresso económico tão fundamental à economia do cacau.

A falta de incentivo ao trabalho caracterizado pelas

deficientes condições sociais de trabalho, atraso de vários meses no pagamento de salários, escassez de bens de subsistência nos mercados, salários baixos, preços dos géneros elevadíssimos bem como a falta de diálogo com os trabalhadores, são razões que estiveram na origem da fuga em massa de milhares de trabalhadores das roças que asseguravam a produção agrícola e, em especial a do cacau. Estes trabalhadores que possuíam uma longa experiência de agricultura do cacau viram-se assim obrigados a deixar S. Tomé e Príncipe com destino a Angola e Cabo Verde donde os seus pais eram originários.

A falta de mão-de-obra que se operou logo a seguir à saída daqueles trabalhadores teve por efeito o abandono de muitas colheitas e de algumas zonas de produtividade significativa. Muito cacau maduro ficava nas árvores e, quando era apanhado, muito ficou nas cápsulas abandonadas. Estes fenómenos são muito prejudiciais à economia de S. Tomé e Príncipe porque fomentam o aparecimento do mildio que, como já foi sublinhado, é dos piores agentes destruidores da cultura do cacau. Os seus ataques contribuem decisivamente para a redução do nível de produção e fazem elevar os custos unitários.

Esta situação podia ser evitada se as autoridades no local tivessem capacidade para avaliar e prever as consequências de atitudes de passividade assumidas relativamente às condições a atribuir aos trabalhadores.

A seca, que assolou a ilha de S. Tomé no início da década de oitenta, foi outro factor que de alguma forma contribuiu para que a produção não aumentasse nesse período porque, entretanto, tornaram-se inoperacionais os sistemas de distribuição de rega que existiam (condutas, tomadas de água nos rios, regadeiras de nível, etc).

Os factores externos, como sejam as flutuações de cotação dos preços de cacau no mercado internacional e o aparecimento de novos concorrentes - Malásia e Papua -, que são susceptíveis de provocar modificações nos níveis de produção em determinados espa-

ços territoriais, não parecem ter influenciado as quantidades de cacaos produzidas em S. Tomé e Príncipe. Não nos parece que os aumentos da oferta mundial de cacau e/ou as reduções nos seus preços tivessem contribuído para a diminuição da produção cacaueira são-tomense. Houve períodos em que as cotações se mantiveram elevadas, mas em que o nível da produção do país não só não aumentou como também se registaram quebras sensíveis (ver, por exemplo, os anos 1981 a 1985, nos quadros nºs 1 e 12).

Para uma mesma quantidade produzida e exportada, as receitas de exportação são maiores ou menores se as cotações são mais altas ou baixas. Neste caso, as flutuações dos preços influenciam directamente as receitas de exportação e não as quantidades produzidas.

As altas cotações significam, em princípio, mais divisas para o país tão necessárias ao financiamento de equipamentos indispensáveis ao processo de desenvolvimento.

Portanto, tudo indica que, são os factores internos que contribuíram para a redução significativa da produção do cacau em S. Tomé e Príncipe. E desses, os mais importantes são aqueles que estão intimamente relacionados com os índices de produtividade interna que, nas condições de S. Tomé e Príncipe, se centram a aspectos ligados a mão-de-obra agrícola, mas não são exclusivos dela. Naturalmente que, neste caso, a responsabilidade recai sobre quem tem o poder de natureza política que ao ser manipulado de modo precipitado, pode comprometer o futuro de toda a geração.

A indigitação de técnicos e directores de empresas insuficientemente qualificados para o exercício de tarefas em sectores-chave da economia, leva a adoptar métodos de cultivo "ad-hoc", por falta de cursos de formação tanto para técnicos e directores como para trabalhadores directamente ligados à cultura do cacaueiro. O não uso ou o uso indevido de fertilizantes e outros produtos afins e, em especial, a falta de incentivos ao trabalho e, bem assim, uma certa desorientação interna justificada pela falta de organização dos serviços, que tem levado, em consequência, a

uma má utilização dos recursos existentes, são razões mais do que suficientes para justificar o declínio da colheita do cacau de S. Tomé e Príncipe.

Alguma coisa já se tem vindo a fazer, nestes últimos tempos, com o intuito de melhorar a organização da estrutura produtiva de modo a poder obter-se melhores resultados económicos. Contudo, é com muita preocupação que encaramos o processo de mudança em marcha em S. Tomé e Príncipe, devido à excessiva lentidão na tomada de decisões e execução de determinadas actividades importantes que podem ser decisivas ao processo de desenvolvimento do país.

A boa vontade política por si só não basta para resolver os delicados problemas com que S. Tomé e Príncipe se defronta. Certas situações devem ser atacadas prontamente para que os efeitos esperados sejam devidamente alcançados sem custos adicionais. Para isso, é necessário que se tenha dispositivos adequados prontos a serem accionados em momentos apropriados, o que requer o aprovisionamento de determinados factores de produção e uma melhoria substancial de nível de conhecimentos técnicos e práticos do pessoal adstrito ao sector produtivo.

Exemplo disso são as pragas e outras doenças do cacau-eiro que, a não serem combatidas a tempo e horas, têm consequências que são bem conhecidas.

A nossa preocupação, neste ponto, foi de explicar que são as modificações de factores internos que mais influenciaram a queda da produção do cacau de S. Tomé e Príncipe. No próximo ponto deste capítulo vamos analisar a crise do cacau numa perspectiva diferente - a análise de rácios económicos.

4.2 A CRISE DO CACAU DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE ANALISADA DO PONTO DE VISTA DE INDICADORES

Neste ponto vamos apresentar uma análise breve em termos de alguns indicadores macroeconómicos no período mais recente em

que possuímos dados.

Começemos pela taxa de cobertura das importações pelas exportações que, como se sabe, é um indicador que nos permite analisar a situação do desequilíbrio da balança comercial. Assim, no período que vai de 1980 a 1984, S. Tomé e Príncipe conheceu momentos muito críticos, a taxa de cobertura atingiu valores muito baixos—43,3% em 1981 e 23,4% em 1982 (ver quadro nº 19). A ligeira recuperação em 1984 deveu-se a um abrandamento no nível de importações acompanhado de uma apreciável melhoria nas exportações.

Um outro indicador importante que nos permite avaliar o modo como o comércio externo contribui para a formação do PIBpm no conjunto da actividade económica do país é o grau de abertura ao exterior, que nos diz em que medida um país está dependente do exterior, quer em termos de categoria e quantidade de produtos importados e exportados, como também do valor desses produtos.

Uma análise em termos de valor (ver quadro nº 19) permite-nos concluir que as percentagens de exportações e importações no PIBpm são muito significativas, sendo as de importações mais importantes e de tendência geralmente crescente. A participação das exportações na abertura ao exterior tem sido de forma irregular, facto que não é de estranhar se atendermos às contingências a que está sujeito o principal produto de exportação.

Como já referimos, o défice comercial de S. Tomé e Príncipe é significativo e assume, em certos períodos, proporções que suscitam sérias apreensões. Por exemplo, em 1982 o peso do défice representou 76% do PIBpm.

Do conjunto das importações de S. Tomé e Príncipe, a rubrica de serviços é a componente que tem maior peso e representa mais de 40% no total das importações. E desta, mais de 80% refere-se a despesas com o transporte, frete e viagens (ver quadro nº 17).

Em relação a produtos, a importação de bens alimentares representa cerca de 30% do total que, ainda assim, se revela insuficiente para satisfazer as necessidades da população. Este facto leva-nos a admitir que convirá a S. Tomé e Príncipe produzir bens

de subsistência alimentar para, por um lado, reduzir a excessiva dependência neste domínio e, por outro, garantir uma adequada alimentação local.

Ainda em relação ao quadro nº 19, verifica-se que o cacau tem sido insuficiente para cobrir as necessidades de importação (198). Em 1982, as receitas de exportação do cacau apenas cobriram 21,3% das importações. O quadro nº 20 indica-nos que o sector da agricultura, do qual grande parte é representada pela cultura do cacauzeiro (cultura de exportação), apresenta um excedente líquido de exploração negativo (78,2%).

Os argumentos apresentados mostram uma vez mais que o cacau não tem sido suficiente para o desenvolvimento da R.D.S.T.P.. É necessário acrescentar-lhe outras actividades económicas importantes e/ou adoptar uma estratégia diferente, que possa trazer benefícios práticos ao país.

CONCLUSÃO

Neste capítulo, analisámos um conjunto de factores internos e externos que condicionaram a expansão da agricultura cacaueira em S. Tomé e Príncipe e concluímos que a economia do cacau se revelou insuficiente para garantir o seu desenvolvimento.

A escassez da mão-de-obra ou a sua má qualificação, as

198. De acordo com o modelo estimado:

$\hat{M}_t = 125,49109 + 0,5061218 \text{Exc}_t$; $R^2 = 86\%$ e $rM_t.\text{Exc}_t = 93\%$,
em que: \hat{M}_t é a importação estimada no período entre 1979 e 1988 e Exc_t é a exportação de cacau no mesmo período. Da leitura do modelo ajustado conclui-se que a importação de S. Tomé e Príncipe é explicada, em muito, pela exportação do cacau ($R^2 = 86\%$). Existe uma associação linear forte entre a importação e exportação de cacau ($r = 93\%$). O processo de cálculo encontra-se em anexo (páginas 166 a 169).

doenças e pragas, as condições atmosféricas adversas, a falta de conhecimentos técnicos, as derrubadas das árvores de sombra e a reduzida dimensão dos espaços cultiváveis foram apontadas como principais causas, que condicionaram a expansão da cultura do cacau em S. Tomé e Príncipe.

As derrubadas, porque conduziram ao esgotamento dos solos e à consequente queda da produção, e a reduzida dimensão dos espaços cultiváveis, ao limitar a expansão da cultura, são geralmente consideradas como causas mais importantes.

Os factores externos, nomeadamente o aumento de oferta mundial de cacau e as flutuações dos preços nos mercados internacionais, se bem que não nos parece terem tido um efeito directo nas quantidades de cacaos produzidas em S. Tomé e Príncipe, influenciam positiva ou negativamente as receitas de exportação do país, em especial se ao aumento da oferta, em consequência do aumento da produção, não lhe corresponder um igual aumento da procura. Neste caso, os preços tenderão a cair e com eles as receitas de exportação, que cada vez mais se mostrarão insuficientes para as necessidades do país.

Com a independência, os fenómenos que condicionaram a expansão da cultura viram-se reforçados por novos dados: a desorganização interna, a penúria alimentar, que fez aumentar as carências, a debandada dos trabalhadores das roças e uma má orientação da política administrativa do país no sector.

TERCEIRA PARTE: DISCUSSÃO DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS ALTERNATIVAS A CULTURA DO CACAUEIRO EM S. TOMÉ E PRÍNCIPE

I - ALTERNATIVAS QUE SE COLOCAM A ECONOMIA DE CACAU EM S. TOMÉ E PRÍNCIPE

Ao longo do capítulo anterior estudámos um conjunto de aspectos que constituem sérios obstáculos ao desenvolvimento da RDSTP com base na economia de cacau. Os factores de travão apresentados parecem demonstrar claramente que a cultura do cacaueiro é incapaz de responder, de forma satisfatória, às necessidades do país.

A situação da economia de S. Tomé e Príncipe é, como já foi referido no ponto 1 do capítulo anterior, muito precária e para a obviar torna-se necessário avaliar alguns dos parâmetros que poderão contribuir, de alguma forma, para a resolução da crise da sociedade são-tomense.

Em todo o caso, o cacaueiro continuará a ter um lugar importante na economia do país porque não é fácil encontrar, a curto e médio prazo, pelo menos, outra cultura que aproveite os solos inclinados e os mantenha todo o ano revestidos e protegidos da erosão. No entanto, esta importância terá de ser decrescente com o tempo, visando a sua substituição por outras actividades económicas mais rentáveis a longo prazo, que terá de ser feita de uma forma escalonada para não causar traumas sociais e prejuízos económicos porventura ainda mais marcantes.

Neste capítulo, discutiremos, essencialmente, os sectores das pescas e do turismo como alternativas (199) à economia do cacau, e, bem assim, a actividade de prestação de serviços de

199. A hipótese do desenvolvimento de S. Tomé e Príncipe com base no modelo de substituição de importações, experimentado em muitos países africanos, não se põe, por uma série de razões. O sector industrial são-tomense é praticamente inexistente e a dimensão do seu mercado é desprezível.

A implementação daquela estratégia, concebida como resposta à progressiva deteriorização dos termos de troca, nos países



importação de bens em trânsito.

Noutro plano, secundário, abordaremos um conjunto de actividades económicas subsidiárias do desenvolvimento do país, como sejam a produção de bens alimentares, a copra, etc.

Uma aposta firme e decidida nos sectores alternativos ao cacau e, também, a consideração de actividades acessórias, em simultâneo, de forma ajustada, poderão ajudar a encontrar o novo rumo para a delicada situação de S. Tomé e Príncipe.

do Terceiro Mundo, e a promoção do desenvolvimento, principalmente em países africanos, revelou-se contraproducente.

Iniciativas de orientação da economia para actividades industriais, redução de importações de manufacturas, adopção de esquemas de protecção à "indústria nascente", etc, falharam.

A industrialização por substituição de importação conduz, em geral, à ineficiência económica e a acentuados aumentos de custos de produção.

O que se constata é que nesses países são criadas indústrias não eficientes com produtividades baixíssimas, o que contribui grandemente não só para elevar os custos económicos mas sobretudo custos sociais, em consequência da crescente carestia de vida. As altas barreiras alfandegárias, sob as quais essas indústrias se protegem, permitem que a utilização de recursos existentes seja precária.

1. O SECTOR DAS PESCAS

Nesta fase, parece não haver lugar para dúvidas quanto ao falhanço da cultura do cacau como base para o desenvolvimento económico e social de S. Tomé e Príncipe.

Propomos aqui estudar o sector das pescas como uma das actividades alternativas ao cacau, que poderá ajudar a constituir um esboço para a saída da presente crise saotomense.

Com a independência os barcos pesqueiros que antes operavam nas águas de S. Tomé e Príncipe deixaram o país com rumo a outros destinos. As pequeníssimas embarcações tradicionais frequentemente não conseguiam capturar peixes em quantidade suficiente para satisfazer a procura interna e a partir daí a situação alimentar começou a manifestar sintomas de agravamento.

Em 1976/77, para obviar a situação, o mercado interno, provavelmente com a colaboração dos Russos, passou a ser abastecido com uma variedade piscatória denominada de "asnos" que nunca chegou a satisfazer os gostos e as preferências dos Saotomenses por aquela espécie, de qualidade supostamente inferior, nunca antes ter feito parte do seu cabaz de compras.

A situação de escassez de peixes foi-se acentuando cada vez mais e com ela a insatisfação social.

Foi então que o governo da República Democrática de S. Tomé e Príncipe face a tão grave situação decidiu adquirir dois barcos de pesca industrial, à Espanha, no ano de 1982, cujo objectivo, segundo se pensa, era não só abastecer o mercado interno mas também explorar os mercados da região.

Informações recolhidas junto de algumas autoridades do sector das pescas indicam que aquelas aquisições foram efectuadas sem que um estudo sério sobre os recursos e as potencialidades do país, relativamente ao domínio das pescas, fossem levadas em consideração. Pensou-se que qualquer tecnologia de barcos de pesca, fosse qual fosse a sua natureza e dimensão, se adequassem às reali-

dades de S. Tomé e Príncipe.

De acordo com a mesma fonte, o investimento realizado na compra daqueles dois barcos ascenderam a mais de 8 milhões de dólares americanos e muitas vezes ficavam paralizados por motivos técnicos.

Os barcos adquiridos à Espanha, de tecnologia moderna altamente sofisticada, são arrastões e a sua especificidade visa sobretudo a pesca em zonas de plataformas continentais. Ora, a R.D.S.T.P. é um arquipélago cujas características da parte imersa, (as plataformas de S. Tomé e Príncipe são pequeníssimas, estreitas e irregulares), não são apropriadas à actividade piscatória de arrasto.

Ensaaios feitos por uma empresa portuguesa das pescas de Sesimbra (200), que fez deslocar a S. Tomé um arrastão seu, para o efeito, chegou exactamente às mesmas conclusões, isto é, que as águas São-tomenses não são propícias a uma pesca utilizando arrastões.

A pesca por arrastão é economicamente mais vantajosa porque permite obter um volume de produção mais elevado, com menos custos. Mas não basta partir deste postulado para se optar por aquela tecnologia. Pensamos ter havido uma certa precipitação dos São-tomenses que, iludidos com a ideia de maior rendibilidade, resolveram adquirir equipamentos que acabaram por não só não servir os interesses do povo e do país, mas também contribuir para um maior endividamento.

Este facto não deixa de ser preocupante na medida em que S. Tomé e Príncipe parece continuar a praticar, com alguma passividade, os mesmos erros dos primeiros países que ascenderam à independência pela realização de projectos de investimento, muitos dos quais, sem qualquer enquadramento com a realidade do país.

200. Informações prestadas pelo Dr. Alberto Dionísio, sócio do projecto de pescas, nos PALOP.

Quando se realiza um projecto é habitual a consideração de uma margem de erro, que pode ser minimizado quando são levadas em conta criteriosamente todas as variáveis que directa ou indirectamente tenham a ver com o projecto. No caso vertente, não nos parece ter havido essa preocupação, tanto mais que se adquiriu uma tecnologia sem se atender, nomeadamente, à qualificação do factor humano, às infra-estruturas, como sejam, as docas adequadas ao porte dos barcos, a assistência técnica, a manutenção dos equipamentos e, ainda, um estudo detalhado da sua rentabilidade.

Quando as autoridades são-tomenses se aperceberam que a compra efectuada não passou de um "fiasco", convidaram os "experts" cubanos para tornarem operacionais os barcos de modo a que os prejuízos suportados fossem reduzidos.

Os especialistas cubanos chamados à S. Tomé mostraram-se desconhecedores daquela tecnologia e aconselharam um curso de formação profissional, de curta duração, realizado em Cuba, aos nacionais São-tomenses.

Mesmo não dominando a tecnologia dos arrastões aqueles técnicos, com a colaboração de alguns responsáveis São-tomenses, fazendo recurso às técnicas "ad hoc" com todas as consequências que daí resultam, conseguiram passar à fase exploratória.

Como já foi referido, aqueles arrastões não são apropriados às condições das águas de S. Tomé e Príncipe, pelo que se iniciou contactos com a República Popular de Angola que concedeu licenças de pesca, permitindo que os arrastões pudessem entrar em actividade. Fontes bem informadas garantiram-nos que essas licenças foram obtidas gratuitamente.

Com a mão-de-obra São-tomense e técnicos cubanos passou-se, então, à fase de exploração propriamente dita. Como se compreende, as produtividades eram baixíssimas, os custos enormes e a produção era muito reduzida. Os níveis de produção publicados pelo Ministério de Agricultura e Pescas, parecem não corresponder aos

seus reais valores (201).

Sem o domínio da tecnologia a "boa vontade" dos referidos técnicos, não só não foi suficiente para rentabilizar os pesqueiros como, o que é mais grave ainda, redundou numa autêntica destruição de elementos componentes da maquinaria daqueles arrastões. Os danos eram graves e frequentes mas, apesar disso, os técnicos cubanos não eram, por isso, chamados à responsabilidade como é habitual fazer-se em casos semelhantes. A má gestão ditou uma vez mais as suas regras, com o prejuízo, neste caso, de toda a população são-tomense.

Pensamos ter havido em todo este processo, erro de decisão, por nos parecer serem os espanhois os técnicos que em melhores condições estavam para orientar os São-tomenses na melhor utilização dos arrastões. Apesar de, nestas questões, tudo depender das condições de compra e venda, é mais normal os países vendedores de tecnologia incluírem nos seus contratos a assistência técnica e outras condições acessórias.

Tornava-se necessário que os são-tomenses tivessem um plano organizado de estudos detalhados sobre os benefícios e custos na utilização daqueles equipamentos. Só assim conseguiriam ter elementos que os informassem dos níveis de produção, do custo e das receitas em cada momento, para que pudessem intervir sempre que fosse caso disso, de modo a optimizar os resultados ou minimizar os custos.

Os motivos técnicos ou a ausência de uma metodologia da pesca seguida estavam muitas vezes na origem da paralização, que se verificava e que em muitos casos se prolongava por muitos meses. Na sequência e com o avolumar de erros técnicos os barcos acabaram por

201. De acordo com o Director-Geral do MAP da R.D.S.T.P., os valores publicados no relatório da Mesa Redonda de 1985, p.32, referentes a exportações de peixe congelado, são, na realidade, trocas directas efectuadas com a República do Gabão, isto é, a R.D.S.T.P. recebeu em troca daquelas exportações os correspondentes valores em arroz, feijões, etc.

ficar imobilizados em S. Tomé. Em consequência disso, além dos custos que não cessavam de crescer, como é obvio, deixou-se de solicitar licenças a Angola.

Para obviar a situação, as autoridades Sãotomenses encontraram uma saída difícil ao negociarem com os gregos a formação de uma empresa mista que passou a chamar-se de SAPEC, criada mais ou menos no terceiro trimestre do ano de 1987. A SAPEC, que resultou da fusão da Empesca, empresa estatal de cujo património faziam parte aqueles dois arrastões, com uma empresa grega constituída para o efeito, tinha por tarefa a reparação dos arrastões, agora confiada aos gregos e, depois, a exploração propriamente dita (202).

Entretanto ainda na fase de recuperação dos barcos, as autoridades Sãotomenses tiveram o conhecimento de que os gregos tentaram negociar a venda daqueles arrastões a um outro país africano o que motivou a rescisão do contrato negocial.

Para liquidar o custo da reparação aos gregos, a R.D.S.T.P. utilizou 500.000 dólares americanos dos 1050.000 \$USA provenientes da parte do capital social dos Franco-Congolezes que, entretanto, com S. Tomé e Príncipe, constituíram uma nova empresa mista com a denominação social de "África-Fishing" (203).

Esta nova empresa foi fundada em 1989 com um capital social de 2.000.000 dólares americanos, dos quais 47,5% pertence à R.D.S.T.P., correspondentes ao valor atribuído àqueles dois arrastões, avaliados em 950.000 \$USA, que, como já foi referido, custaram cerca de 8.000.000 \$USA (204).

202. Informações prestadas pelo Director das Pescas da RDSTP, em 1990.

203. Informações prestadas pelo Director das Pescas da RDSTP, em 1990.

204. Informações prestadas pelo Sr. Dr. Arzemiro dos Prazeres, director do sector das pescas da RDSTP, aquando de uma curta estada em Lisboa, em Setembro de 1990.

Os Franco-Congolezes, representados pela SCIAL e SOFEL-INVEST, respectivamente com 17,5% e 35%, assumiram a responsabilidade pela gestão técnica (reparação, comando e exploração) dos barcos, tendo efectuado, posteriormente, reparações não previstas devido ao estado de degradação dos arrastões. Em relação a este último caso, os investimentos realizados são considerados de suprimentos de sócio e o seu montante é significativo. Pensa-se que com a exploração de mais ou menos oito meses, que já se iniciou, a dívida poderá ser saldada.

É opinião corrente no sector que este acordo foi um bom negócio, visto que o país participará nos lucros gerados, não se prevendo, à partida, situações de prejuízos. As mesmas fontes informaram-nos que em cada sessão de 20 dias de faina capturam-se cerca de 400 toneladas de espécies marinhas e os navios estão preparados e equipados para funcionarem ininterruptamente.

Fruto de experiências passadas, parece-nos que os saotomenses estão agora mais preparados para, em relação à situação concreta, assumirem com mais empenho o controle do seu património. Mas nunca é demais a realização periódica de um estudo sério e aprofundado dos aspectos que condicionam directa ou indirectamente, o funcionamento do sector.

S. Tomé e Príncipe tem acordos de pesca celebrados com a União Soviética e a CEE, permitindo a estes a exploração das águas daquele país. Presentemente, conforme a informação do Director-Geral do sector das pescas da RDSTP, as licenças concedidas por S. Tomé e Príncipe proporcionam uma receita na ordem dos 700.000\$ USA anuais. Esta verba não tem sido, todavia, contabilizada como receita do sector. Não é sequer utilizada como investimento. Não se conhece, portanto, o destino que, normalmente, é atribuído às receitas daquelas licenças.

Parece claro que o maior problema do sector das pescas de S. Tomé e Príncipe reside, essencialmente, na má gestão dos

seus recursos. Neste caso, torna-se conveniente e urgente que os aspectos relacionados com a organização e gestão do sector das pescas no seu conjunto sejam revistos. É uma tarefa que deve ser feita com rapidez e que passa pela reformulação dos métodos de trabalho, pela melhoria dos conhecimentos técnicos e pela melhor qualificação da mão-de-obra e dos técnicos. Também a Administração Pública deve ter uma intervenção transparente quanto à utilização dos recursos do sector.

Há que introduzir certos melhoramentos, nomeadamente na rede viária para levar peixes a todas as regiões do país, nas redes frigoríficas para manter fresco um certo volume de espécies marinhas em stock e são necessários meios de transporte para exportar peixes, podendo ser meios de transporte industrial ou semi-industrial, e, ainda, outras infraestruturas, como estaleiros navais e docas portuárias.

A importância da actividade das pescas no meio social Sãotomense é inquestionável. Tida como a primeira actividade que os habitantes das ilhas experimentaram, ela foi e continua a ser parte integrante da sua cultura. Mas é, sobretudo, importante pelo volume de mão-de-obra que emprega, pela sua contribuição no abastecimento do mercado interno e também, de alguma forma, pelo seu contributo no PIB.

A nossa preocupação não é de minimizar a cultura do cacauero, mas apenas atribuir-lhe o lugar que lhe cabe no futuro da economia do país. Visamos, neste capítulo, encontrar uma explicação para a saída da crise da R.D.S.T.P.. É por isso que o problema central deste ponto é o de saber em que medida a economia das pescas pode funcionar como uma das actividades alternativas à economia do cacau ou, pelo menos, que contribuição poderá ter para, juntamente com outras actividades, conduzir o país no sentido do desenvolvimento.

Até aqui abordámos o sector das pescas, tomando por base, essencialmente, os arrastões. Convém, contudo, salientar, que merece particular atenção a pesca artesanal, por ser dela que, em geral, o mercado interno é abastecido. Também aqui as carências são

enormes. Faltam peças de substituição, materiais acessórios, fios de pesca e até motores. A falta desses materiais conduzem, de igual forma, à paralização das embarcações. Todavia, uma solução satisfatória pode ser encontrada, se uma política adequada for, de facto, encetada.

S. Tomé e Príncipe necessita de modernizar a sua frota pesqueira equipando-a de barcos adequados às espécies e às condições das águas da sua ZEE. Também a mão-de-obra deve ser treinada e reciclada periodicamente, aproximando os seus conhecimentos às condições técnicas e às especificidades tecnológicas do equipamento utilizado. As condições de trabalho, incluindo as remunerações, devem favorecer o factor trabalho. Se estas condições forem observadas, a taxa de crescimento da produtividade certamente crescerá.

Neste sentido, se o país estiver dotado de meios humanos e materiais, à medida das necessidades e dos propósitos, não só fornecerá peixe em condições de razoabilidade no mercado interno como estará em condições de se lançar no mercado externo e, em especial, os da CEEAC.

É conveniente que os meios de trabalho complementares ao funcionamento do sector, como sejam, câmaras para congelação, câmaras frias, fábricas de gelo, etc, estejam em condições de boa operacionalidade e obedeçam às regras técnicas de armazenamento.

Deste modo, o país poderá exportar para a região peixe congelado, seco ou enlatado. Neste último caso, o óleo de côco e/ou o azeite da palma poderão, se julgados convenientes, ser utilizados na conservação de peixe e/ou outras espécies marinhas. Todavia, é importante ouvir a opinião de especialistas no assunto. As unidades de secagem de cacau poderão ser aproveitadas para a secagem de peixes.

Para a modernização da frota o país poderá alienar parte do seu imobilizado corpóreo não adequado à sua zona de jurisdição piscatória. Com a venda daqueles arrastões é possível obter-se receitas com as quais se adquirirá algumas embarcações dimensionadas para os objectivos do sector. É opinião de alguns que, o valor dispendido na aquisição de um daqueles arrastões, era suficiente

para equipar o país de embarcações adequadas às suas necessidades.

Segundo a fonte que temos vindo a citar, os ensaios e estudos realizados permitem afirmar que a ZEE de S. Tomé e Príncipe não é, por um lado, adequada à pesca por meio de arrastões nem é tão abundante em espécies como se esperava.

Aliás, sobre este assunto, CORREIA DA COSTA (205), já em 1955 havia enumerado os factores que influenciam a reduzida quantidade de pescado em S. Tomé, que são os seguintes:

- Existe em toda a ilha, com excepção da zona de Neves, um extenso corredor de fundos muito baixos, areia e algumas substâncias rochosas, águas quentes e límpidas, pouca quantidade de "plâncton";
- Os fundos são "limpos" e, por isso, impróprios para as espécies marinhas, principalmente os peixes;
- No seguimento das zonas baixas surgem desnivelamentos bruscos e muito acentuados que originam grandes profundidades. Aí os peixes refugiam-se, tornando-se difícil a sua captura por processos tradicionais.

A Ilha do Príncipe parece oferecer melhores condições de pesca económica, visto que:

- Os fundos são mais ou menos regulares e geralmente rochosos e existem zonas em que os fundos cuja profundidade varia entre 40 a 100 braças se estendem até cerca de 5 milhas da costa (206.)

Mas não está, de modo nenhum, em causa o volume de espécies para o abastecimento do mercado interno (207). Apesar desta

205. Vd. COSTA (1955), p.259.

206. Vd. COSTA (1955), p.260.

207. Atribui-se, geralmente, ao reduzido número de horas efectivas de trabalho a pequena quantidade de peixes capturados por pescadores saotomenses, resultando daí a sua escassez no mercado. [Cf. COSTA (1955), p.249.]

particularidade limitativa, não se pode inferir que o sector das pescas da R.D.S.T.P. não seja rentável pelo contrário, os argumentos apresentados demonstram que a ineficiência do sector resulta da precariedade da sua organização.

Aliás, à semelhança do que acontece em muitos países, é normal negociar-se licenças de pesca em áreas diferentes da ZEE sempre que as águas desta se mostrem pouco propícias. Neste sentido, não parecem existir motivos de impedimento ao desenvolvimento desta actividade em S. Tomé e Príncipe. Para isso, basta que o país se dote de meios técnicos e humanos à medida das necessidades, em quantidade e qualidade suficientes. O dimensionamento do sector será feito gradualmente e deve basear-se em informações seguras.

S. Tomé e Príncipe poderá, em princípio, participar em iniciativas de empresas mistas, com participação de países estrangeiros, nos moldes de "Africa-Fishing", e, ao mesmo tempo, desenvolver a pesca artesanal no sentido da sua semi-industrialização. Com o tempo e, após uma certa maturidade no domínio da pesca industrial, se se mostrar conveniente, o país passará, por si só, a controlar toda a exploração, tentando, sempre que for possível e vantajoso, penetrar em novos mercados.

As receitas desta actividade e as que resultarem da concessão de licenças a outros países, como foi referido anteriormente, convém que sejam investidas na expansão do sector e, bem assim, noutros que se mostrem produtivos, como, por exemplo, o sector do turismo, de modo a garantir unidade no desenvolvimento do país.

2. O SECTOR DO TURISMO

No ponto anterior, analisámos os factores de bloqueio ao desenvolvimento do sector das pescas e concluímos que a sua viabilidade, além de ser possível, é também necessária, mas depende em muito das motivações de natureza política.

Se um plano de recuperação e desenvolvimento do sector for bem concebido, tendo por princípio a eliminação daqueles factores que travam o crescimento das taxas de produtividade, a eficiência económica melhorará e, em consequência, a produção será maior e com ela as receitas de exploração. Neste caso, o sector das pescas, como mostrámos anteriormente, é um complemento muito válido para o desenvolvimento da R.D.S.T.P..

Vamos agora abordar o sector do turismo que, a par do das pescas, pensamos que constitui uma saída adequada para a crise de S. Tomé e Príncipe.

Desde o início deste trabalho que temos vindo a fazer referência a este sector como podendo desempenhar o papel propulsor no desenvolvimento da economia da R.D.S.T.P.. Na verdade, o turismo é uma actividade que atrai para o país divisas, que podem ser decisivas para o seu desenvolvimento.

O sector turístico exige vultuosos investimentos em infraestruturas de natureza diversa (construção de canais de comunicação, redes de esgotos e saneamento básico, hospitais, hotéis, etc). Para além disso, a posição geográfica do país e a inexistência de atractivos turísticos, como sejam, "boites", cinemas, "dancing's", etc, parecem não favorecer muito a intensidade de prática turística.

Mais ainda, as vantagens económicas, a proximidade geográfica, as facilidades de comunicação, a garantia de assistência médica e medicamentosa, a utilização de cartões de crédito, etc, são outras razões que, no nosso entender, justificariam o maior fluxo turístico.

Aqueles factores turísticos parecem contrariar a ideia de um sector de turismo dinâmico para a R.D.S.T.P.. De facto, muito há a fazer para que este sector seja suficientemente rentável, de modo a gerar rendimentos necessários ao desenvolvimento possível. Por exemplo, a cólera e o paludismo constituem, neste momento, entre outros, os maiores obstáculos para o turismo Sãotomense.

Apesar de as evidências factuais indesmentíveis serem,

nesta fase, desfavoráveis à economia do turismo (o país não tem tradição nesta actividade), já existe, todavia, uma sua base em S. Tomé e Príncipe. E, de acordo com alguns informadores, há períodos em que escasseiam lugares no hotel, indo os turistas alojar-se em casas particulares. Este facto pode significar que, uma vez contornados os males que apavoram os turistas, nomeadamente aqueles que põem em risco as suas vidas, e construídas as infraestruturas de base e estruturas necessárias e adequadas, eles afluirão a S. Tomé e Príncipe em maior ou menor escala.

Iremos aqui analisar o turismo para S. Tomé e Príncipe sob diversos aspectos.

Começaremos por estudar o turismo interno e internacional, zonas da implantação turística, as infraestruturas e estruturas apropriadas, as condições de acolhimento a turistas e alguns cuidados a ter em conta com o desenvolvimento da actividade turística no país.

2.1 O TURISMO INTERNO

Têm sido feito em muitos países europeus, nos últimos anos, estudos sobre os efeitos económicos dos movimentos internos de práticas turísticas. Devido a dificuldades inerentes à sua natureza o estudo sobre o turismo interno tem-se limitado, em geral, às dormidas em hotéis, residenciais, pensões e em meios de alojamento complementares. Esta limitação torna difícil uma avaliação rigorosa dos efeitos económicos do turismo interno.

A fomentação daquela prática tem efeitos noutras actividades económicas a nível de receitas e despesas. Por exemplo, incentiva a produção de artigos regionais, eleva o número de emprego e dá origem a rendimentos como salários e lucros, etc.

Se nos países ocidentais o consumo de turismo interno é cada vez mais importante e visa, sobretudo, compensar a sazonalidade do turismo estrangeiro e proporcionar uma utilização mais

rendível das infraestruturas e estruturas existentes, o mesmo não se poderá dizer dos países africanos, em que os conflitos inter-étnicos, as guerras internas, as dificuldades de comunicação, a inexistência de infraestruturas e estruturas adequadas, o mercado exíguo, a falta de hábitos turísticos e os baixos rendimentos, etc, põem em causa, desde logo, a ideia de um turismo interno que funcione como complemento do turismo internacional, de modo a servir os reais interesses do desenvolvimento desses países, pelo menos enquanto aqueles obstáculos não forem minimamente removidos.

Embora S. Tomé e Príncipe seja um país de relativa estabilidade social tem, todavia, outros problemas, nomeadamente a sua pequenez, o fraquíssimo poder de compra dos seus habitantes e a dimensão da sua população, que é reduzida porque o país é pequeno. Estes aspectos parecem inviabilizar as iniciativas de um turismo interno que possa causar o impacto económico noutras actividades agrícolas, comerciais ou industriais, e proporcionar o desenvolvimento económico do país. Contudo, com o desenvolvimento do turismo internacional, as estruturas que foram sendo construídas, para o efeito, principalmente as instalações de animação e as unidades hoteleiras, poderão estar à disposição de um certo extracto da população nacional residente.

2.2 O TURISMO INTERNACIONAL

O turismo estrangeiro tem importantes efeitos económicos benéficos. Permite aumentar os rendimentos no país visitado, fomentar o surgimento de outras actividades económicas, nomeadamente o artesanato regional, a pesca desportiva, etc. Faz aumentar o nível de emprego, proporciona meios de pagamento em divisas, com as quais torna possível o desenvolvimento e pode atrair importantes investimentos estrangeiros para a construção de hotéis e outras infraestruturas e estruturas necessárias, contribuindo, desta forma, para

a melhoria da balança de pagamentos.

Neste sentido, pensamos ser conveniente à S. Tomé e Príncipe fazer uma aposta séria e decidida no turismo internacional como via para o seu desenvolvimento, à semelhança do que faz, por exemplo, a Espanha.

Convirá à S. Tomé e Príncipe planear o seu turismo tendo em consideração a procura existente e, também, criar incentivos à captação de outras formas de turismo, nomeadamente o de conferências, que exige, entre outras coisas, a existência de instalações apropriadas, visitas organizadas e meios de transporte adequados, e também o turismo desportivo, etc.

O país deverá estar preparado para um turismo de massas, de pequenos grupos, de famílias ou individual. Neste caso, é conveniente que se tenha alguma cautela quanto à quantidade e qualidade do turismo. É necessário ter-se o cuidado de não misturar turistas de níveis socio-culturais e económicos diferentes no mesmo alojamento, justamente porque os turistas mais ricos não quererão misturar-se com os seus concidadãos de níveis sociais mais baixos, o que, a acontecer, poderá minar o turismo do país, em termos de oferta original e construída com consequências económicas indesejáveis.

Em termos económicos é difícil avaliar a rendibilidade comparada das diferentes formas de turismo apresentadas e dar preferência a esta ou aquela forma. Contudo, é opinião corrente que o turismo individual é susceptível de gerar gastos mais elevados, se for grande a sua dimensão (208).

2.3 ZONAS DE IMPLANTAÇÃO TURÍSTICA

Para não causar má impressão nos turistas, o que teria consequências económicas muito negativas, S. Tomé e Príncipe deverá

208 . BAPTISTA (1990), p.30.

alojar os turistas em áreas apropriadas e em condições mais ou menos ocidentais.

As instalações hoteleiras devem situar-se fora dos bairros pobres e degradados, das zonas infestadas pelo paludismo e pela cólera. Devem localizar-se em zonas onde existam centros de saúde, nomeadamente centros hospitalares, acessibilidade de comunicação, transportes, cinema, casino, ou outros centros de diversão. Convém ter-se presente, que a instalação dos turistas deve obedecer à sua condição social, em função da sua capacidade económica. Não convém misturar indivíduos de classes económicas díspares no mesmo apartamento. Os mais ricos devem ser colocados em hotéis luxuosos, preparados para o efeito.

E, em relação a isto, pensamos que se deverá aproveitar algumas instalações existentes em certas "roças" para albergar os turistas individuais ou em família.

Se as autoridades políticas acharem por bem talvez não seja má ideia a construção em Porto Alegre de um complexo turístico e de um outro na ilha do Príncipe, num local a escolher. Esta iniciativa contribuiria, grandemente, para o desenvolvimento destas duas regiões, que, estando praticamente entregues ao abandono, conheceriam outra dinâmica de desenvolvimento com efeitos sociais, económicos e culturais, graças ao turismo.

Naturalmente que muito investimento seria para aí canalizado, na medida em que são zonas onde praticamente não existem infraestruturas nem estruturas instaladas (oferta construída ou derivada).

É tarefa que, a ser decidida, terá de ser feita de forma escalonada para não conduzir a desvios de recursos de outras actividades económicas importantes, o que poderia gerar certos desequilíbrios não desejáveis.

2.4 AS INFRAESTRUTURAS E OUTRAS ESTRUTURAS NECESSARIAS

2.4.1 AS INFRAESTRUTURAS

Em geral, a construção de oferta derivada num local depende da qualidade da oferta original ou primária (rios, praias, montanhas, museus, etc) existente, por ser ele o indicador das potencialidades turísticas da região. Todavia, não basta que se tenha oferta original que propicie à construção de uma certa unidade turística. É necessário porém, que se garanta uma acessibilidade rápida, confortável e a preço não demasiadamente elevado que possa desmotivar os potenciais turistas.

Todos os aspectos relacionados com o conforto dos visitantes devem ser minimamente respeitados, nomeadamente o abastecimento de água em quantidade e qualidade suficientes, uma rede de comunicações que lhes permita estabelecer contactos com rapidez e eficiência dentro e fora do país visitado, uma rede de esgotos que não provoque mau cheiro, um centro médico próximo e apetrechado de meios técnicos e materiais adequados e suficientes para atender situações de emergência.

Antes de se avançar com a concretização da construção de oferta derivada, num determinado local, torna-se conveniente a elaboração sistematizada de todos os custos e benefícios inerentes ao projecto. É necessário que os técnicos competentes avaliem se os benefícios a obter compensam os custos suportados, tendo em conta os preços que se pretende praticar, de modo a não afugentar os potenciais turistas.

Segundo MARIO BAPTISTA (1990) as infraestruturas que têm interesse para o turismo, que podem aplicar-se à S. Tomé e Príncipe, são os seguintes (209):

- a) De âmbitos gerais: - sistemas que visam o abastecimento de

209. BAPTISTA, p.148.

água potável, electricidade, sistema de esgotos, telecomunicações, rede de estradas, etc;

b) De necessidades básicas ocidentais: - hospitais, analistas, bancos, lojas, cabeleireiros, aprovisionamento alimentar, farmácia, autoridade civil, polícia, estabelecimentos apropriados a vendas de jornais, livros e revistas, garagens, bombas de combustível, oficinas de assistência técnica a automóveis, etc;

c) De meios de acesso e instalações de transportes: - aeroportos, barcos de recreio, auto-estradas, barco, transporte aéreo, táxis, etc.

Essas infraestruturas, uma vez criadas, estarão não só ao serviço dos estrangeiros como também devem beneficiar a população residente, na medida do possível.

Naturalmente que certos cuidados devem ser tomados para evitar danos na sua utilização e devem ser mantidos em estado de constante renovação para atrair sistematicamente os turistas ocidentais, habituados a um nível de conforto mais exigente.

2.4.2 O NÍVEL DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DOS PROFISSIONAIS DO TURISMO E OS SERVIÇOS PRESTADOS

A qualidade das infraestruturas e estruturas instaladas e os preços praticados são importantes para atrair a atenção dos turistas, mas não são os únicos factores determinantes da procura turística.

A qualidade técnica dos serviços que são prestados a turistas, a receptividade das populações visitadas, as relações interpessoais, o entendimento entre as entidades prestadoras de serviços e os empregados, etc, são elementos que condicionam o regresso ou não dos turistas aos mesmos locais e funcionam como factor de publicidade, em benefício da região visitada, pois é vulgar os turistas satisfeitos recomendarem aos seus amigos que vi-

sitem os mesmos lugares.

O elemento humano é fundamental para atrair os turistas. Uma desatenção neste sentido provocará a diminuição na procura e, por conseguinte, terá efeitos negativos na rendibilidade de actividades económicas em funcionamento, que poderão ser desastrosas para as aspirações do país em matéria de desenvolvimento.

Os turistas esperam ser bem servidos tecnicamente mas, sobretudo, desejam ser bem recebidos com amor e carinho. A qualidade técnica dos serviços prestados depende em muito da atitude dos profissionais, da atenção que é dada aos turistas e dos aspectos cívicos e sociológicos dispensados no desempenho das suas funções profissionais.

É necessário pois, que se dê uma atenção especial na preparação e formação técnica adequada aos profissionais do turismo. O seu grau de educação e treinamento deve conferir-lhes uma percepção clara e inequívoca do nível socio-cultural dos diferentes visitantes e definir de imediato o processo de comunicação mais adequado a adoptar em cada caso.

Os profissionais devem ter um comportamento de boa receptividade, solicitude, firmeza, ponderação e devem revelar sobretudo um nível de boa educação e elevada competência no exercício das suas funções.

Atitudes de discriminação de clientes, de arrogância de subserviência, de servilismo e bajulação são incompatíveis com o exercício de actividades turísticas, que visam captar a simpatia dos turistas. Tais atitudes, porque poêm em causa a qualidade técnica dos serviços prestados, devem ser neutralizadas, ainda que a sua manifestação se processe de forma inconsciente.

A boa organização e o respeito pela hierarquia funcional no interior do sistema é um elemento crucial para garantir o exercício correcto das funções que são atribuídas a diferentes colaboradores da instituição, onde a qualificação dos meios humanos se assume como factor de maior relevo a reter.

2.4.3 CLASSIFICAÇÃO DE MEIOS DE ALOJAMENTO

Na estruturação do sector do turismo é conveniente que S. Tomé e Príncipe tenha em consideração a tipologia de meios de alojamento a construir que não deverá fugir muito dos esquemas ocidentais dos países mais representativos, mas que se adapte bem às condições naturais e às realidades do país.

Existem hoje numerosos e variados meios de alojamento turísticos, que correspondem a diferentes tipos específicos da procura. A sua tipologia varia muito, consoante os países e o tipo de turismo que se pratica.

Em muitos países a estrutura do mercado das empresas turísticas parece obedecer a um esquema de oligopólio, em que, de um lado, estão numerosas empresas de dimensão reduzida, do tipo familiar, e, do outro, algumas unidades bem dimensionadas, que ocupam a posição de líder no mercado.

Entre estas duas formas de empresas existem algumas iniciativas de agrupamentos, em geral sem fins lucrativos. Também determinadas organizações internacionais não governamentais têm colaborado com construtores de alojamento neste sentido.

A legislação portuguesa define os estabelecimentos hoteleiros como sendo os que estão em condições de proporcionar alojamento mediante o pagamento pelos utilizadores, de uma certa quantia em dinheiro, podendo incluir ou não o fornecimento de refeições e prestações de outros serviços conexos, e estão classificados da seguinte forma (210):

- GRUPO 1 - HOTEIS
- GRUPO 2 - PENSÕES
- GRUPO 3 - POUSADAS
- GRUPO 4 - ESTALAGENS
- GRUPO 5 - MOTEIS
- GRUPO 6 - HOTEIS-APARTAMENTOS

210. Vd. BAPTISTA (1990), p.183.

GRUPO 7 - ALDEAMENTOS TURÍSTICOS

GRUPO 8 - HOSPEDARIAS OU CASAS DE HOSPEDES

8. Tomé e Príncipe poderá utilizar esta definição e tipologia de meios de alojamento, que pensamos serem adequadas, para enquadrar a futura estrutura das suas empresas hoteleiras, e adoptar outras formas de alojamento conforme a evolução e extensão dos tipos de turismo, que entretanto vier a ser praticado.

O hotel de turismo, pela sua especificidade, é uma empresa comercial que dispõe de alojamentos em quartos ou apartamentos mobilados destinados a dar acolhimento, por um período de tempo limitado, a turistas, mediante o pagamento de um determinado montante em numerário, e deve conferir um certo nível de conforto aos seus utilizadores, que é variável com o tipo de hotel escolhido.

2.4.4 PRINCIPAIS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DE HOTÉIS

Não existe a nível mundial e nem mesmo a nível da CEE, até este momento (1991), uma classificação única de hotéis, principalmente os pequenos. Em consequência, é vulgar ver-se um hotel classificado com duas estrelas (211) num determinado país pertencer à categoria de uma ou de três estrelas noutros países. Também o sistema de classificação por estrelas não é seguida por todos os países, havendo critérios bastante díspares, o que gera muitas vezes confusão e cria alguns embaraços aos profissionais de turismo.

Uma outra metodologia muito usual no mundo ocidental classifica os hotéis em "Internacional Standard Hospitality" (ISH) e "Non-Standard Hospitality" (NSH) baseando-se no nível de qualidade de acolhimento e na capacidade de concorrência.

211. A classificação por estrelas é uma metodologia da CEE [Cf. BAPTISTA, p.208]

Os primeiros têm uma dimensão que vai de 300 a 1000 quartos, uma capacidade organizativa e concorrencial mais eficientes que permitam prestar serviços e praticar preços homogêneos. Os seus profissionais têm uma formação mais consistente com a prática de funções turísticas de melhor qualidade. Os de categoria NSH são do estilo tradicional, de dimensão pequena, sem harmonização de preços praticados, e revelam uma certa desorganização no atendimento a clientes.

Presentemente, tanto os empresários como turistas preferem hotéis do tipo ISH. Uns porque os resultados correntes do exercício são mais elevados, outros porque a satisfação pelo acolhimento é grande. Todavia, existe uma classe de turistas que prefere os hotéis NSH, em que, embora a qualidade dos seus serviços não seja a melhor, os preços praticados parecem ser os únicos factores determinantes da escolha.

Seja qual for o critério de classificação, que S. Tomé vier a seguir, o que importa é que ele tenha em consideração as realidades do país, as preferências dos consumidores e o mercado internacional do produto.

A construção de muitas unidades de reduzida dimensão tem o inconveniente de não aproveitar a economia de escala e, por conseguinte, os custos unitários são mais elevados. Por outro lado, a construção de hotéis do tipo ISH de 1000 quartos talvez não seja muito conveniente, porque haverá o risco de existirem unidades subutilizadas.

Pensamos que, numa primeira fase, seja de aconselhar a construção de algumas unidades de dimensão reduzida e outras de categoria ISH de dimensão entre 300 a 500 quartos, que são do interesse dos "tours operatours".

A expansão do sector, quanto à construção de novas unidades, deve ser feita com base em estudos rigorosos dos efeitos económicos, sociais e, em especial, da tendência evolutiva do turismo no país.

Além da tipologia dos estabelecimentos hoteleiros e dos

critérios de classificação de hotéis apresentados, vamos abordar aqui dois outros meios de alojamento turístico: o "time-sharing", pela sua crescente importância no turismo mundial e as "Aldeias de férias" por já ter sido introduzido em S. Tomé, pelos franceses.

"Time-Sharing" pode ser definido mais ou menos como um direito real que se adquire sobre um bem imobiliário de habitação periódica destinado a gozo de férias por um determinado período de tempo em cada ano (por exemplo, 7 dias), após a celebração do contrato de compra e venda.

Esta modalidade tem a vantagem de proporcionar ao comprador, mediante um investimento relativamente pequeno, a obtenção de períodos de férias em diferentes pontos do globo e em épocas diferentes; enquanto que o vendedor se beneficia com o alargamento do mercado, pela introdução deste novo produto, com a realização de lucros elevados.

"Aldeias de férias" (212) são agrupamentos de alojamento, cujo preço global inclui todas as despesas indispensáveis inerentes a férias de turismo (alimentação, uso de espaços, de equipamentos colectivos destinados a actividades desportivas, culturais ou de lazer e utilização de serviços). A sua capacidade é de mais ou menos 400 camas e valoriza, essencialmente, a vida em comunidade, sob diversos aspectos.

2.4.5 ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS

As estruturas e diferentes formas de animação devem ser preparadas e geridas de modo a agradar os turistas, tendo em atenção as características socioculturais dos diferentes turistas, os

212. Para os franceses esta modalidade pode ter fins não lucrativos (aldeias de férias de turismo social) e fins lucrativos (aldeias de férias comerciais) [BAPTISTA, p.191]

níveis socioeconómicos e também os preços a praticar.

Segundo alguns especialistas não basta que se dê aos turistas bons alojamentos e boa alimentação. É importante oferecer-lhes as condições, que lhes proporcionem a prática de determinadas actividades desportivas, recreativas ou de animação cultural.

A título de exemplo vamos apresentar uma lista de 4 tipos de equipamentos de distração ou animação (213) com interesse para S. Tomé e Príncipe. A sua aquisição ou construção, além de ser importante, poderá ser indispensável no futuro, com o desenvolvimento do sector de turismo no país.

1. Equipamentos que têm a ver com a natureza: parques naturais, museus oceanográficos, parques zoológicos, etc.

2. Equipamentos para a prática desportiva:

- Actividades desportivas náuticas: portos de recreio, "surf", mergulho submarino, escolas de vela, esqui náutico, etc.
- Actividades desportivas e jogos em terra: estádio de futebol, jogos de praia, campos de ténis, pavilhões polivalentes, campos de voleibol e de golfe, espaços de jogos infantis, piscinas, etc.
- Actividades desportivas equestres: centros de equitação.

3. Equipamentos culturais: museus, bibliotecas, galerias de arte, teatros, salas de espectáculos e concertos, cinemas, salas de congressos, etc.

4. Equipamentos de diversão: salas de baile, jogos diversos, clubes, discotecas, casinos, "boites", etc.

213. BAPTISTA (1990), p.242-243.

É conveniente que a utilização desses equipamentos seja feita de forma racional de modo a evitar congestionamento ou sub-utilização, tornando-se, para isso, necessária a sua publicitação nos guias de turismo ou nos programas organizados pelos "tours operatours".

2.4.6 OBSTACULOS E CAUTELAS A CONSIDERAR

Alguns problemas poderão colocar-se com a implementação do turismo em S. Tomé e Príncipe, nomeadamente a compatibilização entre as crescentes actividades económicas afectas ao sector e o seu carácter sazonal. Muitas actividades criadas para servir o turismo e, também, as infraestruturas e estruturas construídas, bem como a mão-de-obra aplicada, poderão ficar paralisadas durante grande parte do ano, devido à sazonalidade a que está normalmente sujeita a actividade turística.

Uma forma de ultrapassar este obstáculo, que é muito comum nos países ocidentais, é o incentivo à prática de turismo interno programado por férias repartidas. Todavia, a pequena dimensão da população saotomense, o fraco poder de compra e a ausência de hábitos turísticos internos parecem constituir um travão à sua dinamização, pelo menos com a suficiente projecção, que dele se pretende.

O que há a fazer é prosseguir com uma campanha publicitária intensa, em que a imagem do país surge cada vez mais melhorada aos olhos dos potenciais turistas do ponto de vista de oferta, fazendo-os visitar o país mesmo em períodos fora da época alta.

S. Tomé e Príncipe deve lutar para que certas conferências, mesas-redondas e outros encontros internacionais possam ali ter lugar.

O desenvolvimento do turismo deve aproveitar os recursos locais, principalmente os de agricultura, pesca e mão-de-obra qualificada, evitando a sua importação do exterior.

Um estudo criterioso e bem planeado deve ser elaborado em

relação à formação adequada do profissional de turismo, de modo a que a sazonalidade tenha um efeito limitado na qualidade dos serviços prestados, e minimizar o conflito latente entre estas profissões com as de actividades de outros sectores.

Dada a sua complexidade torna-se conveniente a intervenção do Estado de forma prudente e responsável na estruturação, organização e regulamentação do sector.

Outros cuidados de natureza mais sociológica devem ser igualmente tomados:

- Evitar que os proprietários e administradores estrangeiros subavaliem o nível da qualificação técnica, profissional e cultural dos trabalhadores do país;
- Evitar que os proprietários e administradores estrangeiros, operando no país, incentivem o racismo entre os próprios naturais desse país;
- Evitar a degradação da cultura do país visitado;
- Não dificultar o acesso dos nacionais a alojamentos turísticos;
- Evitar as disparidades socioeconómicas como consequência do desenvolvimento do turismo;
- Preparar actividades alternativas, em períodos de fraco movimento turístico, para os profissionais desocupados;
- Evitar construções anárquicas, que descaracterizem o ordenamento urbano e paisagístico e que ponham em perigo os equilíbrios estético e ecológico;
- Evitar estragos do património cultural por parte dos turistas e lutar pela sua preservação e limpeza;
- Lutar pela integridade física dos turistas no país, etc.

2.5 OUTRAS INICIATIVAS TURÍSTICAS: O TURISMO DE EXPRESSÃO PORTUGUESA

Para realizar o projecto de expansão do sector, S. Tomé e Príncipe poderá constituir empresas mistas, em que participem,

preferencialmente, empresas nacionais não estatais, devido às características do sector, e empresas ocidentais do ramo.

É importante a cooperação com as outras unidades turísticas estrangeiras, pois esta permite trocar experiências e obter informações úteis para a melhoria da qualidade dos serviços a prestar.

Além de outras iniciativas, a RDSTP poderá pensar num tipo de turismo que envolva também Portugal, Cabo Verde, Guiné-Bissau e, talvez, Angola. Os turistas partiriam de Portugal, por exemplo, com objectivo de visitarem aqueles países africanos de expressão portuguesa. Este projecto enquadrar-se-ia num tipo de esquema semelhante ao dos "tours operatours". Se esta hipótese for considerada, ter-se-á de elaborar um estudo exaustivo dos custos e benefícios e avaliar as circunstâncias da sua viabilidade.

A expansão do sector terá de ser gradual, acompanhada de estudos rigorosos sob vários aspectos, para evitar distorções e estrangulamentos de outras actividades económicas. Para o seu financiamento, uma boa parte terá de vir do exterior, pelo que as autoridades responsáveis terão de ter suficiente capacidade negocial para atrair investimentos necessários. Outra parte talvez venha de alguma poupança interna, nomeadamente os excedentes líquidos de outras unidades produtivas. É preciso, contudo, ter alguma cautela, para que o financiamento deste sector não cause asfixia noutros e, em consequência, travar todo o processo de desenvolvimento.

3. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS INTERNACIONAIS: IMPORTAÇÃO DE BENS EM TRANSITO

A RDSTP poderá apostar igualmente numa actividade de prestação de serviços, que consista na importação e exportação de bens em regime de trânsito. Isto é, S. Tomé e Príncipe funcionaria como um porto alfandegário regional, em que as mercadorias de e

para os diferentes países da região seriam depositadas, primeiramente, em S. Tomé e, só depois, transportadas para o seu destino.

O modo de funcionamento deste mecanismo será o seguinte:

1º As mercadorias importadas e exportadas pelos países da região irão ter à S. Tomé;

2º Essas mercadorias serão depositadas nos respectivos armazéns, individualizados por países e destinos. Cada armazém terá duas secções. Uma de importação e outra de exportação.

3º O transporte das mercadorias entre S. Tomé e Príncipe e os países da região será, em princípio, assegurado pelos próprios países associados, nos seus meios de transportes;

4º A ligação entre S. Tomé e os países ocidentais será feita em barcos apropriados, de longo curso, dotados de grande capacidade de carga. A sua escolha resultará de acordos prévios entre os diferentes membros envolvidos.

5º O custo a imputar a cada membro deverá ser determinado em função do montante importado ou exportado. Ou, ainda, de uma relação ponderada entre o valor da mercadoria, peso e o espaço ocupado.

6º S. Tomé e Príncipe manterá os seus parceiros devida e prontamente informados da chegada e partida das suas mercadorias.

Esta iniciativa tem a vantagem de reduzir os custos de transporte de mercadorias, que pesa cada vez mais nas transacções dos países africanos, e permitirá à S. Tomé e Príncipe estar mais próximo dos países ocidentais e africanos continentais. Mas exige que:

- S. Tomé tenha um corpo de pessoal bem preparado, tecnicamente, para assumir as funções relacionadas com o embarque e desembarque de mercadorias;
- O manuseamento de certas mercadorias seja feita por técnicos especializados;
- Haja controlo de qualidade;
- Os armazéns construídos tenham as capacidade e qualidade suficientes para armazenar as mercadorias, etc.

Para a viabilização deste importante empreendimento

torna-se necessário que:

- Se construa infraestruturas portuárias com suficiente dimensão, armazéns adequados, etc.
- Seja controlada a navegabilidade na zona;
- Se aproveite algumas infraestruturas ao serviço de outras actividades, nomeadamente as docas portuárias.

O financiamento deste projecto poderá ser feito mediante a participação dos seus membros, mas, sobretudo, terá de vir do exterior.

II - ACTIVIDADES ECONÓMICAS SECUNDARIAS OU ACESSÓRIAS DO DESENVOLVIMENTO DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE

1. PRODUÇÃO DE BENS ALIMENTARES

Desenvolvemos, nos pontos anteriores, as actividades económicas importantes que constituem, no nosso entender, alternativas válidas à cultura do cacauzeiro de S. Tomé e Príncipe.

Nesta perspectiva e na óptica de longo prazo, o país terá de pôr de lado a cultura de cacau e fazer uma aposta séria e decidida nas actividades atrás estudadas.

Se fôr esta a opção, o poder público terá de flexibilizar os seus instrumentos de intervenção no plano económico, de modo a favorecer o desenvolvimento do país com base no turismo, na pesca e/ou na prestação de serviços, e permitir obter sobre o exterior os investimentos necessários à sua concretização.

O turismo, por uma série de razões já invocadas, nomeadamente os seus múltiplos efeitos benéficos na economia, poderá constituir o pólo centralizador das atenções em matéria de desenvolvimento económico e social do país. As pescas surgirão, então, como uma actividade complementar, pela sua importância no forneci-

mento de peixes, principalmente no mercado interno, mas também para a exportação, podendo algumas das suas estruturas servir os interesses da actividade turística, em especial os equipamentos para a prática desportiva náutica.

O turismo e as pescas constituem actividades económicas fundamentais e indispensáveis ao processo de desenvolvimento de S. Tomé e Príncipe.

A prestação dos serviços de importação de mercadorias em trânsito é outra actividade importante e pode partilhar com o sector das pescas, por exemplo, as infraestruturas portuárias. Neste caso, é conveniente ter-se presente este pormenor no momento da elaboração do projecto de construção de zonas e docas portuárias, de modo a que elas possam ter suficiente dimensão, compatível com os tamanhos e movimentos de navios, que, entretanto, aportarão o país.

O financiamento do desenvolvimento do país terá de ser feito com capitais estrangeiros, que poderão não ser suficientes para pôr em marcha, ao mesmo tempo, aquelas três actividades. Neste caso, em nossa opinião, os investimentos deverão privilegiar tendencialmente o turismo e, com o tempo, na medida do possível e de forma gradual, tentar-se-á, então, desenvolver outras actividades cujo financiamento poderá vir de alguma poupança interna gerada no sector turístico, graças à sua boa gestão, e ter-se-á, igualmente, de negociar novos empréstimos no exterior.

Vamos agora apresentar um outro conjunto de actividades económicas, acessórias do desenvolvimento, que visa, sobretudo, resolver problemas pontuais. Não têm contudo a importância e dimensão daquelas actividades económicas alternativas à economia de cacau.

Começaremos por abordar o ramo da produção de bens de subsistência, o lugar da cultura do cacauieiro, a produção de copra e de outras culturas.

Um dos factores limitativos à expansão da agricultura de S. Tomé e Príncipe é a natureza dos seus solos, que, como alguns

especialistas (214) vêm afirmando repetidas vezes, são muito dobrados, o que torna difícil a introdução de outra cultura em substituição da do cacaueteiro.

Por outro lado, vêm insistindo, e pensamos que com razão, na redução da área de cultivo, onde os custos unitários são elevadíssimos. Decorre daí que a área de maior fertilidade agrícola, ocupada pela cultura do cacaueteiro, deve ser limitada. Se a nossa opção fosse uma economia agrícola, teríamos, provavelmente, de decidir, com base nesse factor escasso existente, entre insistir na cultura do cacaueteiro ou substituí-la por uma outra. Todavia, não é esta a nossa perspectiva.

Um dos maiores problemas de S. Tomé e Príncipe é a falta de aprovisionamento de bens alimentares, essenciais à satisfação das necessidades da população.

As dificuldades de obtenção de alimentos são enormes e o país importa praticamente tudo quanto consome em bens alimentares. As receitas de exportação são insuficientes para financiar a importação desses bens, o que contribui para o défice permanente na balança comercial.

Um país que tem na escassez de alimentos o seu problema fundamental, maiores dificuldades terá em concretizar o processo de desenvolvimento, se um plano nacional de combate à fome não for antes conseguido. Torna-se evidente que S. Tomé e Príncipe, pelas dificuldades que experimenta naquele domínio, terá de enveredar por uma estratégia de produção de alimentos de forma progressiva, tendencialmente de autosuficiência, pelo menos, em determinados bens.

Assim, não só o aprovisionamento de alimentos estaria, em princípio, resolvido, como também se conseguiria libertar grande parte das receitas de exportação, que até agora têm sido canalizadas para financiar as importações daqueles bens. Essas receitas poderão ter outra aplicação, nomeadamente na aquisição de bens de equipamento e matérias-primas necessárias ao processo de desenvol-

214. Ver, por exemplo, MORBEY (1984), p.4; FERRÃO (1991), p93.

vimento do país.

Mas a produção efectiva de bens de autosuficiência depende muito das motivações do poder público.

Torna-se conveniente que o governo crie condições suficientes, que entusiasmem os particulares a lançarem-se na produção daqueles bens, nomeadamente a liberalização do mercado interno, uma política de preços mais justa e alguns incentivos fiscais como, por exemplo, a redução ou isenção de certos impostos, que diminuem os rendimentos do agricultor.

Na fase de elaboração do plano devem ser levadas em consideração as realidades de S. Tomé e Príncipe, nomeadamente a escassez de capital, a falta de mão-de-obra agrícola qualificada, a insuficiência de conhecimentos técnicos, a seca, que, por vezes, assinala a sua presença, a limitação de áreas agrícolas, a falta de mecanização, os deficientes sistemas de rega ou a falta de água suficiente em períodos de gravana. Tudo isto torna muito delicada a situação do país.

Seja qual for o caminho a percorrer, convém que seja dada alguma prioridade à produção local de bens de alimentação, de modo a garantir uma melhor nutrição à população e a encaminhá-la para o consumo dos seus próprios produtos.

A realização desta tarefa, que também é importante, não pode ser vista como concorrente com outra ou outras actividades, principalmente aquelas que constituem alternativas à economia do cacau, explicadas nos pontos anteriores deste capítulo.

A produção de bens de subsistência tem de ser feita sim, mas com a devida ponderação, para evitar o seu excesso, o que pressionaria os preços internos desses bens no sentido da baixa, com consequências que não agradariam, em nada, os que se ocuparem da sua produção.

É, pois, preciso ter-se alguma cautela, de modo a que os empreendimentos, que se forem fazendo neste domínio, respeitem em rigor os recursos existentes e as condições naturais do país, em especial, a utilização dos terrenos e águas existentes, para evitar

situações de ruptura.

Com a ponderação necessária, convirá a S. Tomé e Príncipe pôr em marcha um esquema que conduza à diversificação de culturas de subsistência com a difusão e dinamização de determinadas plantas, algumas das quais já foram experimentadas na década de sessenta, quando as cotações do cacau nos mercados internacionais eram baixas. Basicamente, ter-se-á de aumentar a produção de bens alimentares tradicionais em condições economicamente rentáveis, como sejam: a cultura da bananeira para o consumo local, cana sacarina para a produção de aguardente de cana ou de outros preparados, ou, ainda, a cultura da palmeira do andim (215), de modo a garantir o aprovisionamento do azeite e obter a autosuficiência alimentar. Recorde-se que S. Tomé já foi apreciável exportador de óleo da palma. Este projecto já foi posto em prática pelo governo de S. Tomé e Príncipe com o apoio do exterior (216). Espera-se que esta experiência venha a corresponder aos anseios do povo saotomense em matéria alimentar.

Dever-se-á fomentar igualmente as culturas de tubérculos e raízes (mandioca, batata-doce, matabala, inhame), horticultura (cebolas, alhos, etc), mangas, safozeiro, fruta-pão e a cultura de muitas outras, cuja adaptação à S. Tomé já foi suficientemente demonstrada.

Para evitar as flutuações de preços acentuadas e manter um adequado abastecimento do mercado, talvez seja conveniente a construção de um stock regulador de mercado, cujo objectivo é estabilizar os preços, mantendo o mercado suficientemente abastecido de géneros alimentares.

Como já foi dito todas essas iniciativas devem ser

215. Esta cultura foi muito sacrificada nos finais da década de sessenta e princípios dos anos setenta por ter sido considerada concorrente com a cultura do cacauzeiro, em relação a água e outras substâncias extraídas do solo.

216. Vd. FERRAO (1986).

feitas tendo por base um estudo rigoroso das condições da sua viabilidade, para evitar consequências desastrosas para o país.

2. O LUGAR DO CACAU EM S. TOMÉ E PRÍNCIPE

Como já foi referido, a cultura do cacauero perderá, a longo prazo, a sua importância no meio social são-tomense. A curto e médio prazo poder-se-á decidir pela distribuição das terras de cultivo do cacauero em pequenos lotes a famílias que se mostrem mais propensas a esta actividade. Pensamos que é uma ideia interessante e que, se for bem conduzida, poderá dar bons resultados. Desta forma, os problemas normalmente levantados com a mão-de-obra, a sua escassez e o seu custo, estariam pelo menos minimizados.

Ao governo caberá orientar, apoiar e incentivar a agricultura cacaueira familiar, em especial nos aspectos técnico e científico. A existência de um organismo do tipo Marketing Boards, como foi descrito no capítulo anterior, poderá ser um bom instrumento destinado a apoiar financeiramente os agricultores.

Para encurtar o tempo de produção e garantir a uniformidade das sementes, as pequenas unidades familiares, a constituir, poderão vender o seu cacau em goma a uma empresa devidamente equipada para o efeito, que se ocupará da encubação, fermentação e secagem.

A nossa preocupação aqui não é a de aumentar as quantidades produzidas, nem é de ter no cacau, a longo prazo, a fonte de captação de divisas. O que haverá a fazer é manter uma pequena zona de planta-ção de cacauero, pelo menos para fins turísticos. Será bom dar a conhecer aos turistas aquela que foi a cultura mais importante do país.

A prática do cultivo em pequenas explorações tem um inconveniente. Se os preços pagos aos pequenos agricultores não forem compensatórios e se o governo não se equipar, conveniente-

mente, sobretudo com meios técnicos, incluindo o uso de fertilizantes, os agricultores desmotivados e sem incentivos abandonarão a pouco e pouco a cultura do cacaueteiro por esta deixar de ter interesse para os mesmos.

Se a preocupação é manter uma zona restrita de plantação do cacaueteiro com fins essencialmente turísticos, é conveniente ter-se em atenção este novo método, para evitar a sua completa destruição.

3. A CULTURA DO COQUEIRO E A PRODUÇÃO DE COPRA

O coqueiro (217) é o segundo produto de exportação de S. Tomé e Príncipe.

Alguns autores afirmam que o "albumen" (218) do côco de S. Tomé e Príncipe é de uma qualidade extraordinária e defendem a orientação de, pelo menos uma parte da sua colheita, para a produção de côco ralado, o que daria ao país mais divisas.

Esses autores defendem, igualmente, a instalação em S. Tomé de unidades de produção de côco ralado e de extracção do "cairo", que é uma espécie de fibra que se encontra no mesocarpo do côco. Parecem haver razões suficientes para se acreditar no êxito dessa iniciativa, devido a óptimos resultados obtidos com ensaios realizados (219).

Ainda de acordo com os mesmos autores, numa indústria deste tipo conseguir-se-iam os seguintes resultados:

217. A exportação deste produto sofreu uma profunda quebra a partir de 1974, em consequência da desorganização no trabalho, de tal modo que não havia pessoal disponível que cuidasse da sua apanha, já que a tecnologia da sua produção quase não envolve custos.

218. FERRÃO (1986), p.45.

219. FERRÃO (1986), p.45.

- fibra de caíro, extraída do mesocarpo;
- chereta para fazer carvões activados e objectos de natureza artesanal;
- suberoso, que envolve as fibras, que pode ser utilizado como isolante nos sistemas de frio e de calor;
- um certo volume de óleo de côco, que poderá ser utilizado como matéria-prima na indústria local dos sabões.

Estudos feitos relatam que o aproveitamento apenas de metade da produção de côco em S. Tomé e Príncipe sob a forma de côco ralado permitia obter, por via deste processo, entre 100 a 200 toneladas de óleo proveniente daqueles resíduos (220).

Em função dos resultados bastante animadores, que acabamos de apresentar, somos da opinião que se deve dar uma atenção suplementar a esta cultura e extrair o máximo proveito, que dela se pode obter, uma vez que a sua cultura não requer uma tecnologia especial e pode ser encarada como uma importante fonte de captação de divisas, além de fornecer matérias-primas para uso interno.

4. OUTRAS CULTURAS

Certas áreas menos propensas às culturas do cacaueteiro e de bens alimentares, que requerem terrenos de boa fertilidade, podem ser adequadas a determinado género de cultura.

Alguns técnicos, mediante os estudos feitos, indicam, para as zonas menos ricas em água, a introdução de cajoeiro, da cultura da borracha e/ou outras espécies florestais, de madeira para exportação de crescimento rápido, desde que não prejudique o equilíbrio ecológico existente.

Poder-se-á, igualmente, utilizar uma certa mecanização, para se obter melhores resultados nessas áreas.

220. FERRÃO (1986), p.45.

As frutas (mangas, ananás, etc), cujas árvores convém que sejam plantadas com alguma regularidade, poderão ser utilizadas na produção de sumos para o consumo interno, cuja tecnologia é simples e barata.

III - O PAPEL DO GOVERNO

A formação de quadros técnicos intermédios, artífices profissionalizados (pedreiros, carpiteiros, pintores, soldadores, mecânicos, electricistas, canalizadores, estufadores, etc) e outros profissionais, principalmente os do sector de serviços, é tarefa importante que caberá ao governo resolver, sem perda de tempo, para tornar possível o processo de desenvolvimento económico do país.

Sem a devida formação e preparação dos recursos humanos, o país não estará em melhores condições para aproveitar, de forma eficiente, os investimentos que terão lugar nos sectores mais dinâmicos, o que constituirá um importante bloqueio ao processo de desenvolvimento. Por isso, o governo deverá dar uma atenção particular ao factor humano e utilizar todos os meios possíveis para a sua adequada formação.

O comportamento do poder público em matéria económica deverá ser no sentido de flexibilizar os instrumentos de intervenção, nomeadamente os preços internos, de modo a que a economia caminhe para a liberalização. Também o peso do sector público deverá ser reduzido em benefício de iniciativas privadas que, uma vez aumentadas, poderão possibilitar ao governo um aumento da receita fiscal, que talvez venha a contribuir para o financiamento das infraestruturas necessárias, tanto para o sector industrial (construção de estradas, centrais telefónicas, centrais termoeléctricas, etc), como para melhorar as condições de vida da população (construção de hospitais, escolas, creches, habitação social e redes de saneamento básico), bem como as transferências do Estado para as famílias.

A Administração Pública apenas deve intervir na economia quando for necessário, para regular o funcionamento dos circuitos económicos, nomeadamente para evitar desvios de factores produtivos para actividades ou sectores não prioritários. A intervenção deve ser feita, igualmente, para racionalizar os factores produtivos e aplicá-los eficientemente.

CONCLUSÃO GERAL

A Economia de S. Tomé e Príncipe atravessa um mau momento. A sua crise é já crónica e os seus efeitos já se faziam sentir algumas décadas antes da independência, em 1975.

Após um período suficientemente longo, caracterizado por uma agitação social mais ou menos frequente, introduziu-se em 1822 a cultura do cacauzeiro que, a partir de então, passou a constituir a cultura mais significativa das ilhas de S. Tomé e Príncipe.

Ao longo dos anos, que se seguiram à sua introdução, ~~durante a expansão~~ a expansão do cacauzeiro foi-se processando lenta e progressivamente. Entre os finais do séc. XIX e os princípios deste século, S. Tomé e Príncipe era um dos maiores produtores mundiais de cacau e em 1905, com 24.300 toneladas, era o maior produtor e exportador do mundo.

Esta cultura, por se revelar economicamente mais importante para os agricultores, acabou por se implantar em toda a estrutura económica e social do arquipélago, vindo a substituir a cultura do cafézeiro, a qual exigia muita mão-de-obra.

Foi a mão-de-obra que acabou por constituir, também, o maior obstáculo à cultura do cacauzeiro na fase da sua expansão. Mas muitos outros factores, internos e externos, contribuíram decisivamente para a crise da economia do cacau de S. Tomé e Príncipe. Um dos factores, que mais contribuiu para o declínio da cultura do cacauzeiro, foi o das derrubadas levadas a cabo pelos agricultores

coloniais, que viam nessa técnica uma forma fácil de aumentar as quantidades produzidas. Aqueles portugueses imitaram os seus congéneres da América Central, desarborizando a cultura do cacauieiro. De acordo com os especialistas, a cultura ao sol, quando não convenientemente compensada com fertilizantes e água, conduz ao surgimento de pragas e variadíssimas doenças, ao ataque do rubrocinto, ao enfraquecimento das plantações e à consequente diminuição da produção, devido a esgotamento dos solos, que este processo origina.

A produção de sucedâneos, o aumento de oferta mundial e as consequentes flutuações dos preços de cacau no mercado internacional, as condições atmosféricas adversas e, bem assim, a falta de organização interna e a inexistência de uma política adequada à economia do cacau, têm sido apontadas como causas da redução de receitas de exportação de S. Tomé e Príncipe.

A produção do cacau não sofreu alteração significativa entre 1960 e 1974. A partir desta data, a queda tem sido muito acentuada, com tendência a persistir. Nestes últimos anos, a produção de S. Tomé e Príncipe tem-se situado à volta das 4.000 toneladas/ano quando, paralelamente, os preços internacionais do produto têm vindo igualmente a sofrer baixas sucessivas, o que coloca o país numa situação muito difícil, porque, sendo o principal produto de exportação, as suas receitas constituem a principal fonte de financiamento das importações do país.

Perante o quadro actual da economia de S. Tomé e Príncipe, torna-se necessário e urgente a adopção de medidas económicas adequadas, no sentido de se encontrar uma via para a saída da crise.

Essas medidas passam, necessariamente, pela introdução e desenvolvimento de determinadas actividades económicas importantes que constituirão alternativas credíveis à cultura do cacauieiro.

S. Tomé e Príncipe terá de pôr de lado, pelo menos no longo prazo, a economia do cacau e debruçar-se sobre outras vertentes que parecem enquadrar-se, basicamente, nos sectores das

pescas, prestação de serviços associada a importação de bens em trânsito e turismo, com as limitações e dificuldades que caracterizam, a curto e médio prazo, este último.

Em todo o caso, o cacau continuará, a curto e médio prazo, a desempenhar um papel importante no processo de desenvolvimento.

Dadas as circunstâncias especiais da economia de S. Tomé e Príncipe é forçoso cuidar que, pelo menos, naquele período, a produção de cacau se faça em condições vantajosas, isto é, a custos mais baixos e de melhor qualidade.

Aquelas actividades económicas alternativas referidas passarão, então, a constituir o centro das atenções. Os recursos produtivos existentes e outros que possam ser canalizados do exterior, nomeadamente meios de financiamento, deverão ser para aí aplicados.

Importa referir que o turismo, pelos seus múltiplos efeitos económicos e sociais, ocupará a posição de pedra basilar de todo este processo.

Complementarmente é possível colmatar algumas dificuldades fornecendo a produção de bens de subsistência, géneros, para garantir uma melhor alimentação à população e reduzir um pouco o excessivo défice comercial.

O governo deve tudo fazer para preparar e melhorar a qualificação técnica dos profissionais, os quais terão de ser mobilizados para as novas tarefas produtivas.

Os instrumentos da política económica devem ser utilizados apenas quando necessários, com a finalidade de favorecer o desenvolvimento de actividades prioritárias, iniciativas privadas e de conduzir a economia para a liberalização.

O Estado deve intervir, igualmente, para permitir que os recursos existentes sejam utilizados eficientemente e em fins que visem, sobretudo, a satisfação das necessidades públicas ou colectivas.

Também a regulamentação das novas actividades é tarefa

importante que caberá ao Governo conduzir, de modo a facilitar o seu enquadramento e crescimento adequados, sem pôr em causa outros interesses do país.

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)
1975-0-0000	1000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
1976-0-0000	1000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
1977-0-0000	1000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
1978-0-0000	1000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
1979-0-0000	1000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
1980-0-0000	1000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
1981-0-0000	1000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
1982-0-0000	1000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
1983-0-0000	1000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
1984-0-0000	1000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
1985-0-0000	1000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
1986-0-0000	1000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
1987-0-0000	1000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
1988-0-0000	1000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
1989-0-0000	1000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
1990-0-0000	1000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
1991-0-0000	1000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
1992-0-0000	1000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
1993-0-0000	1000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
1994-0-0000	1000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
1995-0-0000	1000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
1996-0-0000	1000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
1997-0-0000	1000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
1998-0-0000	1000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
1999-0-0000	1000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
2000-0-0000	1000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
2001-0-0000	1000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
2002-0-0000	1000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
2003-0-0000	1000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
2004-0-0000	1000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
2005-0-0000	1000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
2006-0-0000	1000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
2007-0-0000	1000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
2008-0-0000	1000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
2009-0-0000	1000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
2010-0-0000	1000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
2011-0-0000	1000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
2012-0-0000	1000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
2013-0-0000	1000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
2014-0-0000	1000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
2015-0-0000	1000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
2016-0-0000	1000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
2017-0-0000	1000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
2018-0-0000	1000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
2019-0-0000	1000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
2020-0-0000	1000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000

11 - Vilas das Taipalhas
12 - Vila Santa Anna de Crato

Quadro nº1

(a continuar)

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO ANUAL DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE (CACAU)								
ANO	M.T. (1)	T.M.A.C. (2)	ANO	M.T. (1)	T.M.A.C. (2)	ANO	M.T. (1)	T.M.A.C. (2)
1842	0,0014	-	1890	2,849	22,7	1912	36,1	11,8
1855	0,0026	4,9	1891	3,598	26,3	1913	36,5	1,1
1856	0,0105	304,0	1892	4,995	38,8	1914	33,3	- 8,8
1857	0,0089	- 15,2	1893	3,445	-31,0	1915	28,0	-15,9
1858	0,0266	198,8	1894	6,036	75,2	1916	34,0	21,4
1859	0,0133	- 50,0	1895	7,0	15,9	1917	29,1	-14,4
1860	0,0129	- 3,0	1896	7,5	7,1	1918	13,8	-52,6
1861	0,0574	345,0	1897	8,6	14,7	1919	55,7	303,6
1868	0,0471	- 2,8	1898	9,9	15,1	1920	20,0	-64,1
1869	0,044	- 6,6	1899	13,9	40,4	1921	28,4	42
1870	0,0928	111,0	1900	13,9	0,0	1922	20,7	-27,1
1871	0,1246	34,3	1901	17,0	22,3	1923	12,9	-37,7
1872	0,2126	70,6	1902	16,9	- 0,6	1924	22,0	70,5
1876	0,4893	23,2	1903	20,9	23,7	1925	20,9	- 5,0
1880	0,8309	14,2	1904	23,0	10,0	1926	12,5	-40,2
1881	0,6993	- 15,8	1905	24,3	5,6	1927	16,8	34,4
1884	0,7145	0,72	1906	23,2	- 4,5	1928	14,6	-13,1
1885	0,9261	29,6	1907	22,9	- 1,3	1929	18,5	26,7
1886	1,6747	80,8	1908	27,2	18,8	1930	9,6	-48,1
1887	1,3922	- 16,9	1909	32,1	18,0	1931	14,2	47,9
1888	1,6545	18,8	1910	36,1	12,4	1932	10,5	-26,0
1889	2,322	40,3	1911	32,3	-10,5	1933	11,1	5,7

(1) - Milhares de Toneladas;

(2) - Taxa Média Anual de Crescimento;

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO ANUAL DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE (CACAU)								
ANO	M.T. (1)	T.M.A.C. (2)	ANO	M.T. (1)	T.M.A.C. (2)	ANO	M.T. (1)	T.M.A.C. (2)
1934	9,8	-11,7	1954	7,2	-14,3	1974	10,4	- 8,0
1935	10,9	11,2	1955	8,0	11,1	1975	7,9	-24,0
1936	9,5	-12,8	1956	8,0*	0,0	1976	7,0	-11,4
1937	8,8	- 7,4	1957	10,0	25,0	1977	5,5	-21,4
1938	11,2	27,3	1958	8,0	-20,0	1978	7,0	27,3
1939	10,7	- 4,5	1959	8,0	0,0	1979	7,0	0,0
1940	7,0	-34,6	1960	9,0	12,5	1980	7,0	0,0
1941	5,1	-27,0	1961	9,0	0,0	1981	7,0*	0,0
1942	4,3	-15,7	1962	10,0	11,1	1982	5,0*	-28,6
1943	5,0	16,3	1963	8,0	-20,0	1983	5,0*	0,0
1944	12,3	146	1964	11,0	37,5	1984	4,0*	-20,0
1945	8,1	-34,1	1965	9,0	-18,2	1985	4,0*	0,0
1946	10,3	27,2	1966	11,0	22,2	1986	4,0*	0,0
1947	9,1	-11,7	1967	11,0	0,0	1987	4,0	0,0
1948	8,2	- 9,9	1968	11,0	0,0	1988	5,0	25,0
1949	7,3	-11,0	1969	9,0	-18,2	1989	4,0	-20,0
1950	8,1	11,0	1970	10,0	11,1			
1951	7,4	- 8,6	1971	10,4	4,0			
1952	8,8	18,9	1972	10,4	0,0			
1953	8,4	- 4,5	1973	11,3	8,7			

(1) - Milhares de Toneladas;

(2) - Taxa Média Anual de Crescimento;

Fonte: de 1842 a 1894 - Serviço de Estatística de S. Tomé, trabalho de vários autores, in Mendes Ferrão: Cacau de S. Tomé, Lisboa, 1963, p.33; de 1895 a 1955 - VITON (1956), pp.84 a 89; de 1956 a 1970 - FAO; de 1971 a 1980 - "Le cacao dans les Etats ACP", 1980; de 1981 a 1989 - FAO, Anuário de Produção.

Quadro nº2

PRODUÇÃO DE CACAU DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE EM RELAÇÃO A PRODUÇÃO AFRICANA E MUNDIAL milhares de toneladas					
ANO (1)	S.TOMÉ E PRÍNCIPE (2)	AFRICA (3)	MUNDO (4)	(5)=(2):(3) em %	(6)=(2):(4) em %
1894	6,1	6,7	74,9	91,0	8,1
1900	13,9	15,8	102,0	88,0	13,6
1910	36,1	69,0	225,4	52,3	16,0
1920	20,0	198,5	406,2	10,1	4,9
1930	9,6	352,7	545,5	2,7	1,8
1940	7,0	456,6	692,6	1,5	1,0
1950	8,1	486,1	776,9	7,7	1,0
1960	9,0	867	1224	1,0	0,7
1970	10,0	1121	1543	0,9	0,6
1974	10,0	1025	1556	0,98	0,6
1975	7,9	1003	1561	0,8	0,5
1980	7,0	911	1512	0,8	0,5
1985	4,0	1098	1995	0,36	0,2
1986	4,0	1092	2027	0,36	0,2
1987	4,0	1181	2044	0,33	0,2
1988	5,0	1442	2440	0,34	0,2
1989	4,0 *	1384	2467	0,28	0,16

* - Valor extra oficial

Fonte: - VITON (1956) pp. 84 A 89; Período de 1894 a 1950.
 - FAO, Anuário sobre produção 1986; Período de 1960/70, 74/75 e 1985.
 - "Le cacao dans les Etats ACP".
 - FAO, Anuário sobre produção 1989. (de 1986 e 1989)

Quadro nº3

ESTRUTURA DAS EXPORTAÇÕES DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE EM MILHARES DE ESCUDOS										
ANO	1945		1950		1958		1974		1977	
Produtos	*****	%	*****	%	*****	%	*****	%	*****	%
CACAU	44271,5	70	140627,1	67	180268	78	345469	80	861158	96
COPIA	5308,5	8,4	24007,5	11,4	21134	9,2	64200	15	32336	4
PALMISTE	8170,6	13	41020,9	19,6	18236	8	21400	5	-	-
CAFÉ	27540	4	3177	2	9954	4,3	-	-	-	-
TOTAL EXPORTAÇÃO	63103	100	209548	100	231492	100	428000	100	893000	100

(a continuar)

ESTRUTURA DAS EXPORTAÇÕES DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE EM MILHÕES DE DÓLARES										
ANO	1978		1979		1980		1981		1982	
Produtos	*****	%	*****	%	*****	%	*****	%	*****	%
CACAU		94	19,8	90	18,6	93	11,4	82	8,2	91
COPIA		4,5	1,76	8	1,2	6	1,96	14	0,59	6,5
PALMISTE		1	0,22	1	0,08	0,4	0,42	3	0,09	1
CAFÉ							0,112	0,8	0,09	1
TOTAL EXPORTAÇÃO		100	22		20		14		9	100

ESTRUTURA DAS EXPORTAÇÕES DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE (Cont.) EM MILHARES DE ESCUDOS										
ANO	1984		1985 ^a		1986		1987		1988 (a)	
Produtos		%		%		%		%		%
CACAU	696806	85	1438732	85	1058436	90	1316185	90	884	95
COPRA	120506	14,7	-	-	-	-	-	-	37	4
PALMISTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CAFÉ	2459	0,3	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL EXPORTAÇÃO	819772	100	1692626	100	1176040	100	1462428	100	930	100

a - MILHÕES DE DOBRAS

* - CEE

Fonte: de 1945/58, SOUSA (1963)

1974/77, CEE

1978/83, Estatística do Comércio Externo de S. Tomé e Príncipe e CNUCED 1987

1984/87, EUROSTAT, FAO e BANCO DE PORTUGAL (cálculo efectuado com base em elementos recolhidos nessas fontes)

1988, Direcção da Economia e da Estatística, Ministério de Economia e Finanças de S. Tomé e Príncipe, in MEMÓRIE DE S. TOMÉ - ET - PRÍNCIPE, DEUXIÈME CONFÉRENCE DES NATIOS UNIES, 1990, p.22.

PRINCIPAIS PRODUTORES MUNDIAIS DE CACAU

milhares de toneladas

ANO	1910		1955		1965		1973		1980		1985		1986		1987		1989	
PAÍSES		%		%		%		%		%		%		%		%		%
MUNDO	225,4	100	833	100	1220	100	1403	100	1665	100	1963	100	2027	100	2044	100	2467	100
AFRICA	69,0	30,6	525	63,0	865	70,9	965	68,8	1024	61,5	1070	54,5	1092	53,8	1181	57,8	1384	56,1
BRASIL	29,2	13,0	-	-	161	13,2	196	13,9	319	19,2	420	21,4	460	22,7	329	16,1	397	16,1
CAMARÕES	3,4	1,5	61	7,3	79	6,4	132	9,4	117	7,0	115 F	5,9	123*	6,0	131	6,4	120*	4,9
GHANA	23,0	10,2	241	28,9	416	34,0	343	24,4	277	16,6	212	10,8	228*	11,2	184	9,0	300*	12,2
C. MARFIM	-	-	71	8,5	113	9,3	209	14,9	417	25,0	580	29,5	575	28,4	664	32,5	750*	30,4
NIGERIA	3,0	1,3	109	13,0	185	15,2	215	15,3	155 F	9,3	135	6,9	110*	5,4	150*	7,3	160*	6,5
S. TOMÉ	36,1	16,0	8	0,96	9	0,73	11	0,8	6	0,36	4	0,2	4*	0,19	4	0,2	4*	0,2
MALASIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	99	5,0	130	6,4	190	9,3	255	10,3
PAPUA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30*	1,5	30*	1,5	32*	1,6	47*	1,9

* - Valor extra oficial

(F) - Estimativa

Fonte: FAO - Anuários de 1973, 1985, 1987 e 1989, sobre a produção do cacau

Quadro nº8

(a continuar)

COMPARAÇÃO INTERNACIONAL PRODUÇÃO DE SEMENTES DE CACAU Superfície 1 000 Ha; Rendimento Kg/Ha; Produção 1 000 Toneladas									
PAÍSES	1951			1955			1960		
	AREA	RENDIMENTO	PRODUÇÃO	AREA	RENDIMENTO	PRODUÇÃO	AREA	RENDIMENTO	PRODUÇÃO
MUNDO	3271	220	710	3501	238	833	3943	310	1124
AFRICA	2411	191	461	2514	209	525	2906	298	867
BRASIL	379	320	121	493	320	158	510 F	320	163
CAMARÕES	291 F	200	58	304 F	200	61	408 F	200	82
GHANA	1430 F	150	214	1504 F	160	241	1619	271	439
C. MARFIM	177	254	45	188	380	71	249	376	94
NIGÉRIA	350 F	304	107	350 F	313	109	415 F	456	189
S. TOMÉ	29 F	300	9 F	26 F	300	8 F	31 F	300	9
MALÁSIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PAPUA	-	-	-	-	-	-	-	-	-

(F) - Estimativa

COMPARAÇÃO INTERNACIONAL
PRODUÇÃO DE SEMENTES DE CACAU
Superfície 1 000 Ha; Rendimento Kg/Ha; Produção 1 000 Toneladas

ANO	1965			1970			1973			1980		
PAÍSES	AREA	RENDIMENTO	PRODUÇÃO	AREA	RENDIMENTO	PRODUÇÃO	AREA	RENDIMENTO	PRODUÇÃO	AREA	RENDIMENTO	PRODUÇÃO
MUNDO	4461	273	1220	4437	348	1543	4370	321	1403	4728	352	1665
AFRICA	3325	260	865	3286	341	1121	3240	298	965	3401	301	1024
BRASIL	482	333	161	444	444	197	416	471	196	483	661	319
CAMARÕES	380 F	207	79	390 F	343	134	356	372	132	444	264	117
GHANA	1830 F	227	416	1451	280	406	1400	245	343	1200 F	231	277
C. MARFIM	366	310	113	404	443	179	497	420	209	777	537	417
NIGERIA	500 F	369	185	750 F	406	305	720 F	290	215	700 F	221	155 F
S. TOMÉ	32 F	278	9	33 F	294	10	33 F	342	11	33 F	173	6
MALÁSIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PAPUA	-	-	-	98	376	37	99	370	37	104	374	39

(F) - Estimativa

COMPARAÇÃO INTERNACIONAL
PRODUÇÃO DE FAVAS DE CACAU
Superfície 1 000 Ha; Rendimento Kg/Ha; Produção 1 000 Toneladas

ANO	1985			1986			1987			1989		
PAÍSES	AREA	RENDIMENTO	PRODUÇÃO	AREA	RENDIMENTO	PRODUÇÃO	AREA	RENDIMENTO	PRODUÇÃO	AREA	RENDIMENTO	PRODUÇÃO
MUNDO	5036	398	2002	5444	372	2027	5264	388	2044	5321	464	2467
AFRICA	7471	320	1096	3721	294	1092	3424	345	1181	3407	406	1384
BRASIL	649	664	431	657	701	460*	649	507	329	696	571	397
CAMARÕES	420*	283	119*	450*	273	123*	450 F	291	131	440 F	273	120*
GHANA	1000 F	219	219*	1200 F	190	228*	910	202	184	900 F	333	300*
C. MARFIM	1020*	569	580	1080	532	575*	1050 F	632	664	1050 F	714	750*
NIGÉRIA	700 F	171	120	700 F	157	110	700 F	214	150*	700 F	229	160*
S. TOMÉ	30 F	117	4	30 F	117	4*	40 F	99	4	48 F	83	4*
MALÁSIA	97	1023	99	129	1007	130	186	1024	190	263*	969	255
PAPUA	80 F	375	30*	80 F	375	30*	92 F	349	32*	93 F	497	47*

* - Valor extra oficial

(F) - Estimativa

Fonte: FAO, Anuário de 1986, 1987 e 1989.

EXPORTAÇÃO MUNDIAL DE CACAU POR PRINCIPAIS EXPORTADORES

em toneladas

ANO	1910		1974		1980		1985		1987		1988	
PAISES	*****	%	*****	%	*****	%	*****	%	*****	%	*****	%
MUNDO	216500	100	1192910	100	1078095	100	1392508	100	1519677	100	1593964	100
AFRICA	69000	31,8	869340	72,8	772239	71,6	831631	59,7	885039	58,2	900781	56,5
BRASIL	29200	13,5	129865	10,9	123580	11,5	172321	12,3	143482	9,4	129287	8,1
CAMARÕES	3400	1,5	88928	7,4	82764	7,6	81696	5,8	104796	6,9	122743	7,7
GHANA	23000	10,6	313909	26,3	210797	19,5	172397	12,3	198838	13,1	203254	12,8
C. MARFIM	-	-	205300	17,2	283678	26,3	419303	30,1	443300	29,1	372000	23,3
NIGERIA	3000	1,4	197125	16,5	133861	12,4	92891	6,6	82000	5,4	155000	9,7
S. TOMÉ	36100	16,6	9780	0,8	6998	0,6	3055	0,2	2760	0,18	4053	0,3
MALÁSIA	-	-	-	-	30640	2,8	81465	5,8	157428	10,3	189576	11,9
PAPUA	-	-	-	-	28792	2,7	31384	2,3	34760	2,3	37580	2,4

- Valor extra oficial

Fonte: VITON (1956), p. 91;

FAO, Anuário de Comércio de 1976, 1985 e 1987

CACAU (a continuar)

Quadro nº7

ANO	EXPORTAÇÃO			ANO	EXPORTAÇÃO		
	Quant. em 1000Kg	Valor em 1000 esc	Preço por Kg		Quant. em 1000Kg	Valor em 1000 esc	Preço por Kg
1888	1519	302	\$19.88	1910	26148	8591	\$32.85
1889	1284	463	\$36.06	1911	31312	7239	\$23.11
1890	2849	659	\$23.13	1912	35455	8110	\$22.87
1891	3598	737	\$20.48	1913	36500	7732	\$21.18
1892	4995	1133	\$22.68	1914	33320	7164	\$21.50
1893	3445	1001	\$29.05	1915	28013	6023	\$21.50
1894	6036	1775	\$29.41	1916	34003	7303	\$21.47
1895	7203	1486	\$20.63	1917	31283	6843	\$21.87
1896	7669	1459	\$19.02	1918	7626	1916	\$25.12
1897	6775	1342	\$19.81	1919	55677	17807	\$31.98
1898	10737	2745	\$25.56	1920	19019	6086	\$31.99
1899	11028	3088	\$28.00	1921	26283	17775	\$67.63
1900	11429	3200	\$27.99	1922	19136	40852	2\$134
1901	13571	3799	\$27.99	1923	11909	37419	3\$142
1902	14741	4130	\$28.02	1924	21982	83291	3\$789
1903	18843	5274	\$27.99	1925	20861	58929	2\$824
1904	21236	5955	\$28.04	1926	12470	41102	3\$296
1905	22307	6245	\$27.99	1927	16768	82110	4\$896
1906	21324	5997	\$28.12	1928	14638	61685	4\$214
1907	22861	6399	\$27.99	1929	18529	63130	3\$407
1908	27187	7613	\$28.00	1930	9646	23568	2\$443
1909	31603	8849	\$28.00	1931	14175	26803	1\$89

CACAU (a continuar)

Quadro nº7

ANO	EXPORTAÇÃO			ANO	EXPORTAÇÃO		
	Quant. em 1000Kg	Valor em 1000 esc	Preço por Kg		Quant. em 1000Kg	Valor em 1000 esc	Preço por Kg
1932	10517	24183	2\$299	1954	7416	197746	26\$66
1933	11075	22581	2\$038	1955	5751	113379	19\$71
1934	9006	18004	1\$999	1956	8867	122025	13\$76
1935	10884	21978	2\$019	1957	10562	160497	15\$19
1936	9491	22810	2\$403	1958	7934	180268	22\$72
1937	8809	31453	3\$570	1960	-	-	16\$50
1938	11152	24802	2\$224	1963	-	-	13\$299
1939	10692	26763	2\$503	1965	-	-	10\$04
1940	6972	32769	4\$70	1966	-	-	12\$12
1941	5136	40314	7\$85	1967	-	-	14\$65
1942	4280	38845	9\$08	1968	-	-	17\$40
1943	5009	23252	4\$64	1969	-	-	25\$64
1944	12254	62137	5\$07	1970	-	-	20\$43
1945	8111	44272	5\$46	1971	-	-	15\$84
1946	10312	69454	6\$74	1972	-	-	14\$02
1947	8343	147626	17\$69	1973	-	-	23\$32
1948	6967	135259	19\$41	1974	9780*	327630	33\$50
1949	8324	97814	11\$75	1975	6385*	229604,6	35\$96
1950	8003	140627	17\$57	1976	5600	224672	40\$12
1951	7078	132195	18\$68	1977	6393	628815,48	98\$36
1952	8378	144549	17\$25	1978	7000*	1037190	148\$17
1953	10883	184016	16\$91	1979	7100*	1042067	146\$77

* - Valor extra oficial

CACAU/ (Cont.)

Quadro nº7

ANO	EXPORTAÇÃO			ANO	EXPORTAÇÃO		
	Quant. em 1000Kg	Valor em 1000 esc	Preço por Kg		Quant. em 1000Kg	Valor e m 1000 esc	Preço por Kg
1980	6998	1024458,2	146\$397				
1981	6100*	850169,2	139\$372				
1982	7000 F	1101436	157\$348				
1983	4414	1003805,3	227\$348				
1984	3800*	1409192	370\$840				
1985	3055	1305053,2	427\$186				
1986	2800*	1153600	412\$00				
1987	2760*	948222,84	343\$559				
1988	-	-	299\$00				
1989	-	-	299\$00(a)				
1989	-	-	219\$73(b)				

* - Valor extra oficial

F - estimativa

(a) - Valor médio entre Janeiro e Abril

(b) - Diário de Notícias de 21/7/1989

Fonte: de 1888 a 1958 - SOUSA (Alfredo) Elementos constantes do anexo nº1, Est. Ciênc. Polit. e Soc., nº63, 1963.
 1959 a 1988 - Anuários do ICEP - Instituto do Comércio Externo Português.

CAFÉ

Quadro nº8

EXPORTAÇÃO							
				Toneladas / 1000 Esc.			
ANO	Quantidade	Valor	Preço	ANO	Quantidade	Valor	Preço
1950	272,2	3177,1	11\$672	1971	-	-	47\$208
1951	197	2880	14\$619	1972	-	-	52\$622
1952	287	6550	22\$822	1973	-	-	49\$159
1953	271	7088	26\$155	1974	-	-	64\$208
1954	295	10834	36\$725	1975	-	-	60\$340
1955	224	7834	34\$973	1976	-	-	76\$347
1956	360	11711	32\$530	1977	-	-	114\$70
1957	340	11591	34\$091	1978	-	-	114\$70
1958	298	9954	33\$402	1979	-	-	-
1959	-	-	40\$694	1980	-	-	240\$00
1960	-	-	43\$317	1981	-	-	205\$75
1961	-	-	41\$882	1982	-	-	-
1962	-	-	-	1983	-	-	305\$101
1963	-	-	44\$247	1984	-	-	371\$612*
1964	-	-	34\$506	1985	-	-	599\$562
1965	-	-	35\$296	1986	-	-	577\$788
1966	-	-	37\$740	1987	-	-	580\$975
1967	-	-	36\$980	1988	-	-	-
1968	-	-	33\$131	1989	-	-	-
1969	-	-	41\$838	1990	-	-	-
1970	-	-	46\$159	-	-	-	-

* - Países estrangeiros

Fonte: ICEP a partir de 1959
 SOUSA (1963), de 1950 a 1958

COCONOTE

Quadro nº9

EXPORTAÇÃO

Toneladas / 1000 Esc.

ANO	Quantidade	Valor	Preço	ANO	Quantidade	Valor	Preço
1950	7239,6	25140,8	3\$472	1971	-	-	4\$752
1951	5807	21669	3\$731	1972	-	-	2\$857
1952	5549	15220	2\$742	1973	-	-	3\$733
1953	6479	20811	3\$212	1974	-	-	10\$091
1954	4154	12186	2\$933	1975	-	-	6\$915
1955	5019	14253	2\$839	1976	-	-	5\$043
1956	5639	16026	2\$842	1977	-	-	10\$901
1957	4491	11673	2\$599	1978	-	-	14\$155
1958	4349	12171	2\$798	1979	-	-	22\$993
1959	-	-	3\$732	1980	-	-	24\$029
1960	-	-	4\$116	1981	-	-	20\$186
1961	-	-	3\$151	1982	-	-	21\$282
1962	-	-	-	1983	-	-	22\$50
1963	-	-	3\$417	1984	-	-	69\$50
1964	-	-	4\$011	1985	-	-	39\$794
1965	-	-	4\$501	1986	-	-	25\$734(a)
1966	-	-	4\$249	1987	-	-	36\$262(a)
1967	-	-	3\$610	1988	-	-	-
1968	-	-	5\$990	1989	-	-	-
1969	-	-	3\$768	1990	-	-	-
1970	-	-	3\$928	-	-	-	-

(a) - inclui coconote e copra

Fonte: ICEP a partir de 1959
 SOUSA (1963), de 1950 a 1958

COPRA

Quadro nº10

EXPORTAÇÃO							
				Toneladas / 1000 Esc.			
ANO	Quantidade	Valor	Preço	ANO	Quantidade	Valor	Preço
1950	5137,8	24007,5	4\$672	1971	-	-	3\$982
1951	4050	24290	5\$997	1972	-	-	5\$795
1952	4852	16293	3\$358	1973	-	-	11\$33
1953	4932	21020	4\$262	1974	-	-	11\$574
1954	4651	19275	4\$144	1975	-	-	11\$106
1955	4574	18379	4\$018	1976	-	-	6\$249
1956	4033	15329	3\$80	1977	-	-	15\$737
1957	3759	15319	4\$075	1978	-	-	17\$118
1958	5031	21134	4\$200	1979	-	-	31\$110
1959	-	-	5\$557	1980	-	-	27\$760
1960	-	-	5\$709	1981	-	-	24\$745
1961	-	-	4\$230	1982	-	-	26\$218
1962	-	-	-	1983	-	-	37\$831
1963	-	-	4\$524	1984	-	-	107\$165
1964	-	-	4\$865	1985	-	-	86\$626
1965	-	-	5\$181	1986	-	-	25\$734(a)
1966	-	-	5\$699	1987	-	-	36\$262(a)
1967	-	-	5\$235	1988	1287	67414	52\$380
1968	-	-	6\$210	1989	-	-	-
1969	-	-	6\$311	1990	-	-	-
1970	-	-	5\$816	-	-	-	-

(a) - inclui coconote e copra

Fonte: ICEP a partir de 1959
 SOUSA (1983), de 1950 a 1958

OLEO DE PALMA

Quadro nº11

EXPORTAÇÕES							
				Toneladas / 1000 Esc.			
ANO	Quantidade	Valor	Preço	ANO	Quantidade	Valor	Preço
1950	2845,3	15880,1	5\$581	1971	-	-	7\$139
1951	1761	11742	6\$667	1972	-	-	6\$31
1952	1865	10749	5\$763	1973	-	-	7\$658
1953	2878	12058	4\$189	1974	-	-	12\$646
1954	1776	7409	4\$171	1975	-	-	11\$778
1955	1593	7027	4\$411	1976	-	-	-
1956	1324	7020	5\$302	1977	-	-	-
1957	1558	8333	5\$348	1978	-	-	-
1958	1156	6065	5\$246	1979	-	-	-
1959	-	-	5\$867	1980	-	-	-
1960	-	-	5\$889	1981	-	-	-
1961	-	-	5\$732	1982	-	-	-
1962	-	-	-	1983	-	-	-
1963	-	-	-	1984	-	-	-
1964	-	-	5\$089	1985	-	-	-
1965	-	-	5\$756	1986	-	-	-
1966	-	-	6\$175	1987	-	-	-
1967	-	-	5\$844	1988	2	548	274\$00
1968	-	-	5\$319	1989	-	-	-
1969	-	-	-	1990	-	-	-
1970	-	-	5\$758	-	-	-	-

Fonte: SOUSA (1963), de 1950 a 1958

ICEP, a partir de 1959 - Valores respeitantes a relações comerciais PORTUGAL-S. TOMÉ E PRÍNCIPE

Quadro nº 12

(a continuar)

EVOLUÇÃO DOS PREÇOS
DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO

Preço / Kg

PRODUTO ANO	CACAU	CAFÉ	COCONOTE	COPRA	ÓLEO DE PALMA
1950	17\$57	11\$672	3\$472	4\$672	5\$581
1951	18\$68	14\$619	3\$731	5\$997	6\$667
1952	17\$25	22\$822	2\$742	3\$358	5\$763
1953	16\$91	26\$155	3\$212	4\$262	4\$189
1954	26\$66	36\$725	2\$933	4\$144	4\$171
1955	19\$71	34\$973	2\$839	4\$018	4\$411
1956	13\$76	32\$530	2\$842	3\$80	5\$302
1957	15\$19	34\$091	2\$599	4\$075	5\$348
1958	22\$72	33\$402	2\$798	4\$200	5\$246
1959	20\$988	40\$694	3\$732	5\$557	5\$867
1960	16\$50	43\$317	4\$116	5\$709	5\$889
1961	-	41\$882	3\$151	4\$230	5\$732
1962	-	-	-	-	-
1963	13\$299	44\$247	3\$417	4\$524	-
1964	-	34\$506	4\$011	4\$865	5\$089
1965	10\$04	35\$296	4\$501	5\$181	5\$756
1966	12\$12	37\$740	4\$249	5\$699	6\$175
1967	14\$65	36\$980	3\$610	5\$235	5\$844
1968	17\$40	33\$131	5\$990	6\$210	5\$319
1969	25\$64	41\$838	3\$768	6\$311	-
1970	20\$43	46\$159	3\$928	5\$816	5\$758

Fonte: SOUSA (1963), de 1950 a 1958;
ICEP, a partir de 1959

Quadro nº12

EVOLUÇÃO DOS PREÇOS
DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO

Preço / Kg

PRODUTO ANO	CACAU	CAFÉ	COCONOTE	COPRA	ÓLEO DE PALMA
1971	15\$84	47\$208	4\$752	3\$982	7\$139
1972	14\$02	52\$622	2\$857	5\$795	6\$31
1973	23\$32	49\$159	3\$733	11\$33	7\$658
1974	33\$50	64\$208	10\$091	11\$574	12\$646
1975	35\$96	60\$340	6\$915	11\$106	11\$778
1976	40\$12	76\$347	5\$043	6\$249	-
1977	98\$36	114\$70	10\$901	15\$737	-
1978	148\$17	114\$70	14\$155	17\$118	-
1979	146\$77	-	22\$993	31\$110	-
1980	146\$393	240\$00	24\$029	27\$760	-
1981	139\$372	205\$00	20\$186	24\$745	-
1982	157\$348	-	21\$282	26\$218	-
1983	227\$414	305\$101	22\$50	37\$831	-
1984	370\$840	371\$612*	69\$50	107\$165	-
1985	427\$186	599\$562	39\$794	86\$626	-
1986	412\$00	577\$788	25\$734(a)	25\$734(a)	-
1987	343\$559	580\$975	36\$262(a)	36\$262(a)	-
1988	299\$00	-	-	52\$380	274\$00
1989	-	-	-	-	-
1990	-	-	-	-	-

(a) - inclui coconote e copra

* - Países estrangeiros

Fonte: ICEP

Quadro nº13

(a continuar)

COMÉRCIO ESPECIAL: S. TOMÉ E PRÍNCIPE - PORTUGAL em milhares de escudos			
RUBRICA ANO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO
1950	21178	43101	- 21923
1955	51605	42923	+ 8682
1958	63781	49797	+ 13984
1960	72582	48189	+ 24393
1963	65629	49294	+ 16335
1970	67555	99964	- 32409
1973	103400	112698	- 9298
1974	136246	102928	+ 33318
1975	82525	113802	- 28277
1976	76700	119549	- 42848
1977	87786	219317	- 131532
1978	103246	373330	- 270084

Fonte: ICEP - Instituto do Comércio Externo Português

Quadro nº 13

COMÉRCIO ESPECIAL: S. TOMÉ E PRÍNCIPE - PORTUGAL em milhares de escudos			
REBRICA ANO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO
1979	150881	282633	- 131752
1980	73588	632798	- 559210
1981	126450	785257	- 658807
1982	81040	338656	- 257617
1983	184998	261547	- 76550
1984	194961	465113	- 270152
1985	164898	841597	- 676699
1986	51048	580521	- 529473
1987	42188	759456	- 717268
1988	73577	691723	- 618146
1989	61873	1426503	- 1364630
1990	19219	1046848	- 1027629

Fonte: ICEP - Instituto do Comércio Externo Português

Quadro nº14

ÍNDICE DE PRODUÇÃO DE CACAU DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE ENTRE 1970 E 1987		
ANO	MILHARES DE TONELADAS	ÍNDICE DA PRODU- ÇÃO EM %
1970	10,0	88,5
1973 = 100	11,3	100
1975	7,9	69,9
1976	7,0	61,9
1977	5,5	48,7
1978	7,0	61,9
1980	7,0	61,9
1982	5,0	44,2
1985	4,0	35,4
1986	4,0	35,4
1987	4,0	35,4
1989	4,0	35,4

$$i \text{ 1975 / 86} = 11 \sqrt{\frac{4}{7,9}} - 1$$

$$= - 6 \%$$

$$i \text{ 1980 / 86} = 6 \sqrt{\frac{4}{7}} - 1$$

$$= - 9 \%$$

NOTA: tomou-se 1973 para o ano base por ser o que está mais próximo da data da independência de S. Tomé e Príncipe.

Quadro nº15

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DE EXPORTAÇÃO DE CACAU A PREÇOS DE 20-07-1989			
em contos			
ANO	EXPORTAÇÃO EM TONELADAS	RECEITA DE EXPORTAÇÃO	INDICE DE RECEITAS ∞
1945	8111	1782230	73,7
1950	8003	1758499	72,8
1953	10883	2391321	98,9
1955	5751	1263667	52,3
1958	7934	1743338	72,1
1960	9000*	1977570	81,8
1965	9000*	1977570	81,8
1970	10000*	2197300	90,9
1973	11000*	2417030	1973 = 100
1974	9780	2148959	88,9
1977	6994	1536792	63,6
1980	6998	1537671	63,6
1985	3055	671275	27,8
1987	2760*	606455	25,1
1988	4053	890566	36,8

∞ - BASE 1973 = 100

* - Valor extra oficial

Fonte: FAO e DIÁRIO DE NOTÍCIAS de 21/07/1989, pág.28.

Quadro nº 16

- PREÇOS CORRENTES (M.Db) -

ANOS RUBRICAS	1980	1981	1982	1983	1984
					(a)
PNB	1707	1461	1538	1494	1597
PIBpm	1625	1410	1549	1523	1609
PIBcf	1298	1131	1268	1385	1453

(a) - Provisório

Fonte: Direcção de Estatística - RDSTP

- A PREÇOS CONSTANTES DE 1983 (M.Db) -

ANOS RUBRICAS	1980	1981	1982	1983	1984
PNB	2037	1732	1716	1494	1446
PIBpm	1939	1672	1728	1523	1457
PIBcf	1543	1366	1427	1385	1315

Fonte: Direcção de Estatística - RDSTP

Quadro n.º 17

IMPORTAÇÕES DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE POR CATEGORIA
DE PRODUTOS EM VALOR E EM %

IMPORTAÇÕES	ANOS / PERCENT.	1983	%	1984	%
. Bens de consumo (1)		110,5	28,8	131,2	29,9
- Produtos alimentares		106,6	27,8	60,0	13,7
- Outros bens de consumo		3,9	1,0	71,2	16,3
. Materiais p/ agricultura		15,7	4,1	73,1	16,7
. Materiais p/ indústria		45,2	11,8	62,7	14,3
. Materiais de construção		9,8	2,6	41,8	9,5
. Materiais de pesca		3,6	1,0	4,2	1,0
. Materiais p/ serviços administrativos		9,8	2,6	3,4	0,7
. Combustíveis e lubrificantes		97,1	25,3	79,2	18,1
. Medicamentos		36,9	9,6	11,7	2,7
. Peças sobressalentes		30,4	7,9	27,3	6,2
. Equipamentos		24,2	6,3	3,1	0,7
TOTAL		383,2	100%	437,8	100%

(1) - Não inclui ajuda;

(Milhões de Dobras)

RUBRICAS	ANOS	1980	1981	1982	1983	1984
1. Importações de serviços		346,5	276,7	562,8	319,4	355,5
2. Sendo as despesas de transporte, frete e viagens		305,4	320,0	451,8	210,3	252,8
3. 2:1 x 100%		88 %	79 %	80 %	66 %	71 %

Fonte: DIRECÇÃO DO COMÉRCIO EXTERNO - RDSTP, in MESA REDONDA (1985), p.154

Quadro nº 18

REPARTIÇÃO GEOGRÁFICA DE EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE

(M. Dobras)

ANOS/(%) EXPORT.	1979	%	1980	%	1981	%	1982	%	1983	%	1984	%
TOTAL...	931,2	100	590,6	100	276,4	100	360,4	100	365,6	100	539,4	100
1.CEE	667,9	71,7	529,3	89,6	146,2	52,9	195,0	54,1	120,3	32,9	239,8	44,4
Holanda	(602,3)	64,6	(496,3)	84,0	(115,3)	41,7	(136,5)	37,8	(109,5)	29,5	(227,2)	42,1
2.Portugal	104,1	11,2	41,8	7,1	61,9	22,3	31,3	8,7	48,8	13,3	62,7	11,6
3.RDA	23,7	2,5	0	-	0	-	134,1	37,2	184,7	50,5	171,8	31,8
4.USA	134,3	14,4	0	-	68,2	24,7	0	-	0	-	0	-
5.Outros	1,2	0,1	19,5	3,3	0,1	0	0	-	11,8	3,2	65,2	12,0

ANOS/(%) IMPORT.	1979	%	1980	%	1981	%	1982	%	1983	%	1984	%
TOTAL...	661,9	100	656,4	100	638,9	100	1536,0	100	779,9	100	437,8	100
1.CEE	191,1	28,8	259,9	39,6	51,3	8,0	452,3	29,4	230,7	29,6	20,0	4,6
Bélgica	(26,2)	3,9	(21,9)	3,3	(23,0)	3,6	(159,3)	10,4	(124,2)	15,9	(14,4)	3,2
2.Portugal	230,8	34,9	240,3	36,6	280,6	43,9	585,4	38,1	214,1	27,4	148,9	34,0
3. RDA	0	-	3,9	0,6	0	-	208,9	13,6	186,9	23,9	117,3	26,7
4. Angola	26,8	4,0	50,1	7,6	56,2	8,7	93,7	6,1	89,4	11,5	76,5	17,5
5. Outros	213,2	32,2	102,2	15,6	250,8	39,3	195,7	12,7	58,8	7,5	75,1	17,2

Fonte: Estatística de S. Tomé e Príncipe, in MESA REDONDA (1985), p157

Quadro nº 19

Peso do comércio; Peso do défice; Taxa de Cobertura de S. Tomé e Príncipe
Em Milhões de Dobras Correntes

ROBRICAS	ANOS	1980	1981	1982	1983	1984
PIB						
p.m.		1625	1410	1549	1523	1609
Exportações Totais		590,6	276,4	360,4	365,6	539,4
Importações Totais		656,4	638,9	1536,0	779,9	(*) 793,2
Exportações de Cacau		550,7	225,0	327,7	290,8	439,2
IMP. - EXP.		65,8	362,5	1175,6	414,3	253,8
% Exportações no PIBpm		36,3	19,6	23,3	24,0	33,5
% Importações no PIBpm		40,4	45,3	99,2	51,2	49,3
Peso do comércio a)		76,7	64,9	122,4	75,2	82,8
Peso do défice b)		4,0	25,7	75,9	27,2	15,8
Taxa de cobertura c)		89,9	43,3	23,4	46,8	68,0
% Export. Cacau no PIBpm		33,9	15,9	21,2	19,1	28,5
Exp. Cacau Import. x 100		83,9	35,2	21,3	37,3	55,4

(*) - incluímos o valor correspondente a importações de serviços por nos parecer ser mais correcto já que o mesmo, pensamos nós, não foi considerado no Relatório da Mesa Redonda de 1985, por erro.

$$\text{a) Peso do Comércio (grau de abertura)} = \frac{\text{IMPORT.} + \text{EXPORT.}}{\text{PIBpm}} \times 100$$

$$\text{b) Peso do déficit} = \frac{\text{IMPORT.} - \text{EXPORT.}}{\text{PIBpm}} \times 100$$

$$\text{c) Taxa de cobertura} = \frac{\text{EXPORTAÇÕES}}{\text{IMPORTAÇÕES}} \times 100$$

Quadro nº 20

PRODUTO INTERNO BRUTO DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE POR RAMOS DE ACTIVIDADE ECONÓMICA - ANO DE 1982

(a continuar)

(milhões Db)

RAMOS DE ACTIVIDADE ECONÓMICA	Produção a preços do produtor	Consumo intermédio	Produto interno bruto	Remuneração dos trabalhos	Impostos indirectos ##	Consumo de capital	Excedente líquido de exploração
1. AGRICULTURA, PECUARIA, PISCAS							
E SILVICULTURA	1086.9	684.3	402.6	428.3	(51.2)	78.5	(53.0)
1.1 AGRICULTURA	853.8	568.7	285.1	379.3	(52.8)	36.8	(78.2)
1.1.1 Culturas de exportação	831.2	566.7	264.5	357.4	(52.8)	34.6	(74.7)
1.1.2 Culturas alimentares	7.0	0.8	6.2	6.6	-	0.7	(1.1)
1.1.3 Frutos e legumes	9.7	0.8	8.9	8.9	-	0.9	(0.9)
1.1.4 Outros	5.9	0.4	5.5	6.4	-	0.5	(1.5)
1.2 PECUARIA	97.4	80.6	16.8	15.8	0.9	4.2	(3.3)
1.3 PISCAS	127.9	34.0	93.9	28.8	1.5	37.2	26.4
1.4 SILVICULTURA	7.8	1.0	6.8	4.4	-	0.3	2.1
2. INDUSTRIAS EXTRACTIVAS	4.6	0.4	4.2	3.8	0.1	0.3	-
3. INDUSTRIAS TRANSFORMADORAS	304.6	173.7	130.9	91.7	0.9	16.5	21.8
3.1 Produtos alimentares bebidas	169.5	107.6	61.9	31.4	0.5	6.2	23.8
3.2 Têxteis e confecções	16.9	12.6	4.3	3.9	-	0.5	(0.1)
3.3 Indústria de madeira	29.2	11.6	17.6	18.9	0.2	0.5	(2.0)
3.4 Indústria de papel e ti- pografias	10.8	3.3	7.5	6.1	0.2	1.0	0.2
3.5 Indústria química	11.0	9.9	9.1	2.6	-	0.2	(1.7)
3.6 Fabricação dos minerais	31.9	20.7	11.2	9.0	-	4.0	(1.8)
3.7 Indústria metálica e in- dústrias diversas	35.3	8.0	27.3	19.8	-	4.1	3.4

(Continuação)

RAMOS DE ACTIVIDADE ECONOMICA	Produção a preços do produtor	Consumo intermédio	Produto interno bruto	Remuneração dos trabalhos	Impostos indirectos **	Consumo de capital	Excedente líquido de exploração
4. ELECTRICIDADE, GAS E AGUA	61.5	21.8	39.7	10.3	-	5.3	20.1
5. CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	231.5	118.3	113.2	117.4	0.3	19.5	(24.0)
6. COMÉRCIO, HOTEIS E RESTAURAN- TES	350.6	56.8	293.8	34.5	181.3	5.0	73.0
6.1 Comércio p/grosso e reta- lho (1)	336.8	53.5	283.3	27.9	181.2	3.2	71.0
6.2 Restaurantes e hotéis	13.8	3.3	10.5	6.6	0.1	1.8	2.0
7. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	170.7	31.7	139.0	59.6	6.2	50.7	22.5
7.1 Transportes	126.2	25.0	101.2	40.8	0.5	32.1	27.8
7.2 Comunicações	44.5	6.7	37.8	18.8	5.7	18.6	(5.3)
8. BANCOS E SEGUROS	82.4	11.7	70.7	21.8	-	5.3	43.6
9. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	691.9	310.8	381.1	381.1	-	-	-
10. SERVIÇOS FORNECIDOS A COLEC- TIVIDADE, SERVIÇOS SOCIAIS E INDIVIDUAIS	5.5	1.3	4.2	97.2	-	1.3	(94.3)
11. PRODUÇÃO BANCARIA IMPUTADA	-	56.2	(56.2)	-	-	-	(56.2)
TOTAL	2990.2	1467.0	1523.2	1245.7	137.6	186.4	(46.5)

** - Líquidos dos subsídios;

(1) incluindo direitos e taxas de importação;

Fonte: DIRECÇÃO SERVIÇOS DE ESTATÍSTICA - RDSTP; in MESA REDONDA (1985), pp.109-110

AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO (DESEMBOLSO) DO COMITÉ
DE AJUDA AO DESENVOLVIMENTO (CAD) DAS INSTITUIÇÕES MULTILATERAIS
(IML) E DOS FUNDOS ÁRABES (FA)

I - RDSTP (milhões de \$USA correntes) - Pagamentos líquidos

ANOS	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983
RUBRICAS									
CAD	0.0	0.7	1.6	1.8	1.4	1.2	1.8	3.8	3.5
IML	0.3	1.0	1.4	2.2	1.6	2.7	3.6	5.6	7.7
FA	0.5	10.0	0.2	0.2	0.0	0.0	0.5	0.5	0.5
TOTAL.....	0.8	11.7	3.2	4.2	3.0	3.9	6.1	9.9	11.7
Sendo assistência técnica		(0.5)	(0.9)	(1.5)	(1.3)	(1.3)	(1.4)	(2.8)	()

AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO (DESEMBOLSO) DO COMITÉ
DE AJUDA AO DESENVOLVIMENTO (CAD) DAS INSTITUIÇÕES MULTILATERAIS
(IML) E DOS FUNDOS ÁRABES (FA)

II - RDSTP, DIVERSOS PAÍSES INSULARES E GUINÉ-BISSAU
 A) TOTAL, EXCEPTO FUNDOS ÁRABES - PAGAMENTOS LÍQUIDOS

(milhões de \$USA correntes)

PAÍSES	População (000 Hab)	Superfície (Km ²)	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983
RDSTP	97	1001	0.3	1.7	3.0	4.0	3.0	3.9	5.6	9.4	11.2
Cabo Verde	304	4003	8.7	13.1	24.4	32.5	32.4	60.4	49.3	53.2	
Comores	405	2171	21.7	11.5	8.6	7.7	13.6	25.4	32.1	26.1	
Fidji	641	18274	19.4	23.3	23.2	26.5	31.0	36.1	40.5	35.4	
Maldivas	159	298	3.1	1.5	2.0	4.8	2.6	5.5	5.5	3.0	
Samoa	158	2842	13.4	11.7	19.0	19.7	29.4	24.9	24.0	21.9	
Seychelles	66	280	7.5	7.4	10.5	16.3	23.9	21.7	15.7	17.9	
Vanuatu	122	4763	12.6	31.0	14.6	18.8	38.4	44.0	30.4	26.0	
Guiné-Bissau	800	36125		18.7	35.9	47.7	49.8	55.6	63.7	59.7	

ESTIMAÇÃO DOS MODELOS

A N O	EXP. TOTAL	IMP. TOTAL	% CACAU NA EXP. TOTAL	EXP. CACAU	A PREÇOS DE 1970 EM M. DÓLARES		
					EXPORT.	IMPORT.	EXPORT. CACAU
1979	22	20	90	19,8	275	250	248
1980	20	19	93	18,6	250	238	233
1981	14	17	82	11,4	175	213	143
1982	9	15	91	8,2	113	188	103
1983	6	10	80	4,8	75	125	60
1984	7	12	85	6	88	150	75
1985	5	13	85	4,3	63	163	54
1986	5	15	90	4,5	63	188	56
1987	6,5	13,6	90	5,8	81	170	73
1988	9,5	14,1	95	9,0	119	176	113

$$M_t = \alpha + \beta \text{Exc}_t \quad M_t - \text{Importação no período } t$$

$$M_t = \alpha + \beta \text{Exc}_t \quad \text{Exc}_t - \text{Exportação de Cacau no período } t$$

$$\text{Exc}_t = \alpha + \beta \text{Exc}_t \quad \text{Exc}_t - \text{Exportação total no período } t$$

$$N = 10$$

$$\Sigma M_t = 1841$$

$$\Sigma Ex_t = 1302$$

$$\Sigma Exc_t = 1158$$

$$\frac{\Sigma M_t}{N} = 184,1$$

$$\frac{\Sigma Ex_t}{N} = 130,2$$

$$\frac{\Sigma Exc_t}{N} = 115,8$$

$$\Sigma M_t \cdot Exc_t = 236535$$

$$\Sigma M_t \cdot Ex_t = 264911$$

$$\Sigma Ex_t \cdot Exc_t = 200504$$

$$\Sigma M_t^2 = 352651$$

$$\Sigma Exc_t^2 = 180226$$

$$\Sigma Ex_t^2 = 223548$$

FORMULAS

$$Y = \alpha + Bx + U$$

$$\hat{B} = \frac{\Sigma x_i \cdot Y_i}{\Sigma x_i^2}$$

$$\hat{\alpha} = \bar{Y} - \hat{B}\bar{x}$$

$$\Sigma e_i^2 = \Sigma y_i^2 - \hat{B} \Sigma x_i \cdot y_i$$

$$R^2 = 1 - \frac{\Sigma e_i^2}{\Sigma y_i^2} \quad \text{coef. determinação}$$

$$r^2 = \frac{(\Sigma x_i \cdot y_i)^2}{\Sigma x_i^2 \cdot \Sigma y_i^2}$$

$$r = \sqrt{r^2} \quad \text{coef. correlação simples}$$

RESOLUÇÃO (Valores Centrados)

$$M_t = \alpha + \beta \text{Exc}_t$$

$$\Sigma \text{Exc}_t^2 = 180226 - \frac{(1158)^2}{10} = 46129,6$$

$$\Sigma M_t \cdot \text{Exc}_t = 236535 - \frac{1158 \cdot 1841}{10} = 23347,2$$

$$\Sigma M_t^2 = 352651 - \frac{(1841)^2}{10} = 13722,9$$

$$\hat{\beta} = \frac{\sum M_t \cdot \text{Exc}_t}{\sum \text{Exc}_t^2} = \frac{23347,2}{46129,6} = 0,5061218$$

$$\hat{\alpha} = \bar{M}_t - \hat{\beta} \cdot \bar{\text{Exc}_t} = 125,49109$$

$$\hat{M}_t = 125,49109 + 0,5061218 \text{Exc}_t$$

$$\begin{aligned} \Sigma e_i^2 &= 13722,9 - 0,5061218 \times 23347,2 = 1906,3731 \\ \delta^2 &= 238,29664 \end{aligned}$$

$$V[\hat{\beta}] = \frac{\delta^2}{\sum \text{Exc}_t^2} = \frac{238,29664}{46129,6} = 0,0051658$$

$$R^2 = 1 - \frac{1906,3731}{13722,9} = 86\%$$

$$r_{M_t \cdot \text{Exc}_t} = \frac{23347,2}{\sqrt{13722,9 \cdot 46129,6}} = 92,79\%$$

CONCLUSÃO

1 - A Importação do país é explicada em muito pela exportação de Cacau ($R^2 = 86\%$);

2 - Existe uma associação linear forte entre a importação e exportação de Cacau ($r = 93\%$).

$$Ex_t = \alpha + \beta Exc_t$$

$$\Sigma Ex_t^2 = 223548 - \frac{(1302)^2}{10} = 54027,6 \quad \Sigma Exc_t^2 = 46129,6$$

$$\Sigma Ex_t \cdot Exc_t = 200504 - \frac{1302 \cdot 11158}{10} = 49732,4$$

$$\hat{B} = \frac{49732,4}{54027,6} = 0,9204998$$

$$\hat{a} = 130,2 - 106,59388 = 23,606123$$

$$\hat{Ex}_t = 23,606123 + 0,9204998 Exc_t$$

$$\Sigma e_i^2 = 54027,6 - 0,9204998 \times 49732,4 = 8248,9358$$
$$S^2 = 1031,117$$

$$\widehat{V[\hat{B}]} = 0,0223526$$

$$R^2 = 1 - \frac{8248,9358}{54027,6} = 84,73\%$$

$$r \cdot \text{Ext}_t \cdot \text{Exc}_t = \frac{49732,4}{\sqrt{54027,6 \times 46129,6}} = 99,62\%$$

CONCLUSÃO

- 3 - A exportação total do país é explicada grandemente pela exportação de Cacau ($R^2 = 84,73\%$);
- 4 - A associação linear é elevadíssima entre exportação total e a de Cacau. ($r \approx 1$).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

1. ABECASSIS (António), "CEE, que cooperação ? O caso dos países Africanos de expressão oficial portuguesa", Economia e Socialismo, Revista trimestral de Economia Política, 61, Abril-Junho 1987, pp.93-108.
2. "Accord International sur le cacao, 1986, "CNUCED-BULLETIN, 228, Bruxelles, Janvier 1987, p.7.
3. AFANA (Osendé), L'Economie de l'Ouest-Africain: Perspectives de développement, (la collection Economie et socialisme), Paris, 1966, 249 p..
4. ALVIM (P. de T.) e ROSARIO (Milton), Cacau Ontem e Hoje, Publicação Comemorativa da Inauguração das Novas Instalações da CEPLAC e do Centro de Pesquisas do Cacau, Itabuna, Bahia, 1972, 83 P..
5. ALVIM (P. de T.), "Cacao" in [ALVIM (P. de T.) e KOZLOWSKI (T.T.)], Ecophysiology of tropical Crops, New York, Acad. Press, 1977, pp.279-313.
6. AMZALAK (Moses Bensabat), "O Cacau", O Regime Internacional de Alguns Produtos Alimentícios: Trigo - Açúcar - Vinho - Café - Cacau - Chá, Lisboa, pp.189-207.
7. Anónimo. "Faut-il desesperer de l'Afrique ?" Africa Internacio-nal, Abidjan, Economie, Avril 1989, pp.101-102.
8. Anónimo. "Nord-Sud Ver Un Partenariat Total", Africa Interna-cional, Abidjan, Março 1989, pp.87-88.

9. Anónimo. "S.Tomé e Príncipe (pequenos artigos sobre assuntos diversos: Monnaie, nouvelles mesures preconisées par la Banque Mondiale et le FMI,... " Les Marchés Tropicaux et Méditerranéens, Maio 1988.

10. Anónimo. "S.Tomé e Príncipe (Ajudas ao desenvolvimento)", Africa Económica, Boletim de informação económica (CESO: - Centro de Estudos Economia e Sociedade, CRL), 10, Lisboa, Out.-Dez. 1987, pp.131-134.

11. "As doenças das plantações de cacau nas ilhas de S.Tomé e Príncipe", Companhia agrícola Ultramarina - Secção Técnica e de Patologia Vegetal, Nota dos trabalhos técnicos desta companhia durante os anos de 1916 a 1920, (Congresso Internacional de Agricultura tropical, Londres 1921), Lisboa, pp.5-21.

12. BAPTISTA (Mário Martins), O Turismo na Economia - Uma Abordagem Técnica, Económica, Social e Cultural, Instituto Nacional de Formação Turística, Lisboa, Printer Portuguesa, Lda, 1990, 640 p..

13. BLACKWELL (David), "Breakdown of cocoa talks puts 1986 agreement in jeopardy", London, I.C.E.P. (registo Cacau CICI-072), F.T. 28/03/88, (recorte de imprensa).

14. BOISSELET (Xavier), " Le theoreme d'Heckscher-Ohlin est-il encore utile à l'analyse des échanges internationaux ?"; Economie Appliquée, nº1, 1972, pp.37-60.

15. Boletim do PCD - GR, Nº 0, de 9 de Setembro de 1991, RDSTP, p.9.

16. BONDAR (Gregório), O Cacau. A Cultura e o Preparo do Cacau. PARTE I, 2ª Edição, Bahia, 1929, pp.1-45.

17. BONDAR (Gregório), " Cultura, Trato e Preparo do Cacau". Serviço de Informação Agrícola - Ministério de Agricultura do Rio de Janeiro - Brasil, 768, Gráfica GUARANY, Rio de Janeiro, 1951, 47 p..

18. BRAUDEAU (J.), El Cacau, Barcelona, Blume, 1970, pp.7-128.

19. BRAUDEAU (J.), "La production Cacaoyère dans l'économie mondiale" Journal d'Agriculture Traditionnelle et de Botanique Appliquée (JATBA), Vol. XXVI, nº 314, Paris, Juillet-Décembre, 1979, pp.217-232.

20. BOURKE (Gerald), "Coté d'Ivoire: falling-on hard times", Africa Recovery, (Vol.2), 1 Março 1988, pp.10-13.

21. EYE (Maurice) et BERNIS (Gérard Destanne), relations économiques internacionales 5 ed., Paris, Dalloz, 1987, pp.140-159.

22. "Cacao: les prix en hausse", Marchés Tropicaux, 2218, 13 Mai 1988, pp.1279.

23. "Cacao: toujours dans l'impasse", Marchés Tropicaux, 2219, 20 Mai 1988, pp.1343.

24. "Cacao: reprise des cours", Marchés Tropicaux, 2220, 27 Mai 1988, pp.1398-1399.

25. "Cacao: nouvelles baisse des prix", Marchés Tropicaux, 2221, 3 Juin 1988, p.1464.

26. "Cacao: toujours à la baisse", Marchés Tropicaux, 2223, 17 Juin 1988, pp.1607-1608.

27. "Cacao: la chute continue", Marchés Tropicaux, 2222, 10 Juin 1988, p.1523.

28. "Cacao: la tension monte", Marchés Tropicaux, 2225, 1er Juillet 1988, p.1827.

29. "Cacao: toujours tendu", Marchés Tropicaux, 2226, 8 Juillet 1988, p.1923.

30. "Cacau: où est le marché ?", Marchés Tropicaux, 2229, 29 Juillet 1988, p.2104.

31. "Cacao: l'été des paradoxes", Marchés Tropicaux, 2230, 5 Aout 1988, pp.2152-2153.

32. "Cacao: du rêve à la réalité", Marchés Tropicaux, 2231, 12 Aout 1988, p.2199.

33. "Cacao: rechute", Marchés Tropicaux, 2232, 19 Aout 1988, pp.2247-2248.

34. "Cacao: un marché calme et lourd", Marchés Tropicaux, 2233, 26 Aout 1988, p.2296.

35. "Cacao: les cours les plus bas depuis 7 ans", Marchés Tropicaux, 2234, 2 September 1988, p.2355.

36. "Cacao: menaces sur l'accord international", Marchés Tropicaux, 2235, 9 September 1988, pp. 2410-2411.

37. "Cacao: que faire ?", Marchés Tropicaux, 2236, 16 September 1988, pp.2466-2467.
38. "Cacao: une réunion pour rien", Marchés Tropicaux, 2237, 23 September 1988, pp.2524-2525.
39. "Cacao: le marché s'alourdit", Marchés Tropicaux, 2238, 30 September 1988, pp.2621-2622.
40. "Cacao: activité suspendue", Marchés Tropicaux, 2239, 7 Oct. 1988, p.2688.
41. "Cacao: réalités et rumeurs", Marchés Tropicaux, 2240, 14 Oct. 1988, pp.2754-2755.
42. "Cacao: soutenu, mais pour combien de temps ?", Marchés Tropicaux, 2241, 21 Oct. 1988, pp.2892-2893.
43. "Cacao: dans la plus grande confusion", Marchés Tropicaux, 2242, 28 Oct. 1988, pp.2974-2975.
44. CARDOSO (A.P. Silva), Pesquisas e Experiências sobre Adubação do cacau e do café de S. Tomé e Príncipe, Lisboa 1963 [Comunicação nº56, Missão de Estudos Agronómicos do Ultramar, Bib. do ISA].
45. CHACHOLIADES (Miltiades), Economia Internacional, Madrid, McGraw-Hill, 1982, pp.1-224.
46. CHALMIN (Philippe) et GOMBEAUD (J. L.), Sous la direction de, Cyclope 1987/1988: Les Marchés Mondiaux, Paris, Economica, 1988, 417 p..

47. CHEESMAN (E. E.), "NOTES ON THE NOMENCLATURE CLASSIFICATION AND POSSIBLE RELATIONSHIPS OF CACAO POPULATIONS", Tropical Agriculture

ture: The Journal of the Imperial College of Tropical Agriculture, VOL XXI, nº 8, Trinidad - Port-Of-Spain, Agosto, 1944, pp.144-159.

48. CHENNERY (Hollis) and SRINIVASAN (T.N.), Hand Book of Development Economics, Vol. I, Netherlands, North Holland, 1988, pp.341-365.

49. chevalier (M. AUG.), Les Vegetaux Utiles de L'Afrique Tropicale Française: Le Cacaoyer dans L'Ouest Africain, Augustin Challamel, Paris, 1908, pp.1-60.

50. CNUCED 1987, Anuário estatístico.

51. "Commerce International: le noyau des discussions sur le développement CNUCED-BULLETIN, 250, Fevrier 1989, 20 p..

52. "Conclusões sobre o I encontro com a Banca Internacional que se realizou de 8 a 10 de Março de 1986, em S. Tomé e Príncipe". ES/CESQ CENTRO de DOCUMENTAÇÃO, 1986, 6 p. (ISE).

53. CORTESAO (Armando F. Zuzarte), Culture Du Cacaoyer - La Crise Agricole Actuelle de la Colonie Portugaise de S. Tomé e Príncipe, Congrès International d'Agriculture Tropical, Londres, Juin de 1921, Ministère des Colonies, Lisbonne, 1921, 129 p..

54. COSTA (F. Correia), Estudos de Pescas em S. Tomé e Príncipe, MEM, JUNTA INVEST. ULTRAM. - 8, 1955, pp.219-271.

55. COSTA (Fernando Ferreira da), "S. Tomé: o fim de um reino",

História, 68, Lisboa, Junho 1984, pp.2-16.

56. "Cours des Produits", Marchés Tropicaux, 2216, 20 Avril 1988.

57. CURTIS (Brownyn N.), Le Cacao: Guide du négociant, Manuel des produits de base, Genève, Centre du Commerce International CNUCED/GATT; 1987, pp.1-130.

58. DELMAS (Philippe) et GUILLEMIN (Christophe), La Stabilisation des Prix des Matières Premières: un dialogue marqué, (Préface de PISANI (Edgard), Paris, Económica, 1983, 359 p..

59. DOWIDAR (M. H.), L'Economie Politique. Une Science Sociale, François Maspero, 1974. Trad. port. - A Economia Política. Uma Ciência Social, Lisboa, Sá da Costa, 1978, pp.37-80.

60. ELPÍDIO (José Marques), A Pesca e os Pescadores de S. Tomé e Príncipe - Subsídio para o Estudo das Pescas na Ilha de S. Tomé, JNIC - monografia, 1956.

61. ELPÍDIO (José Marques), "Os Pescadores de S. Tomé", V Congresso Nacional de Pesca, Boletim da Pesca, nº 68, Setembro, 1960, pp.63-79.

62. Eurostat: estatísticas de vários anos sobre cacau.

63. a) FAO: Trade Yearbook, (vol. 28, 30, 33, 36, 39 e 40), estatísticas sobre cacau (Anuários da FAO).

b) FAO: Production Yearbook 1986, estatísticas sobre cacau (Anuários da FAO).

c) FAO: Processed Statistics Series 1 World Crop and Livestock Statistics Area. Yield and Production of Crops; production of

livestock products, 1948-85 (Anuários estatíst. da FAO)

64. FERRÃO (José Eduardo Mendes), Cacau de S. Tomé e Príncipe, dos Polifenóis Durante a Fermentação, Lisboa, 1963, pp.9-53.

65. FERRÃO (J. E. Mendes), Fundamentos da tecnologia do cacau: a fermentação, suas bases e técnica de execução, Bol. Inf. da B.F.A.P., S. Tomé e Príncipe, 1, 1967, pp.49-62.

66. FERRÃO (J. E. Mendes), Industrialização do Ananas. Apontamentos para o seu estudo em S. Tomé e Príncipe, Lisboa, Publ. da Brigada de Fomento Agro-Pecuário, 1967, 21 p. [Bib. do ISA].

67. FERRÃO (J. E. Mendes), SILVA (Jorge) e REFEGA (António), Investigação Científica Tropical. Jornadas Nacionais de Investigação Científica e Tecnológica. Contributo para o seu desenvolvimento; Lisboa, Maio/87, 22 p. e 8 anexos [Bib. do ISA].

68. FERRÃO (J. E. Mendes), A Prioridade na Produção de Alimentos, Lisboa, Revista Ciências Agrárias, 1984 [Comunicação apresentada nas I jornadas de Engenharia dos PALOP].

69. FERRÃO (J. E. Mendes), A Propósito da Inauguração do Centro Cultural Português em S. Tomé e Príncipe, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical - IICT -, Departamento de Ciências Agrárias, 1984, 19 p..

70. FERRÃO (J. E. Mendes) "Realidades e Potencialidades de Cooperação Portuguesa", Ambiente Agricultura. (anos 80 deste século)

71. FERRÃO (J. E. Mendes), ALMEIDA (Maria H. Guimarães de) e JANUARIO (Maria J. Nunes), Relatório Técnico sobre a Agricultura

Sãotomense. Resultado da missão realizada à Rep. Dem. de S. Tomé e Príncipe em Agosto-Setembro de 1986, Lisboa, IICT, Centro de Estudos de Produção e Tecnologia Agrícola, 1986, 71 p..

72. FERRÃO (J. E. Mendes), "O Cacaueiro em S. Tomé e Príncipe", Revista Ciências Agrárias, Vol. XIV, nº 1, Lisboa, 1991, pp.85-94.

73. FERRÃO (M. José), CABRITO (B. Gil) e MARQUES (F. Costa), Economia Portuguesa, Tomo II, Lisboa, Texto, 1981, 111 p..

74. FERREIRA (Manuel Ennes), "Pobreza Absoluta e Desigualdades Sociais, Ajustamento Estrutural e Democracia na R. D. de S. Tomé e Príncipe", Revista Internacional de Estudos Africanos, nºs 12-13, Janeiro-Dezembro, 1990, pp.137-166.

75. Finanças e desenvolvimento, Publicação trimestral do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, Whashington, vol. 7, 1 de Março de 1987, 53 p. (vários autores).

76. FRADE (F.) e COSTA (F. Correia da), "Investigações Sobre os Peixes de Superfície e a Pesca nas Ilhas de S. Tomé e Príncipe", CCTA/CSA: CIAO - Conferência Internacional dos Africanistas Ocidentais, 6ª Sessão, S. Tomé, 4º Vol. "ATICA", Portugal, 1956, pp.151-168.

77. GARCÉS (Costa), Viagem Maravilhosa Por Terras de S. Tomé e Príncipe, Coleção Educativa, SÉRIE E, nº 2, COIMBRA EDITORA, 1955, 102 p..

78. GOMBEAUD (Jean-Louis), "Laissez tomber les Matières Premières", Africa International, 216, Abidjan, Maio 1989, pp.207-210.

79. HABERLER (Gottfried), El Comercio Internacional, Barcelona, Labor, 1936, [trad. directa del Alemán, seguida de um apêndice original por Dr. Román Perpiná Grau], pp. 138-222.

80. HABERLER (Gottfried Von), The Theory of International Trade, London, William Hodge and Company Ltd., 1936.

81. HECKSCHER (Eli F.), Mercantilism, Vol. II, London, Unwin Brothers Ltd., 1935.

82. HENRIQUES (Isabel Castro), "Ser escravo em S. Tomé no Séc. XVI: uma outra leitura de um mesmo quotidiano", Revista Internacional de Estudos Africanos, 6-7, Lisboa, 1987, pp.167-178.

83. I.C.E.P. - Instituto de Comércio Externo, Anuários de Comércio.

84. Instituto do Comércio Externo Português (registo cacau - Japão CICI - 075 - 45 JAP), "Access to Japan's Import Market: The Cocoa Market in Japan", Tradescope, October 1986, pp.9-16.

85. Instituto do Comércio Externo Português (registo chocolate-Suiça CICI - 075 - 51 SUI), "Agriculture et Agro-Industrie du Chocolat: Nouvel Essor", Nouvelles Économiques de Suisse, 1985.

86. Instituto do Comércio Externo Português (registo cacau CICI - 072), "L'Optimisme sur la conclusion d'un nouvel accord international sur le cacao reste rigueur", Telex Développement, 265, Avril, 1985.

87. Instituto do Comércio Externo Português (registo chocolate-Brasil CICI - 33 - BRA.), "Brasil perde com taxas alfandegárias da CEE até US\$ 126 milhões por ano", publicação GAZETA MERCANTIL, S.

Paulo, 11-06-86.

88. Instituto do Comércio Externo Português (registo cacau CICI - 072), "Cacao: Previsões de Excedente de 91.000 toneladas", Boletim Africa, 78, Outubro de 1987.

89. Instituto do Comércio Externo Português (registo cacau CICI - 072), "Cacao: Aumenta la Produccion Mundial", Comércio Internacional, Fev. 1985, pp.16-17.

90. Instituto do Comércio Externo Português (registo chocolate-Camarões CICI - 073 - 16 CAM.), "Chocolaterie, Confiserie Camerounaise: Chococam - Industrie Alimentaire", Paris, Decembre, 1985, 2 p..

91. Instituto do Comércio Externo Português (registo chocolate-França CICI - 075 - 51 FRA.), "Chocolate, Confectionary in France", Marketing in Europa (Special Report nº 3), 284, Jully, 1986, pp.37-53.

92. Instituto do Comércio Externo Português (registo cacau CICI - 072), "Excedentes mundiais de açúcar e cacau", O Século, Setembro de 1987.

93. Instituto do Comércio Externo Português (registo chocolate - Japão CICI - 075 - 45 JAP), "Informação de mercados", Boletim de Revista Comércio Exterior, 21, Outubro de 1985, pp.12-13.

94. Instituto do Comércio Externo Português (registo cacau CICI - 072), "Operation Of Internacional Cocoa Agreements of 1972, 1975 and 1980. An appraisal by the Secretariat of the Internacional Cocoa Organization (ICCO)", Trade and Development Board Committee

on Commodities Third Special Session (United Nations Conference on Trade and Development), Geneve, 3, June 1985.

95. Instituto do Comércio Externo Português (registro chocolate-Suécia CICI - 075 - 51 SUE), "Suécia, cresce mercado do Chocolate", Tempo Económico, Suplemento à edição do Tempo nº 695 de 11-06-88.

96. JEANTIL (Claude), " Le Marketing Internacional dans les Pays en voie de Développement: l'Afrique", in JOFFRE (Patrick) et alii (sous la direction de), L'Exportation dans la Turbulence Mondiale, Paris, Económico, 1986, pp.121-136, (Chapitre VII).

97. KILLICK (Tony), The economie of Ghana: A Study of Contemporary Ghana, Directed and Edited by GHAM (Walter Birmin), pp.385-390.

98. KOPPEN (Jurgen), "L'appui de la Communauté à la Coopération Régionale dans le Tiers Monde", Revue du Marché Commun, 308, Juillet 1987, pp.390-395.

99. LACHARTRE (Brigitte), La Soumission d'une Economie Africaine Traditionnelle au Capitalisme International, (travaux sur le capitalisme et l'economie politique), "La culture du cacao en Gold Coast", Post-Face de REY (Pierre-Philippe), Paris, Mars 1975, 63 P..

100. LANCASTER (K.), "O Modelo de Comércio Internacional de Heckscher-Ohlin: Um tratamento Geométrico". Teorias do Comércio Internacional - I CEDEP, nº9, Lisboa, Iniciativas, 1979, pp.21-49.

101. "Le Fin des Accords de Lomé", África International, Abidjan, Económica, Março 1989, pp.83-84.

102. "L'amertume du cacao", Le Monde, 2071, du jeudi 7 au mercredi 13 Juillet 1988.
103. "Le cacao", Marchés Tropicaux, 2217, 6 Mai 1988, pp.1121-1124.
104. "Le cacao dans Les États ACP", Le Courrier, 61, Bruxelles, 1980, pp.72-103 (vários autores).
105. LERY (François), Le Cacao, Presses Universitaires, Paris, 1960, 125 p..
106. LEITÃO (António Eduardo Baptista), A Fermentação do Cacao Avaliada por um método Rápido de Determinação de Cianidina. Instituto Superior de Agronomia, Setembro 1983, 55 p..
107. LEITÃO (António Eduardo Baptista), Tecnologia do Cacau, Lisboa, ISA, 1983.
108. LEITE (António de Jesus), "Depoimento do Director-Geral das Alfândegas de S. Tomé e Príncipe", (V Conferência dos Directores Gerais das Alfândegas dos Países de Língua Oficial Portuguesa), Alfândega: Revista Aduaneira, 8/9, Nov. 1987, Janeiro-Março 1988.
109. "Le Processus d'Ajustement Structural en Afrique Subsaharienne: Ajustement, Développement et Équité", Europe Information, Bruxelles, DE 58, Sept.1988, 15 p..
110. LINDERT (Peter H.), Internacional Economics, 8th. ed., Richard D. Irwin, Homewood, Illinois. 1986, Trad. franc. ECONOMIE INTERNACIONALE, 8e. éd., Paris Economica, 1989, pp.39-57.

111. MANTERO (Francisco), " A mão d'obra em S. Tomé e Príncipe" TYP. do Anuário Commercial, Lisboa 1910, 203 p..

112. MEMOIRE DE SAO TOMÉ - ET - PRINCIPE, DEUXIEME CONFERENCE DES NATIOS UNIES, 1990, p.22.

113. MENDES (A.), "Cacau do Pará e Culturas Consociadas", Digestão Económica, Vol II, nº 22, Brasil, 1946, pp.64-66.

114. MORBEY (T.), " A Cultura do Cacau na Problemática Agrária de S. Tomé e Príncipe", 1ªs Jornadas de Engenharia dos Países de Língua Oficial Portuguesa, Lisboa, Abril, 1984.

115. MOURA (F. Pereira de), Lições de Economia, Lisboa, 1966, pp.377-451.

116. MURRAY (D. B.), " The Botany Of Cocoa", WOOD (G.A.R.), COCOA, Third ed., Longman, London, 1975, pp.7-18.

117. NAVA (Jaime Nortí), Cacao Cafe y Te, Salvat Editors, S.A., Barcelona, 1953, pp.1-37.

118. "O Grande Esquecimento de Lomé", Lomé Briefing, 7, Bruxelas, Março 1989, pp.1-6.

119. PALLOIX (Christian), L'Economie Mondiale Capitaliste. Le Stade de Concurrentiel. Trad. port. A Economia Mundial Capitalista, Vol. I, Lisboa, Estampa, 1975, pp.217-252 [Tradução de A. Viena Martins].

120. PARADIS (Louise), " Le Cacao Précolombien: monnaie d'échange et breuvage des dieux", Journal d'Agriculture Traditionnelle et de

Botanique Appliquée (JATBA), Vol XXVI, nº 314, Paris, Juillet-Décembre, 1979, pp. 181-199.

121. PÖHLMANN (Hermann), "Comparaison International de la Consommation des Produits des Industries du Chocolat, de la Confiserie de sucre et de la Biscuiterie-Estimations pour 1986", Statistical Bulletin, Fev. 1988, 90 p..

122. REGO (A. Silva), "O mal que de nós dizem", Reflexões sobre a história de Angola e de S. Tomé, Lisboa 1968.

123. REI - Texto nº 2 - ISE, 1978/79.

124. RICARDO (David), The Principles of Political Economy and Taxation, London, Everyman's Library, 1965. Trad. port. - Princípios de Economia Política e de Tributação, Coimbra, Atlântida, 1978, pp.73-167 [Edição da Fundação-Calouste Gulbenkian].

125. ROUND TABLE CONFERENCE: DEMOCRATIC REPUBLIC OF SAO TOMÉ E PRÍNCIPE - MINISTRY OF COOPERATION, GENEVA, 1989.

126. "São Tomé and Príncipe: Cocoa Rehabilitation will underpin Economic Recovery", Country Report- EIU - The Economist Intelligence Unit, 1, 1987, p.6.

127. "S. Tomé: a primeira cidade portuguesa nos trópicos", História (S. Tomé e Cabo Verde, outras Africas), 81, Lisboa, Julho 1985, pp.26-89.

128. "S. Tomé et Príncipe: Poursuite des Réformes en Cours et Dialogue avec la Population", Marchés Tropicaux, 2228, 22 Juillet 1988, p.2044.

129. MESA REDONDA DOS PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO - RDSTP: MINISTÉRIO DA COOPERAÇÃO, Vol. 1, DEZ. 1985, 163 p..

130. SOUSA (Alfredo), Comércio Externo de S. Tomé e Príncipe (subsídios para o seu estudo), Estud. Ciênc. Polit. e Soc., 63, Lisboa, Maio 1983, 83 p. e 15 anexos.

131. "Special economic and disaster relief assistance: Special Programmes of Economic Assistance: Summary Reports on S. Tomé and Príncipe", United Nations General Assembly Fortieth Session, A/40/441, 13 Sept. 1985, pp.74-80.

132. TAMAMES (Rámon), Estrutura da Economia Internacional, Traduzido do espanhol por PESCADA (António) e PALMEIRIM (Manuel J.), Publicações Dom Quixote, Lisboa 1979, pp.32-44.

133. TAVARES (Martinho), "Mudança na economia de S. Tomé", Jornal Africa, 27-05-1987.

134. THIRLWALL (A. P.), Growth and Development, London Macmillan, 1983, pp.133-150.

135. "The Report of the Secretary General's Advisory Group on Financial Flows to Africa", Africa Recovery, (vol. 1), 1 Março 1988, pp.16-25.

136. TORRES (Adelino), "Tradição e Mutação na Africa Contemporânea: o desenvolvimento económico em causa", Centro de Estudos sobre Africa, (Documentos de trabalho nº 11), ISE 1988.

137. UREVBUE (Andrew-O), "Ciência, Tecnologia e Valores Africanos", Revista Impacto, Lisboa, 2, 1989, pp.35-45.



138. VEIGA (António Jorge da Mota), "Subsídio para o estudo da economia do cacau de S. Tomé e Príncipe", In I Congresso dos Economistas Portugueses. V Secção: Problemas das Economias Ultramarinas, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, 1955, pp.165-182.

139. VINER (Jacob), International Trade and Economic Development (1953). Trad. Esp. - Comércio Internacional y Desarrollo Economico, Madrid, Tecnos, 1966, 167 p. [Coleccion de Ciencias Sociales, serie de Economia].

140. VITON (Albert), Cacau: Estudio de las Tendências Actuelles de la Production, los Precios y el Consumo, Série Sobre produto, FAO, boletim 27, Roma, 1956, 112 p..

141. WOOD (G.A.R.) COCOA, Third ed., Longman, London, 1975, 292 p..

Agradecimento

O presente trabalho só foi possível de elaborar graças a diferentes apoios que existiram e que merecem o meu agradecimento. Sendo, contudo, certo que só a mim responsabiliza.

- Ao Prof. Doutor Adelino Torres, que desde o primeiro dia se mostrou inteiramente disponível a orientar esta tese. O seu apoio, indesmentível, foi decisivo na estruturação deste trabalho;

- Ao Prof. Eng. Mendes Ferrão, por ter manifestado a sua total disponibilidade na discussão de questões relativas à cultura de cacau da República Democrática de S. Tomé e Príncipe (R.D.S.T.P.) em que é especialista;

- Ao colega e amigo Mestre Ennes Ferreira, que teve a amabilidade de comigo discutir a estrutura da primeira parte do relatório, o meu especial agradecimento;

- A um destacado responsável, e grande amigo, do sector das Pescas da R.D.S.T.P., ao conceder-me uma longa entrevista sobre a economia das pescas do país;

- Aos Engenheiros Augusto Tavares Mendes (TURCOPOL), Duarte Antunes (CURUL) e ao Dr. Alberto Dionísio, conhecedores da realidade Sãotomense e especialistas, respectivamente, em Construção Civil, Turismo e Pescas, o meu agradecimento;

- Aos funcionários do ICEP, da FAO e do ISEG, uma palavra de agradecimento pela colaboração prestada.

Armindo Silvestre de Ceita